

v. 14, n. 1, 2021

Veredas da História



ISSN 1982-4238

Veredas da História, [online], v. 14, n.1, jul., 2021, ISSN: 1982-4238

EDITORES

Bruno Gonçalves Alvaro, UFS
Carlos Leonardo Kelmer Mathias, UFRRJ
Daniele Gallindo G. Silva, UFPel
Leandro Duarte Rust, UFMT
Marcelo Pereira Lima, UFBA
Paulo Debom, Centro Universitário Celso Lisboa
Priscila Henriques Lima, UERJ

APOIO TÉCNICO E EDITORAÇÃO

Beatriz Galvão Abrantes, UFBA
Cassiano Celestino de Jesus
Joseane Pereira de Souza
Lucas Vieira de Melo Santos, UFBA
Thasio Sobral

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Vidotte, UFG
Bruno Gonçalves Alvaro, UFS
Carlos Leonardo Kelmer Mathias, UFRRJ
Daniele Gallindo G. Silva, UFPel
Marcelo Pereira Lima, UFBA
Leandro Duarte Rust, UFMT
Leandro Couto Carreira Ricon, PPGHC/UFRRJ
Priscila Henriques Lima, UERJ
Paulo J. Debom Garcia, Universidade Cândido Mendes
Vanderlei Vazelesk Ribeiro

CONSELHO CONSULTIVO

Adriana Vidotte, UFG
Alessander Mário Kerber, UFRGS
Alexandre Vieira Ribeiro, UFF
André Pereira Botelho
Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, UFRJ
Antonio Carlos Jucá de Sampaio, UFRJ
Antônio Manuel Hespanha, Universidade de Lisboa
Beatriz Helena Domingues, UFJF
Cândido Moreira Rodrigues, UFMT
Célia Maia Borges, UFJF
Cláudio Batalha, Unicamp
Danilo Zioni Ferretti, UFSJ
Daniel Santiago Chaves, PPGHC-UFRRJ
Janaina Christina Perrayon Lopes, UCP
João Fragoso, UFRJ
João Klug, UFSC
Jorge Eremites de Oliveira, UFGD
Karl Schurster V. S. Leão, PPGHC-UFRRJ
Leandro Couto Carreira Ricon, PPGHC/UFRRJ
Leila Rodrigues da Silva, PPGHC-UFRRJ
Lia de Aquino Carvalho, UCP
Lia Zanotta Machado, UnB
Marcos Sorrilha Pinheiro, UNESP
Maria Cristina Correia Leandro Pereira, USP
Maria Filomena Pinto da Costa Coelho, UnB
Mário Jorge da Motta Bastos, UFF
Rafael Pinheiro de Araújo, PPGHC-UFRRJ
Regina Maria da Cunha Bustamante, PPGHC-LHIA-UFRRJ
Vanderlei Vazelesk Ribeiro, UNIRIO
Valdei Lopes de Araújo, UFOP

CONTATO PRINCIPAL

Marcelo Pereira Lima (UFBA)
Paulo Debom (Centro Universitário Celso Lisboa)
Priscila Henriques Lima (UERJ)
E-mail: seer.veredasdahistoria@gmail.com

CAPA

Marcelo Pereira Lima (UFBA)
Imagem: Fotografia tirada por Priscila Henriques Lima,
Museu Nacional da Escravatura - Luanda - 01/07/202.

CONTATO PARA SUPORTE TÉCNICO

Luis Borges, UFBA
E-mail: luisborges.ti@gmail.com

SUMÁRIO

4

EDITORIAL

5 **“ÁFRICAS: INSTIGANDO O PENSAR
COMPLEXO”**

Priscila Henriques Lima (PPGH-UERJ)

ARTIGOS DO DOSSIÊ

10 **A TELEVISÃO E O SOBERANO
DESCONHECIDO EM MOÇAMBIQUE: OS EFEITOS DE VIGIAR
E PUNIR OS ANALISTAS**

Antônio Bai Siteo Júnior (UEM)

36 **POR UMA GEOGRAFIA DECOLONIAL:
ELEMENTOS PARA O ENSINO DE ÁFRICA NA EDUCA-
ÇÃO BÁSICA**

Jonathan da Silva Marcelino (SME/SP)

64 **O PAPEL DOS 15+2 NA REDEMOCRATIZAÇÃO
ANGOLANA (2011-2019): MEMÓRIAS DE LUTAS DE UM
MOVIMENTO SOCIAL**

Oliveira Adão Miguel (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia)

85 **OXALÁ CRESÇAM PITANGAS E É DREDA
SER ANGOLANO: UMA ANÁLISE COMPARADA DAS
CONSTRUÇÕES NARRATIVAS DE IDENTIDADES
NESSAS OBRAS**

Paula Faccini de Bastos Cruz (PPGHC/UFR)

115 **CONTROLE DOS CORPOS, CONTROLE DAS
MENTES: A NECROPOLÍTICA APLICADA EM ANGOLA
DURANTE O GOVERNO SALAZARISTA (1926-1968)**

Priscila Henriques Lima (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

144 **EDUCAÇÃO E LUTA: SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS
MULHERES NO PAIGC, O JORNAL BLUFO E
AMILCAR CABRAL**

Priscilla Marques Campos (UNIFESP)

EDITORIAL

Thasio Fernandes Sobral

Universidade Federal da Bahia

Marcelo Pereira Lima

Universidade Federal da Bahia

Nesta edição, disponibilizamos seis artigos e uma apresentação que compõem o dossiê intitulado "*Áfricas: instigando o pensar complexo*", organizado pela pesquisadora e historiadora Priscila Henriques Lima (PPGH/UERJ). Dessa vez, buscamos instigar olhares sobre epistemologias frequentemente não visibilizadas pelo olhar historiográfico. O intuito desta edição foi integrar a edição a um movimento crescente que almeja expandir o escopo do pensamento, utilizando-se de lentes, atores e marcadores teóricos e metodológicos que rompem com o colonialismo e o eurocentrismo. No escopo desta edição da Revista Veredas da História, você encontrará diferentes expressões do pensamento que se alinham ao que propomos: o pluralismo, a diversidade e a desconstrução de um olhar essencialista e colonizado.

Nos trabalhos publicados, trouxemos autorias e docentes de múltiplos ambientes científicos, regiões do Brasil e nacionalidades. Assim, contamos com as contribuições de António Bai Siteo Júnior, de Jonathan da Silva Marcelino, de Oliveira Adão Miguel, de Paula Faccini de Bastos Cruz, de Priscila Henriques Lima e, por fim, mas não menos importante, as de Priscilla Marques Campos. Assim, a Veredas deste semestre procura ultrapassar as fronteiras territoriais internas, e cruzar o Oceano Atlântico em busca de frutíferas colaborações que muito têm a enriquecer o debate que aqui fomentamos. Em nosso décimo quarto volume, quisemos proporcionar a divulgação de saberes críticos para o acesso das mais diversas manifestações científicas em uma difusão plural, gratuita e colaborativa de conhecimentos.

Nós, da Revista Veredas da História, acreditamos que fomos capazes de fazer isso, tendo em vista a miríade de temáticas, personagens e temporalidades históricas abordadas por esta edição. Dito isso, agradecemos a organizadora do dossiê e a todos(as) os(as) autores(as) por disponibilizarem generosamente seus artigos. Esperamos que o público aprecie os textos e divulgue o conteúdo desta nova edição, e que também contribua com as publicações seguintes.

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

“ÁFRICAS: INSTIGANDO O PENSAR COMPLEXO”

Priscila Henriques Lima¹

Doutoranda em História pelo PPGH/UERJ

E o olhar da História muda sua perspectiva. Uma afirmativa que hoje tornou-se basilar para boa parte dos historiadores, não era tão comum em meados da década de 1960. Entretanto, as independências das colônias europeias, o movimento negro e sua luta pelo fim da segregação racial nos Estados Unidos, assim como os movimentos feministas que ganharam fôlego neste período, passaram a ocupar também o papel de protagonismo nas análises históricas. Robert Slenes no artigo “A importância da África para as ciências humanas” nos diz que o modelo ocidental deixou de ser o paradigma para se pensar a história do “restante da humanidade”.² Com isso temos uma mudança no fazer historiográfico, com a utilização de novas fontes, novos conceitos e novas construções de narrativa, abordagens essas que não partem do eixo do Norte, mas enfatizando principalmente o olhar do que veio a ser chamado Sul Global – a partir das experiências da África, Ásia e América Latina.³

¹ Doutoranda em História pelo PPGH/UERJ sob a orientação do Prof. Dr. Washington Nascimento. Pesquisadora do Grupo Interinstitucional Áfricas (UERJ/UFRJ) e do Laboratório de Estudos Africanos – LEÁFRICA/UFRJ. Bolsista pela Faperj. Ensaio desenvolvido como avaliação para disciplina “Seminário Especial em Experiências e Conexões Culturais - Interpretações, perspectivas teóricas e conceitos em torno da História da África” (PPGH/PUC-RJ), ministrada pela Profa. Dra. Regiane Augusto de Mattos.

² SLENES, Robert W. **A importância da África para as Ciências Humanas**. In: Seminário “Respostas ao racismo: produção acadêmica e compromisso político em tempos de ações afirmativas”. Campinas: IFCH/Unicamp, 3 de dezembro de 2009, p. 20.

³ Apesar de ter ganhado notoriedade a partir da década de 60, as trocas intelectuais entre africanos, asiáticos e americanos de origem africana sobre colonialismo e racismo remontam ao século XIX, como também intelectuais dessas regiões dialogaram sobre os limites das ideologias

Como consequência das críticas levantadas sob o paradigma do Norte Global, surgem abordagens alternativas que visam ampliar as possibilidades de olhar e analisar o mundo através dos saberes do Sul Global, um conceito que não está necessariamente ligado a geografia, mas que se apresenta como uma "metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado, e da resistência a essas formas de opressão".⁴ A partir dessa resistência, surge nesta nova seara a proposta de uma "Epistemologia do Sul", pensada por Boaventura de Sousa Santos e que tem como ponto fundamental substituir a monocultura do saber ocidental pela ideia da ecologia dos saberes, que nega a hierarquização do conhecimento bem como a dicotomia de tradição x modernidade, fazendo oposição ao universalismo e enfatizando a "pluralidade de explorações universais alternativas, parciais e competitivas, todas elas ancoradas em contextos particulares".⁵

As epistemologias do Sul Global movimentaram a produção de conhecimento, tirando a historiografia de sua zona de conforto com a inserção de análise de múltiplas conexões e fluxos, considerando os papéis dos atores, dos lugares e dos processos dessas regiões, e invertendo o sentido; não basta analisar tais espaços dentro do aspecto global, mas perceber *como* o global é afetado por eles.

Voltando nosso olhar para os estudos africanos, ao nos debruçarmos sobre este continente, a produção historiográfica muda diante das exigências de ferramentas adequadas que considerassem as especificidades locais, propondo o enfoque da translocalidade, que critica a construção de uma história nacional como espaço de fortalecimento do poder hegemônico, visto que essas regiões desenvolveram os chamados Estados-Nação no século XX, sendo comunidades nacionais "imaginadas", diferente da forma como o termo foi pensado dentro da prática europeia. Assim, o termo transnacionalismo pode ser problemático, pois

anticoloniais e do nacionalismo, principalmente a partir dos teóricos da dependência latino-americanos como mencionado por Frederick Cooper no texto "Conflito e conexão: repensar a história colonial africana". COOPER, Frederick. "**Conflito e conexão: repensar a história colonial africana**" in História da África: capitalismo, modernidade e globalização. Lisboa: Edições 70, 2016, p. 71.

⁴ ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Maíra; SANTOS, Boaventura de Sousa. **As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa**. Sociologias, Porto Alegre, ano 18, nº 43, set/dez 2016, p. 16.

⁵ Idem, p. 17.

além de pressupor a existência de Estados-nação ainda privilegia a perspectiva das elites nacionais.⁶

Uma abordagem translocal pode analisar desde conexões e fluxos de pessoas e bens, como também processos de troca e transferência cultural. Pode abordar conceitos e normas de gênero entre contextos locais e discursos globais, bem como situa atores sociais em redes translocais, assim como em diferentes contextos que eles operam e, por fim, pode analisar a institucionalização de estruturas culturais, sociais e políticas que são resultados das práticas translocais. Esses são alguns aspectos que a translocalidade pode colaborar, demonstrando que não há espaços delimitados e fixos, pois a localidade é produzida social e culturalmente, para além de fronteiras, com a circulação de bens, valores e discursos.

Apresentamos então a importância desse dossiê "*Áfricas: instigando o pensar complexo*": pensar a história do continente africano de maneira a contribuir diretamente para a prática de uma educação antirracista - movimento democrático e emergencial diante do cenário governamental fascista que vivenciamos nos últimos anos no Brasil.

São artigos de pesquisadores do Brasil, Angola e Moçambique, que nos apresentam visões plurais e interdisciplinares sobre seus temas, abordando contextos educacionais em tempos de lutas de libertação na Guiné-Bissau, práticas de ensino sobre a África por uma perspectiva decolonial, além de análises comparativas tendo como objeto de estudos o cinema angolano e a compreensão de uma identidade nacional. Ainda apresentamos uma discussão acerca do estado de exceção imposto pela colonização portuguesa e a interpretação do conceito de necropolítica aplicado a essa prática. E, no tempo presente, duas discussões sobre movimentos civis e processos de redemocratização em Angola e Moçambique – o primeiro analisando o grupo ativista angolano "15+2" e o segundo sobre os impactos da mídia moçambicana na intimidação de analistas políticos.

⁶ FREITAG, Ulrike; VON OPPEN, Achim (Ed.). **Translocality: An Approach to Connection and Transfer in Area Studies**. Brill, 2010. In: Idem, *Translocality: the study of globalising processes from a southern perspective*. Brill, 2009, p. 7.

Os estudos sobre o Sul Global – África, Ásia e América – marcaram profundamente a formação teórica e metodológica das ciências humanas no século XX. Colocou em xeque a visão universalizante que insiste em ter como paradigma o Norte Global, gerando uma profunda crise sobre as disciplinas das humanidades, “crise caracterizada por uma crescente percepção de fragmentação teórica e metodológica no campo da pesquisa e uma descrença na possibilidade de se construir uma história universal”.⁷ Novas fontes, novos métodos, a interdisciplinaridade, os estudos sobre a tradição oral e sobre arqueologia linguística e a concentração de esforços na mudança do protagonismo histórico, dando voz as pessoas comuns – são fatores que contribuíram para a reestruturação das ciências humanas.

Esperamos que esse dossiê possa alcançar a finalidade para a qual ele foi pensado: instigar o pensar sobre o continente africano a partir de sua potencialidade e singularidades e de maneira interdisciplinar. Que ele possa colaborar na transformação de como o conhecimento é produzido, atuando diretamente no processo de criação de uma epistemologia cada vez mais democrática.

Referências

ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Maíra; SANTOS, Boaventura de Sousa. **As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa**. Sociologias, Porto Alegre, ano 18, nº 43, set/dez 2016.

BARROS, José D’Assunção. **Histórias interconectadas, histórias cruzadas, abordagens transnacionais e outras histórias**. Secuencia [online]. 2019, n.103, e1528. Epub Jan 01, 2019.


COOPER, Frederick. **História da África: capitalismo, modernidade e globalização**. Lisboa: Edições 70, 2016.

FREITAG, Ulrike; VON OPPEN, Achim (Ed.). **Translocality: An Approach to Connection and Transfer in Area Studies**. Brill, 2010. In: Idem, *Translocality: the study of globalising processes from a southern perspective*. Brill, 2009.

MUDIMBE, Velentin-Yves. **A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

⁷ SLENES, Robert W. **A importância da África para as Ciências Humanas**. In: Seminário “Respostas ao racismo: produção acadêmica e compromisso político em tempos de ações afirmativas”. Campinas: IFCH/Unicamp, 3 de dezembro de 2009, p. 22.

SLENES, Robert W. **A importância da África para as Ciências Humanas**. In: Seminário "Respostas ao racismo: produção acadêmica e compromisso político em tempos de ações afirmativas". Campinas: IFCH/Unicamp, 3 de dezembro de 2009.



A TELEVISÃO E O SOBERANO DESCONHECIDO EM MOÇAMBIQUE: OS EFEITOS DE VIGIAR E PUNIR OS ANALISTAS

*TELEVISION AND THE UNKNOWN SOVEREIGN IN
MOZAMBIQUE: THE EFFECTS OF SURVEILLING AND
PUNISHING ANALYSTS*

“Mesmo que nós tenhamos que morrer nesta luta. Isto é opressão, não temos dúvidas em relação a isso. O tirano, quando te pisa, não para, vai continuar a pisar mais ainda”. (JJM, 2018)¹

António Bai Siteo Júnior²

Universidade Eduardo Mondlane (UEM)
Pesquisador Assistente na Bloco 4 Foundation

Resumo: Este documento de pesquisa procura analisar de que modo a liberdade de expressão, se torna um ponto de entrada para compreender a violência e atos de intimidação contra analistas políticos e sociais nas televisões em Moçambique. O argumento central da pesquisa sugere que existe um soberano desconhecido no país, que surgiu através das dinâmicas de transformação e transição político-social que vigia e pune os analistas e consequentemente a toda sociedade. Com base no método de análise de conteúdo, entrevista semiestruturada e pesquisa

Abstract: This research document seeks to analyse how freedom of expression becomes an entry point to understand violence and acts of intimidation against political and social analysts on televisions in Mozambique. The central argument of research suggests that there is an unknown sovereign in the country, which emerged through dynamics of transformation and political-social transition that watches and punish analysts and consequently to every society. Based on content analysis method, semi-structured interviews and documentary research, the study concluded that the abductions and

¹ José Jaime Macuane: entrevista concedida ao O País após a agressão de Salema. Disponível em: <<http://opais.sapo.mz/personalidades-indignadas-com-o-rapto-de-salema>>. Acesso em 13/05/2019.

² Licenciado e Mestrando em Ciência Política pela Universidade Eduardo Mondlane. E-mail: antoniobaisitoe@gmail.com

documental, o estudo concluiu que os sequestros e agressões do soberano desconhecido contra os analistas, contribuem para mudança de direção ou resistir as novas formas de mudança e desenvolvimento que surgem com os debates analíticos nas televisões.

Palavras-chave: Televisão; Soberano Desconhecido e Violência.

assaults of the unknown sovereign against analysts, contribute to change direction or resist new forms of change and developments that arise with analytical debates on televisions.

Keywords: Television; Unknown Sovereign and Violence.

Introdução

Com aprovação da Constituição multipartidária em 1990, a paisagem política moçambicana viu introduzido o Estado de Direito, alicerçado na separação e interdependência de poderes entre o executivo, legislativo e o judicial, a instauração do sufrágio universal periódico, o carácter soberano do Estado de Direito Democrático, baseado no pluralismo de expressão, organização partidária e no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.³

Esta Constituição consagrou em sintonia com a lei da imprensa, lei 18/91, o princípio da liberdade de expressão, da criação dos jornalistas, do acesso às fontes de informação, à proteção da independência e do sigilo profissional e o direito de criar jornais, publicações e outros meios de difusão, assegurando a expressão e o confronto de ideias das diversas correntes de opinião nos meios de comunicação pública.

Este jogo constitucional cimentou as bases dos novos atores políticos, sociais, económicos e novos espaços de poder em Moçambique, especialmente a media privada, reafirmada pela Constituição de 2004, que de certa forma, desafiava o antigo cenário dos medias no país. Caracterizado por transmissão de ideias do novo regime, desencorajar ou controlar sectores hostis ou considerados como tal, consolidar a unidade nacional e aliança operário-camponesa e do seu partido de vanguarda ao serviço da revolução.⁴

³ MOÇAMBIQUE. Constituição (1990), Constituição da República de Moçambique. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1990.

⁴ CHICHAVA, S; POHLMANN, J. Uma Breve Análise Da Imprensa Moçambicana, *In*: BRITO, L., CASTELBRANCO, Carlos; CHICHAVA, Sergio; FRANCISCO, A. (eds), **Desafios para Moçambique 2011**, Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2010, pp. 127-138.

Durante o governo do Estado-partido, a vigilância e a punição ocorriam de maneira explícita pelo próprio Estado. Sobre a sua vigilância, o Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP) tinha a prerrogativa de confiscar propriedades de qualquer opositor do regime, prender pessoas sem mandatos e fazer investigações, decidir o destino dos prisioneiros que poderiam ser encaminhados a polícia judicial ou serem mandados para os campos de reeducação.⁵

No entanto, com a democratização que implicava à desconstrução do Estado-partido, uma entidade desconhecida e difusa surgia no processo de transição político-social, cingindo-se numa primeira fase, ao quadro técnico e institucional da imprensa escrita, onde ao distribuir a sua economia de vigiar e punir, ao menos um jornalista investigando casos de corrupção no sector público foi assassinado: Carlos Cardoso, assassinado em 2000 após ter escrito alguns artigos acerca da fraude bancária que ocorreu aquando da privatização do Banco Comercial de Moçambique.⁶

O assassinato de Carlos, cimentou percepções da existência de uma entidade desconhecida, que resiste as dinâmicas de transformação e transição político-social que se desenvolviam com a inserção da media privada, e que conseqüentemente, não reconhece a expressão e o confronto de ideias das diversas correntes de opinião nos meios de comunicação. Nesta conjuntura, a media moçambicana sofria transformações, com o desenvolvimento das diversas emissoras televisivas, o instrumento preferencial de vinculação da informação passava a ser a televisão.

Desta forma, a economia de vigiar e punir do soberano desconhecido passou para além do quadro do jornalismo escrito a ser partilhado aos analistas da televisão, dos quais no período de 2015 á 2018 destacam-se o Constitucionalista e Professor Catedrático Gilles Cistac, morto a tiros no ano de 2015 na Cidade de Maputo, Professor universitário José Jaime Macuane, sequestrado e baleado nos membros inferiores no primeiro semestre do ano de 2016, e o caso do jornalista Ericino de Salema, sequestrado e agredido no ano de 2018.

Apesar de suscitar questões ligadas à agressão dos analistas, a presente pesquisa não constitui uma ciência forense, que objetiva identificar os eventuais

⁵ CABRITA, João. Moçambique: **The Tortuous Road to Democracy**. Palgrave, 2000.

⁶ OPEN SOCIETY INITIATIVE FOR SOUTHERN AFRICA (OSISA). **Moçambique Democracia e Participação Política**. Joanesburgo: OSISA, 2009.

autores e a comprovação de sua culpa. Porém, como real objetivo das ciências sociais, trata de compreender, considerando o caso padrão de José Macuane e Ericino de Salema, como as agressões contra os analistas que participam dos debates televisivos surgem na sociedade e se articulam de forma a minar a liberdade de expressão.

O artigo busca produzir uma análise crítica sobre o cenário conturbado do exercício da realidade moçambicana realizada em canais de televisão e os perigos que esta perspectiva pode ocasionar. Produz um levantamento sobre os principais espaços midiáticos televisivos de Moçambique, e esforça-se em promover uma análise sobre a relação entre os meios de comunicação privados, o exercício jornalístico na televisão e as possíveis formas de repressão à imprensa, inclusive com o potencial risco à vida.

Nesta perspectiva, o estudo parte das seguintes indagações: quais são os efeitos da violência do soberano desconhecido à liberdade de expressão nos debates televisivos e na sociedade depois da agressão dos analistas? Até que ponto a agressão dos analistas pelo soberano desconhecido contribui para mudar de direção ou resistir as novas formas de mudança e desenvolvimento (debates políticos nas televisões e na sociedade)? Como o Estado e os governos respondem e em que medida são influenciados pelo soberano desconhecido?

Como forma de responder as inquirições supracitadas, tomou-se por referência a técnica de análises formais do método de análise de conteúdo, observando-se quatro emissoras privadas que apresentam programas de debate sociopolítico, antes do vigor da transmissão digital obrigatória anunciada em 2021, nomeadamente: 1) STV, com o programa Pontos de Vista; 2) a TV Miramar com o Resenha Semanal, 3) a TV Sucesso com o programa Visão Política e a 4) Gungu TV com o programa Gungu Debate.

Para consubstanciar as análises dos programas, foram empreendidas entrevistas semiestruturadas com analistas, acadêmicos e testemunhas privilegiadas (José Macuane e Ericino de Salema), os quais o estudo diz diretamente respeito. Adicionalmente, foi feito um catálogo de observações de diversas individualidades com base em material recolhido da imprensa escrita, parte de intelectuais via *redes sociais* e discussões da internet nos períodos dos sequestros e agressões dos analistas.

1. O soberano desconhecido e os sistemas de vigilância

O debate em torno dos soberanos que reclamam o poder de vigiar e punir os seus cidadãos ocorre a mais de um século. Os trabalhos de Foucault e Orwell, traçaram avenidas significativas para a compreensão deste fenômeno. Em vigiar e punir de Foucault e na ficção despótica 1984 de Orwell, os soberanos Estatais configuram-se como detentores do poder do controlo mental e dos corpos dos seus cidadãos. Através desses poderes, os soberanos moldam o comportamento dos indivíduos a favor de ações desejadas.

Foucault retrata um sistema de vigiar e punir típico dos Estados clássicos, onde o espaço geográfico, isto é a prisão de arquitetura panóptica, desempenha o papel preponderante para controlar os seus cidadãos.⁷ Por outro lado, Orwell em sua nação futurista de Oceana, detalha o monitoramento dos cidadãos em suas casas através da *teletela*, um dispositivo que tanto projeta as imagens quanto o comportamento dos seus cidadãos.⁸

Em sua análise, Foucault não tomou em consideração o impacto da contemporânea, e em particular das novas tecnologias digitais.⁹ Em contrapartida, em 1984 de Orwell, os sistemas de vigilância tecnológicos acompanhariam o cotidiano de cada cidadão a favor de uma figura governante designada "Big Brother" (Grande Irmão).

Contudo, apesar dessas dissimilitudes, Foucault e Orwell concordam que a vigilância é parte de um regime em que comparativamente poucos indivíduos ou grupos poderosos assistem muitos, em uma forma de escrutínio de cima para baixo.¹⁰ Entretanto, o que os dois autores não levaram em conta, é que as novas tecnologias de informação e comunicação como a televisão e as redes sociais, permitiriam que muitos vigiassem os poucos, e tal situação, resultaria na decomposição do monopólio de vigilância como transcorreu em vários Estados do mundo e em Moçambique.

⁷ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 27 ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

⁸ HAGGERTY, Kevin; ERICSON, Richard. The surveillant assemblage. *In*: HIER, Sean; GREENBERG, Josh (eds). **The surveillance studies reader**. Berkshire: Open University Press, 2000/2007, pp. 104-116.

⁹ WOOD, D. M. Beyond the panopticon? Foucault and surveillance studies. *In*: CRAMPTON, Jeremy; ELDEN, Stuart (Eds.), **Space, knowledge and power**: Foucault and geography. Aldershot: Ashgate, 2021, pp. 245-263.

¹⁰ HAGGERTY, Kevin; ERICSON, Richard. *Op. cit.*

A FRELIMO que assumira o país depois da guerra de libertação, impunha-se como o verdadeiro príncipe funcionando como intérprete e condutor da coletividade.¹¹ Os Grupos Dinamizadores, garantiam a vigilância da população.¹² Estes e os comitês ao nível das bases, denunciavam os infratores as instâncias superiores para serem punidos. Os campos de reeducação constituíam um meio panóptico onde os indivíduos tidos como rebeldes e contra as políticas do partido eram submetidos. Neste quadro, a vigilância e punição constituíam objeto exclusivo do Estado-partido.

Na conjuntura da democratização, vários mecanismos de vigilância social de que a FRELIMO se servia, dissolveram-se no contexto. A aprovação de uma constituição democrática e uma lei que instituía a media privada, gerou novos atores e democratizou os cenários de vigilância social.

É neste oceano que surge o soberano desconhecido, uma entidade que extravasa os limites dos soberanos vigentes e reconhecidos em seus Estados. O soberano desconhecido surge através das novas dinâmicas sociopolíticas e tecnológicas, explorando as fragilidades da modernidade de vigilância e constitui o seu poder onde muitos possuem azo de vigiar os poucos. Deste modo, resiste as dinâmicas que se desenvolvem com a inserção da media privada, punindo o confronto de ideias das diversas correntes de opinião nos meios de comunicação.

Na sua engenharia de punir, o soberano desconhecido aplicaria métodos legítimos dos soberanos descritos por Foucault e Orwell. Onde o castigo dos seus inimigos é uma maneira de buscar uma vingança pessoal e pública. É um cerimonial para reconstituir a soberania lesada por um instante. Ele a restaura manifestando-a em todo o seu brilho. A execução pública, por rápida e cotidiana que seja, se insere em toda a série dos grandes rituais do poder eclipsado e restaurado do crime que desprezou o soberano.¹³

A condição contemporânea de vigilância permitiu que os limites do panóptismo propostos por Foucault, constituíssem uma questão de pretérito. Devido à disponibilidade das redes digitais, a vigilância opera com ajuda de redes globais

¹¹ MIGUEL, Joao. **Mídia, política e mercado na sociedade moçambicana**: o setor televisivo aberto. Tese de Doutorado em ciências da Comunicação. Universidade do Vale Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

¹² BRITO, Luís de. **A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983**. Maputo: IESE, 2019.

¹³ FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*

descentralizadas e que podem, em princípio, ser exercidas por muitos atores com acesso a tais redes. Não há um único ponto geográfico de acesso à informação, ela pode ser acessada de qualquer lugar. Da mesma forma, não há uma única base de dados eletrônica para vigilância, mas muitas dispersas que podem ser usadas em conjunto por atores poderosos.¹⁴

Fazendo menção ao Gilles Deleuze, Haggerty e Ericson sustentam que essa tendência da modernidade, permite-nos falar de vigilância como uma assembleia, que consiste em uma multiplicidade de objetos heterogêneos, cuja unidade vem apenas do fato de que esses itens funcionam juntos como uma entidade de vigilância direcionado para o corpo humano.¹⁵ Estas assembleias permitem que alusões ao escrutínio do Big Brother estejam-se movendo em direção a uma sociedade de “pequenos irmãos”.¹⁶

Sobre a engrenagem tecnológica, o soberano desconhecido demonstra possuir dados e informações das suas vítimas. Em alguns casos como o de Salema, vitimado em 2018, a entidade desconhecida realizou uma série de chamadas telefônicas para o seu número particular e para os seus próximos, na perspectiva de o informar o castigo depois das suas abordagens na televisão.

As câmeras de vigilância, a internet e as redes sociais permitem que o soberano desconhecido como um corpo difuso, vigie os seus alvos sem necessariamente tê-los cativo. Os cenários em que ocorreram os sequestros dos analistas sem nenhum registro das câmeras de vigilância no centro da Cidade de Maputo (Símbolo das novas tecnologias de segurança em Moçambique), denunciam que o poder de vigilância do soberano desconhecido é além da televisão.

Até este ponto, a ideia sugerida por Webster et al., segundo a qual a vigilância tornou-se uma parte normal da vida cotidiana e está entrincheirada no tecido social da vida¹⁷, encapsulava a maioria moçambicana, de tal forma que, diversas individualidades refugiam-se no anonimato para exprimirem as suas opiniões sociopolíticas nas redes televisivas e em pseudônimos, para as redes sociais. Este

¹⁴ FUCHS, C. **How can surveillance be defined?** *MATRIZes* 5(1), 2011, pp. 109-133.

¹⁵ HAGGERTY, Kevin; ERICSON, Richard. *Op. cit.*

¹⁶ LACE, Susanne. The new personal information agenda. In: _____ (ed.). **The glass consumer**. Birstol: Policy Press, 2005, pp. 207-245.

¹⁷ WEBSTER, C. *et al.* **Social Perspective of Surveillance and democracy**. Project: Increasing Resilience in Surveillance Societies (IRSS), 2014.

fenômeno, veio a indicar que o tipo de fiscalização operacional foi entendido como além dos analistas mas de toda a sociedade.

Tal como Jurgenson argumentou fazendo alusão ao Bauman, as pessoas são rastreadas cada vez mais através de novas tecnologias, pois os dados se acumulam para níveis sem precedentes, a vigilância escorrega em um estado líquido. A vigilância tornou-se menos ligada à observação espacial, e como tal, também se tornou pós-panóptico.¹⁸

Num cenário em que todos possuem meios de vigiar, o soberano desconhecido desassemelha-se dos vários atores apresentando um poder que seria de uso exclusivo do Estado. Demonstra possuir armas de fogo empunhados por seus homens de abordagem polícia-militar que agem no centro da cidade em prosa, sequestrando ou punindo as suas vítimas de forma invisível aos demais meios de vigilância e segurança Estatal. Neste meato, como iremos apresentar mais abaixo, a inoperância das autoridades e as clivagens sociopolíticas e partidárias geram narrativas que o tornam invisível e incapturável.

2. A televisão: antecedente de vigilância e punição dos analistas?

A televisão pode ser descrita como um sistema de comunicação cujas informações são transmitidas de um emissor para vários receptores.¹⁹ A televisão é, na sua essência, um meio de comunicação audiovisual.²⁰ No presente estudo, é discutida como uma instituição, uma realização, um fenômeno sociocultural e com representação e forma. Onde o aparelho já não serve unicamente para se assistir a uma emissão determinada por um emissor.²¹ Mas como um elemento preponderante entre os *mass media*, cumprindo várias funções comuns a outros meios de comunicação: informar, formar, entreter modelando o conhecimento, integração de novos referentes sobre o mundo, as coisas e as pessoas.²²

A televisão coloca-se na posição de domínio total do mercado de informações, modificando a relação com seu público, assim como a maneira de produzir seus

¹⁸ JURGENSON, Nathan. **Review of Bauman and Lyon's Liquid Surveillance**: A Conversation. *Surveillance & Society* 11(1/2), 2013, pp. 204-207.

¹⁹ DENICOLI, Sergio. **TV Digital**: Sistema, Conceitos e Tecnologias. São Bartolomeu: Graçio Editor, 2011.

²⁰ SOUSA, Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. 2ª ed. Porto, 2006.

²¹ FREIRE FILHO, João. **História da Televisão**: Teoria e Prática. Trabalho apresentado ao NP 07 - Comunicação Audiovisual, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa do Intercom, 2004.

²² *Ibidem*.

programas.²³ Promove essa homogeneização através da sedução da linguagem audiovisual, atraindo os telespectadores pela musicalidade das palavras e pelo encantamento das imagens, transformando a visão do mundo de quem a observa.²⁴

Desta forma, a televisão expõe a um grande perigo as diferentes esferas da produção cultural, arte, literatura, ciência, filosofia, direito entre outros, na medida em que todos os campos estão sujeitos aos limites estruturais do campo jornalístico, e não deste ou aquele jornalista, deste ou daquele director de emissora, mas eles próprios são vencidos pelas forças do campo uma vez que a televisão é um instrumento que teoricamente, possibilita atingir todo mundo. Nesse sentido, a vigilância torna-se um operador económico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar.²⁵

As propriedades do campo televisivo atraem para dentro de si, propriedades dos outros campos, as lutas, propriedades principais de todos os campos, são deslocadas para o campo televisivo, as campanhas políticas, protestos, debates académicos etc., passam a ser mais vistos na televisão. Como tal, pode constituir base de antecedente de vigilância, rapto e punição dos analistas por outros atores que disputam a mesma arena ou pelos que se incomodam com a expressão de quem está na tela.

A televisão em particular, inibe formas mais complexas de discurso político que podem levar a uma crítica mais significativa do status quo. A media de notícias tende a interpretar histórias em termos de eventos dramáticos distintos no presente imediato - uma qualidade conhecida como orientação de eventos - em vez de examinar situações de longo prazo.²⁶

O que constitui a célula base de outros campos, pela concorrência televisiva do campo jornalístico, passa a ser despido da sua originalidade, os debates políticos e análises dos comentadores que de certa forma representam o fundamento das teorias

²³ BAUER, Carlos. **Sobre a Televisão**: reflexões históricas. *In*: Cenários da comunicação. UNINOVE. São Paulo, v. 1, n. 1, 2002, pp. 27-41.

²⁴ ZOVIN, Cristiane de R. **A força da televisão na construção do imaginário**: o papel cultural das máquinas de imagens na vida das pessoas. Brasília: Revista F@ro Nº 7 Estudos. 2007.

²⁵ BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**: Seguido de A influência do Jornalismo e os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

²⁶ DOYLE, Aaron. **Revisiting the synopticon**: Reconsidering Mathiesen's 'The Viewer Society' in the age of Web 2.0. *Theoretical Criminology* 15(3), 2011, pp. 283-299.

do seu campo do saber, sofrem dramatizações e especulações que podem atrair violência para quem está em observação.

Como uma instituição sinóptica, a televisão permite que um número grande de indivíduos seja capaz de se concentrar em algo em comum.²⁷ No domínio pós-panóptico, a televisão mostra-se como um dos melhores modelos de vigilância na sociedade do consumidor, onde, por exemplo, os consumidores assistem os poucos gatekeepers culturais, jornais e celebridades.²⁸ Nestas condições, o soberano desconhecido não persegue mais as suas vítimas, mas encontra seus voluntários que participam desta.

Num entrecho de tensões político-ideológicas as emissoras que apresentam programas de análise sociopolítico, constituem campos de tensões exercidas pelos apresentadores de perfis diversos e pelos analistas convidados a preferência de cada emissora. Por conseguinte, os programas tornem-se campos de maior vigilância, de quem tenta mudar de direção ou resistir as novas formas de desenvolvimento, observando-se a temática do dia, o perfil dos analistas e o perfil do moderador.

Sobre este raciocínio, verifica-se um crescimento exponencial dos telespectadores moçambicanos que se interessam pelos programas de debate político- social. Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), demonstram que apesar de uma queda significativa no horário de transmissão dos programas noticiosos e análise sociopolítica nas televisões privadas em 2015, denota-se uma considerável progressão nos horários de transmissão dos programas nos anos seguintes.²⁹

3. Paisagem televisiva em Moçambique e o sistema em que opera

Até 2010, o campo televisivo em Moçambique apresentava um total de nove emissoras com sinal aberto: duas públicas e seis privadas. No primeiro grupo, encontram-se: a 1) Televisão de Moçambique (TVM) Fundada em Fevereiro de 1981 e 2) a Rádio e Transmissão de Portugal para África (RTP-África), de origem portuguesa.³⁰

Dentre as emissoras privadas, encontramos: 1) a STV, pertencente à Sociedade Independente de Comunicação (SOICO), de empresários moçambicanos e fundada em

²⁷ HAGGERTY, Kevin; ERICSON, Richard. *Op. cit.*

²⁸ JURGENSON, Nathan. *Op. cit.*

²⁹ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico**. Maputo: INE, 2018.

³⁰ CHICHAVA, S; POHLMANN, J. *Op. cit.*

2002; 2) A Televisão Independente de Moçambique (TIM), criada em 2006 por empresários moçambicanos; 3) TV Miramar, propriedade da Igreja Universal do Reino de Deus; 4) a SIRT-TV, criada em 2002 e com sede na cidade de Tete, a única com sede fora da capital; 5) a KTV, descendente da antiga Rádio e Televisão Klint (RTK), a primeira estação televisiva privada criada em Moçambique; e 6) a TV Maná, propriedade da Associação Maná Igreja Cristã.³¹

Com desenrolar do tempo, mais seis emissoras operando em sinal aberto, surgiram no campo televisivo moçambicano, uma pública e oito privadas. No primeiro caso, encontramos: 1) a TVM2 que despontou da necessidade de se descentralizar a primeira TVM como forma de dar espaço a vasta programação que desafiava os horários da primeira emissora em Março de 2012. No segundo caso topamos: 1) a CTV, canal experimental virada a música e cinema; 2) a TV Sucesso fundada em 2016, do empresário e antigo apresentador da TVM, Gabriel Júnior; 3) Eco TV, pertencente aos empresários moçambicanos; 4) Gungu TV, de empresário Gilberto Mendes, criada na necessidade de se ter uma televisão da Companhia Teatral Gungu; e 5) a Top TV.

Depois do comunicado da imprensa do Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique em Setembro de 2021, o cenário da televisão registrou mudanças paradigmáticas. A transmissão analógica foi oficialmente substituída pela transmissão digital, ou seja, a possibilidade de se assistir a uma determinada emissora através de um sinal aberto tinha se tornado uma questão do pretérito.

Contudo, este paradigma não transforma a postura das emissoras que operam em Moçambique, mais sim, satisfaz padrões internacionais de transmissão. Apesar terem as suas origens no período multipartidário, diferente do antigo cenário, marcado pelo controlo do Partido, pela censura e autocensura, a imprensa era vista pelos líderes da Frelimo como um importante instrumento para transmitir as ideias do novo regime, desencorajar ou controlar sectores hostis ou considerados como tal, e consolidar a unidade nacional.³² As televisões pós-monopartidarismo, operam num contexto com tendências do "*sistema pluralista polarizado*".³³

³¹ Ibidem.

³² CHICHAVA, S; POHLMANN, J. *Op. cit.*

³³ NHANALE, Ernesto. **O Jornalismo e a democracia em Moçambique**: A cobertura dos casos de corrupção nos jornais Domingo e Savana. Tese de doutoramento. Barcelona: Universidade autônoma de Barcelona, 2017.

Neste sistema, Hadland em referência ao Mamdani, denota que a media é caracterizada por um forte paralelismo político, produtos mediáticos com proprietários, audiências que frequentemente reflectem características clientelistas, uma ligação direta entre os jornalistas e os políticos ou homens de negócios com fortes afiliações políticas. O profissionalismo jornalístico é geralmente baixo e é afetado por falta de recursos, sistemas de educação pobres e fracas organizações jornalísticas.³⁴

A regulação da media e o controlo nestes sistemas é feito através de conselhos, tribunais, ou estruturas governamentais. Os jornalistas são sujeitos a uma cadeia de legislativos, reguladores, políticos, e restrições socioculturais, os jornalistas são sempre presos ou de alguma forma vitimados e a intercessão do Estado é perversa e diversa.³⁵

Entretanto, apesar das televisões operarem neste ambiente, são cada vez mais comuns debates televisivos sobre os temas mais polémicos da vida política, mas ainda se pode considerar que os meios de comunicação social públicos continuam mergulhados em práticas de autocensura (especialmente a televisão pública, a Televisão de Moçambique, TVM).³⁶

A dependência económica das televisões diante de uma elite política e económica, determina o tipo de informação do consumo público, um jornalismo de medo, com tendências de ventre em que algumas temáticas podem constituir debates com certa dramatização e banalização, e alguns casos como os grupos extremistas em Cabo Delegado, apresentam baixos níveis de reportagens e debates.

As televisões que apresentam uma tendência diferente do *establishment* através de determinados programas, encontram a fúria do soberano desconhecido descarregado aos jornalistas e analistas, o que de certa forma limita a liberdade de expressão na media e na sociedade.

4. Onde vigiar para limitar a liberdade de expressão?

A televisão é progressivamente substituída pelas novas tecnologias de informação e comunicação ligadas à internet. O público da televisão em massa está fragmentando-se com a ascensão dos novos mecanismos de comunicação social, e como

³⁴ HADLAND, Adrian. Africanizing Three Models of Media and Politics: The South African Experience. *In*: HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo (eds). **Comparing Media Systems beyond the Western World**. Cambridge University Press, 2012, pp. 96-118.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ OSISA, *Op. cit.*

resultado, o mundo da vigilância, que vinha se intensificando, também está tornando-se mais disperso.³⁷ No entanto, ressalva-se que os processos de vigilância ocorrem de forma diferente em diferentes contextos culturais.³⁸

Nos Estados menos desenvolvidos, onde a rádio e a televisão constituem instrumentos que abrigam grande parte da população, a televisão desempenha o papel central na vigilância. Apresenta-se como um campo de poder entre os *mass media*, uma plataforma onipresente em cada lar o qual o campo político necessita para fazer suas lutas, um campo de tensões e conflitos relacionados com as dinâmicas de transformação e transição político-social. É na essência um campo de risco, que em alguns casos apresenta um soberano desconhecido como campeão da arena, resistindo as novas estruturas trazidas pelo desenvolvimento do aparelho.

Em Moçambique, depois da rádio, a televisão ocupa o segundo lugar e pela sua capacidade de entrelaçar as palavras e imagens, denota-se como uma instituição de maior influência. Por outro lado, considerando que apenas 18% da população possui à internet, a televisão continua sendo o meio mais confiável para o acesso à informação, pois, de forma recorrente, os usuários buscam informação na internet, mas dão credibilidade após a sua certificação em um meio tradicional – canal de televisão.³⁹

A internet que constituiria o meio de maior vigilância enferma de grandes desafios contextuais que a atribuem menor ênfase comparativamente à televisão. Marisa, Uate e Perreira, observam que parte considerável dos cidadãos que utilizam computadores e tem acesso à internet, têm-no através dos operadores privados. Os preços de acesso à internet e utilização do telefone ainda são exorbitantes para uma população rural que vive com menos de USD 1 por dia, tornando assim um desafio importante a expansão da rede informática pública. Em compensação, as elevadas taxas do analfabetismo, aguçam a condição dos meios acoplados à internet frente à televisão.⁴⁰

Como um corpo difuso, o soberano desconhecido prestaria atenção a todos os meios de vigilância disponíveis, câmeras de vigilância, redes sociais entre outros.

³⁷ DOYLE, A. *Op. cit.*

³⁸ LYON, D. **Globalizing Surveillance: Comparative and Sociological Perspectives.** *International Sociology* 19(2), 2004, pp. 135–49.

³⁹ TSANDZANA, D. **Juventude urbana e redes sociais em Moçambique:** A participação política dos conectados desamparados. *Comunicação e Sociedade*, 34, 2018, pp. 235-250.

⁴⁰ MARISA, Stela; UATE, Raul; PERREIRA, Milton. **A Governação eletrónica e o acesso à informação em Moçambique.** Maputo: Associação Centro de Direitos Humanos, 2014.

Entretanto, tendo em conta o número do público envolvido nestes meios, e como os analistas são punidos, existem fortes indicações de uma certa racionalidade do soberano desconhecido assente na maximização do tempo, segundo a qual, vigiar com maior intensidade os programas das televisões que atraem o maior número dos telespectadores, em detrimento das publicações nas redes sociais e jornais pouco explorados em Moçambique, é mais prático.

Tal como Orwell se referiu no 1984, existem classes sociais que pela sua condição não oferecem perigo ao sistema do soberano e por esta razão, não são vigiadas constantemente.⁴¹ Este raciocínio é aplicável para as redes sociais dos particulares, jornais e para as televisões. Tanto que na perspectiva do Lyon, o exercício de vigilância tem a ver com o controle racionalizado das informações dentro das organizações modernas.⁴²

O facto social induz a percepção de que a engenharia do soberano desconhecido, distribuiria metodologicamente mais créditos económicos de vigilância aos programas de televisões que apresentam debatedores de características “falsamente verdadeiros”, onde na perspectiva Bourdieu, sublinha-se a responsabilidade do apresentador que sempre impressiona os espectadores, faz intervenções restritivas, impõe o assunto e a problemática.⁴³

Como árbitro do acesso à existência social e político, o apresentador impõe pela regra do jogo a palavra, distribui os sinais de importância os quais influenciam a linha de análise dos analistas, convidando de alguma forma a atenção do soberano desconhecido a sua emissora, uma vez que dizemos tanto pelos olhares, pelos silêncios, pelos gestos, pelas mímicas, pelos movimentos dos olhos.⁴⁴

O soberano desconhecido dirigiria pouca atenção aos debatedores verdadeiramente falsos⁴⁵ assim como aos programas dos apresentadores sensacionalistas para elevar o índice da audiência, desta forma, prestando maior atenção naquelas emissoras que o jornalista além de arbitrar os assuntos dos outros

⁴¹ ORWELL, George. 1984. São Paulo: IBEP, 2003.

⁴² LYON, D. *Op. cit.*

⁴³ BOURDIEU, P. *Op. cit.*

⁴⁴ *Ibidem.*

⁴⁵ Debatedores verdadeiramente falsos, constituem aquelas analistas geralmente amigos que oferecem a mesma opinião. Ver mais em: BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**: Seguido de A influência do Jornalismo e os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

campos o faz com propriedade e controla os ânimos dos seus convidados. Nesta senda, os programas de linhagem crítica e técnica chamariam maior atenção.

Em termos de cobertura política, as emissoras em análise transmitem boletins políticos diários. Entretanto, o perfil do programa de cada emissora, o perfil dos analistas, o debate e o perfil do moderador, determinariam a intensidade de atenção dos telespectadores e do soberano desconhecido a cada uma delas.

A TV Miramar foi a primeira emissora privada com o sinal aberto a operar em Moçambique antes das demais em estudo. No entanto, a prática dos debates sociopolíticos foi um elemento tardio na emissora. Tal como a Rede Record, a Televisão Miramar reserva boa parte da sua programação para assuntos religiosos da IURD, entidade cuja contribuições dos seus fiéis possibilita a sobrevivência e o crescimento da emissora.⁴⁶ A TV Miramar na sua parceria com a Record acaba reproduzindo integralmente muitas informações brasileiras sem muita importância imediata para os moçambicanos.⁴⁷

Por outro lado, a STV conhecida como canal de jornalismo, veio apresentar logo a sua existência uma tradição de debates político-sociais, através dos seus programas Debate da Nação e Pontos de Vista, o que a permitiu que fosse vista como a televisão com perspectivas diferentes do habitual, garantindo-a assim, a preferência e audiência.

A TV Sucesso e a Gungu TV, são emissoras que surgem num contexto de forte uso das redes sociais nas principais capitais do país, o que as permitiu um rápido ingresso no mercado, entretanto, apesar destas emissoras terem começado com o sinal aberto, imigraram para um sinal fechado, o que de certa forma acarretava a visibilidade dos programas destas emissoras, uma vez que as televisões mais consolidadas na praça atuavam em linha aberta. Em consequência, a TV Sucesso voltou a operar em sinal aberto e mais tarde fechado.

O início da Gungu TV, determinou a sua postura na sociedade e o seu nível de audiência relativa aos debates e análises políticas. Virada mais para o teatro, a emissora não ostenta o mesmo grau de popularidade a quando trata-se dos debates sociopolíticos. Por conseguinte, a TV Sucesso apresenta uma postura ramificada, caracterizada pelas componentes existentes na TV Miramar e na STV, permitindo-a que

⁴⁶ MIGUEL, J. *Op. cit.*

⁴⁷ BRITTOS, V. C.; MIGUEL, J. **Comunicação e mercado**: a lógica televisiva moçambicana. *In*: Economia e Políticas da Comunicação. Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO. Vol III, 2005.

seja uma alternativa de informação e debate para os telespectadores que apreciam as modalidades da TV Miramar e a STV.

A TV Miramar através do Resenha Semanal apresentado às 20h:00 de todos os domingos como um programa informativo sobre temas da actualidade nacional e internacional, chama atenção pelo tipo do perfil de analistas que constituem o seu painel, frequentemente políticos que até ao certo ponto apresentam um poder carismático na sociedade, o que alarga o grau da popularidade do programa pelo "tipo de expressão"⁴⁸ e pelos comentários geralmente políticos. Em determinadas situações, os tópicos do debate sofrem mudanças induzidas pelos comentadores que em certa medida ofuscam a pessoa do moderador do debate.

Contrariamente, a STV apresenta às 21h:30 dos domingos o resumo da semana política, económica e social de Moçambique através dos Pontos de Vista. O programa é uma referência sobre os debates políticos e governação no país, caracterizado pela fundamentação técnica que atrai muita atenção da sociedade, maioritariamente académicos e jornalistas. O programa tende a colocar em debate, temáticas de governação pouco exploradas noutras emissoras. Chama para o seu painel analistas que veiculam ideias diferentes do discurso oficial, a natureza do apresentador residente aleita o debate e pressiona a mais comentários dos analistas.

O tipo de programa da Gungu TV (Gungu Debate) apresenta características similares à Resenha Semanal da TV Miramar, apesar de trazer comentadores de outros ramos da sociedade, o perfil preferencial dos analistas, são políticos que discutem temáticas apresentadas frequentemente pelo proprietário da televisão. Apresentado aos sábados pelas 20h:00, os analistas e o moderador em alguns casos movem o debate fora da temática para outras questões pouco relacionadas.

Um elemento não menos importante, reside no factor dia e hora de transmissão dos programas, que de certa forma determinam os níveis de audiência e consequentemente atenção de quem puniria os analistas. A TV Miramar, assim como a STV, apresenta os seus programas nos dias em que as famílias estão concentradas nas suas residências e regista-se baixa programação televisiva. Em contrapartida, a hora de transmissão destes programas, permite que eles sejam vistos em sequência.

⁴⁸ Linguagem de fácil compressão, expressões cômicas e uso de línguas locais.

A TV sucesso apresenta o seu programa no dia laboral (terça-feira, às 21:40) o que contribui para que mesmo tendo as duas partes dos programas já citados não apresente grande visibilidade do público comparado aos supracitados. A Gungu TV, apresenta o seu programa aos sábados (20:00h), regra geral, um dia excelente para a visibilidade do programa, entretanto, apesar de ser um dia não útil, várias programações são transmitidas noutras emissoras, o que é agravado pela baixa qualidade de transmissão audiovisual para além de ser transmitido em sinal fechado.

Todos os programas atraem de algum modo a atenção do soberano desconhecido, afinal como uma figura que tenta controlar a expressão nos meios de comunicação, é sempre racional se preocupar com o que lá se trata, entretanto olhando para a linha editorial tradicionalmente crítica, levanta-se fortes percepções de que os Pontos de Vistas da STV atrairiam maior a atenção do soberano desconhecido, não apenas pelo número dos analistas agredidos que participam neste, mas igualmente pelo tipo de capital que a televisão e o programa ostentam na sociedade moçambicana. O dia e hora de transmissão atraem maior visibilidade do público, as temáticas, o posicionamento analítico dos comentadores e do moderador modificam o argumento oficial da crítica por um argumento técnico-radical.

Em termos de debate político, a STV lidera entre as emissoras públicas ou privadas.⁴⁹ O relatório final da pesquisa encomendada pelo Grupo Soico, indica que a STV despontou como a televisão preferida pelos moçambicanos nas categorias de notícias e debates político-sociais. 44, 5% dos inquiridos assistem regularmente aos debates da STV contra 18% da TVM e 6,2% da TV Miramar.⁵⁰

5. Matando a liberdade de expressão distribuído punição

O castigo é uma maneira de tentar mudar de direcção ou resistir as novas formas de mudança e desenvolvimento. É na óptica de Michel Foucault, uma forma de buscar uma vingança pessoal e pública, pois na lei a força físico-político do soberano está de certo modo presente.⁵¹ Na concepção imperial do soberano desconhecido, os analistas

⁴⁹ OSISA, *Op. cit.*

⁵⁰ MUATIACALE, S. A. A. L. **Estratégias discursivas dos telejornais de Moçambique**: análise crítica do jornal nacional e do jornal da noite. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

⁵¹ FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*

são punidos como negação ao confronto de ideias das diversas correntes nos meios de comunicação.

Neste meato, destaca-se o caso de José Macuane, Professor universitário e um dos comentadores mais conhecidos de Moçambique agredido pela entidade desconhecida. Segundo VOA, as consequências desta punição estariam ligadas à análises que Macuane teceu, entre outros assuntos, as perspectivas do diálogo político, a crise da dívida pública e a manifestação pública que foi proibida pelas autoridades municipais da Cidade de Maputo.⁵²

Depois da agressão de José Jaime Macuane, foi a vez de Ericino de Salema, segundo comentador do programa Pontos de Vista da STV. Salema foi raptado e agredido pelo soberano desconhecido depois deste e os seus próximos receberem chamadas telefônicas que informavam sobre o castigo que o esperava.

Como no primeiro caso, a percepção geral em torno da agressão de Ericino de Salema, sugere que fora resultante dos seus comentários a volta de questões sociopolíticas. Para o moderador do programa Pontos de Vista, Jeremias Langa, o caso de agressão contra Salema veio confirmar que a violência não era uma coisa ocasional que acontecera ao Macuane, mas um caso intencional, que alguém agiu no sentido de intimidar Salema.⁵³

As modalidades de abordagem dos homens do soberano desconhecido aos analistas são semelhantes em ambos os casos. Apresentam-se sem capuz empunhando armas de fogo de uso exclusivo policial e militar. Estes dados prenunciam que o soberano, tal como os soldados de menção Foucaultiniana, investe em soldados de um corpo que entraram numa maquinaria de poder, que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina.⁵⁴

O tipo da mensagem dos homens do soberano desconhecido as suas vítimas (deixar coxo – para Macuane; queremos ti educar – para Salema) evidência um comando que dita a espécie de punição a ser distribuída pelos erros de expressão dos analistas. O uso da força e a mecânica comunicativa e consultiva dos soldados ao

⁵² VOA. **Comentarista moçambicano agredido violentamente em Maputo**, 2016. Disponível em: <<https://www.voaportugues.com/a/comentaristamocambianoagredidomaputomacuane/3341858.html>>. Acesso em 13/05/2019.

⁵³ MATIAS, L. **Moçambique**: Jornalista Ericino de Salema raptado e encontrado gravemente ferido. DW, 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-jornalista-ericino-de-salema-raptadoe-encontrado-gravemente-ferido/a-43156583>>. Acesso em 13/05/2019.

⁵⁴ FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*

soberano após capturar as suas vítimas, atesta o envolvimento de uma entidade que ordena e orienta a violência contra os analistas recorrendo à comunicação telefônica.

Os soldados do soberano desconhecido asseveram possuir informações privilegiadas sobre suas vítimas e do funcionamento das câmeras de vigilância pública, que os permite ações ousadas, como contactar as suas vítimas e abordá-los sem nenhum registro dos sistemas de vigilância que cercam a Cidade de Maputo.

Punindo estes analistas, o soberano desconhecido tende a sepultar a vontade expressiva e contribuir para mudar de direcção ou resistir as novas formas de mudança e desenvolvimento. Para garantir essa façanha, demonstra investir numa metodologia baseada em cinco regras expressas em Foucault.⁵⁵

1. *Regra da quantidade mínima:* que destaca que se um crime é cometido porque traz vantagem então a ideia de uma desvantagem um pouco maior, deixaria de ser desejável;

2. *Regra da idealidade suficiente:* Se o motivo de um crime é a vantagem que se representa com ele, a punição não precisa, portanto, utilizar o corpo, mas a representação;

3. *Regra dos efeitos laterais:* A pena deve ter efeitos mais intensos naqueles que não cometeram a falta, para convencer os outros de que ele fora punido;

4. *Regra da certeza perfeita:* É preciso que, à ideia de cada crime e das vantagens que se esperam dele, esteja associada a ideia de um determinado castigo;

5. *Regra da especificação ideal:* A nocividade de um delito e seu valor de indução não são os mesmos, de acordo com o status do infractor.

O soberano desconhecido pune fisicamente alguns analistas como forma de anunciar aos demais, a desvantagem por de traz da expressão. Como resultado desta engenharia, a qualidade dos debates nas televisões e na sociedade, registra um declínio significativo. A sociedade é educada através da agressão dos analistas que a liberdade de expressão está associada a ideia de um determinado castigo.

O soberano desconhecido expande o seu domínio instituindo um modelo de expressão social que aparentemente não questiona o sistema de coisas do seu agrado. Investe-se de modelos descritos por Orwell para manter a sua hegemonia. Tal como o Big Brother, figura que incorpora o soberano na Oceana, a entidade desconhecida

⁵⁵ FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*

institui gradualmente a *Novafala*, que consiste em restringir os limites do pensamento, e a redução a um mínimo de estoque de palavras disponíveis como uma forma indireta de dominar o pensamento e mudar intenções desviantes.⁵⁶

Como resultado, o perfil dos analistas nas televisões moçambicanas, tende a mudar para se adequar ao novo paradigma. Os programas com o preferencial acadêmico e jornalístico, demonstram uma nova tendência ao incluir figuras políticas que aparentemente atraem menor atenção do soberano, e conseqüentemente menor número de telespectadores familiarizados aos debates mais técnicos.

As emissoras optam aparentemente guiadas pela pusilanimidade ou por motivos de segurança na troca dos discursos técnicos por políticos. A STV, canal que teve a maior parte dos analistas se não todos punidos, mudou o perfil dos comentadores dos Pontos de Vista, depois da agressão dos seus comentadores. Esta mudança foi notória ao ponto de levantar debates nas redes sociais. Dentre vários argumentos e críticas, os telespectadores insatisfeitos com o cenário, julgaram a mudança como "pontos de vista dos deputados; pontos de vista das bancadas da assembleia, entre outros.

No que tange as formas de punição dos comentadores, a tabela cambial de expressão-punição do soberano desconhecido, sugere a existência de um certo tipo de punição para cada caso, como se argumenta na regra cinco de Foucault, a nocividade de um delito e seu valor de indução não são os mesmos, de acordo com o status do infractor.⁵⁷ O tipo de discurso e o capital do analista determinariam a espécie de punição a ser distribuída pelo soberano desconhecido, partindo da morte, sequestros, agressões e ameaças.

Enquanto alguns analistas são punidos fisicamente como um instrumento informativo do custo de expressão, os demais recebem chamadas telefônicas de ameaças que recomendam a mudança de postura comunicativa. Por outro lado, grande parte é punida psicologicamente, ao prestar atenção nas modalidades da violência empregue pelo soberano desconhecido no corpo dos analistas. Neste sentido, toda sociedade acaba punida, independentemente da modalidade da violência aplicada.

⁵⁶ ORWELL, George. *Op. cit.*

⁵⁷ FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*

6. Além de desconhecido é incapturável e ameaça à legitimidade do Estado

- *A Inoperância dos Serviços de Segurança*

As dificuldades do Estado e dos governos em tornar o soberano desconhecido tangível-visível e as falhas destes no garante à justiça, segurança e bem estar, gera narrativas e acusações que desviam a atenção da figura do soberano desconhecido e o tornam incapturável. Várias questões relacionadas à proveniência da economia de punir do soberano desconhecido limitam a liberdade de expressão na televisão e na sociedade.

Apesar de crescente desenvolvimento de segurança e controlo nas vias públicas, os analistas punidos, ao menos fisicamente, foram capturados a luz do dia no centro da cidade, onde regista-se maior número de tecnologias de vigilância, entretanto, nenhuma destas registrou os sequestros. Esta situação desafia a capacidade de resposta das autoridades, e a falta de solução dos casos gera um certo clima de impunidade.

No enigma dos autores materiais e morais que punem os analistas, duas abordagens a respeito das características dos agressores dominam na sociedade. Nesta segmentação, as duas abordagens são influenciadas por quatro actores: (I) as autoridades governamentais; (II) Partidos Políticos da oposição; (III) Organizações da Sociedade Civil e (IV) uma pequena parte da media escrita.

Enquanto as interpretações das autoridades abrem maior espaço para narrativas e especulações dos autores dos raptos e torturas, ao exemplo de intensões de assaltos protagonizados por gangues, colegas de trabalho, estudantes, “esposos das suas amantes,” entre outros. O resto dos actores, direccionam as interpretações dos agressores numa única perspectiva, “esquadrões da morte”.

Apesar de não ter ligações com um programa televisivo, o assassinato de Anastácio Matavele, Director Executivo do Fórum das ONGs (FONGA), na província de Gaza por quatro agentes especiais da Polícia da República de Moçambique nas vésperas das eleições de 2019, elevou o tom da abordagem dos “esquadrões da morte”.

O patenteamento de alguns agentes envolvidos na morte de Matevele antes das suas prisões, e um advogado pago pelo Estado pós-detensões, despoletou a crença de que alguns membros da polícia, seriam os ditos “esquadrões da morte”, impunes e que perpetuam todas as agressões relacionadas aos analistas.

Esta perspectiva questiona a legitimidade do Estado, na medida em que enquanto as autoridades não distorçam e fazem conhecer definitivamente os autores materiais e o soberano desconhecido que ordena a punição dos analistas, a sociedade continua desconfiando do Estado e dos seus agentes, grande parte, prejudicados por aqueles da conduta do assassinato de Matavele.

- *Uma Relação Intolerante Característica da Idade Média*

A relação estabelecida entre alguns membros do Governo/Estado e analistas de algumas Organizações da Sociedade Civil, torna o soberano desconhecido ainda mais incapturável. Tem-se a impressão de uma relação intolerante, característica da Idade Média, onde a igreja envolvia-se em constantes confrontos com os cientistas que advogavam questões relevantes à sociedade a partir de hipóteses e observações dessemelhantes daquilo que a igreja via como imutável. Esta postura dos líderes religiosos da Idade Média, é importável para o contexto moçambicano, principalmente quando observa-se a postura de alguns oficiais do Governo/Estado para com os analistas.

Nota-se que alguns oficiais do Governo/Estado, olham para os cientistas sociais/analistas como “apóstolos da desgraça”, que devessem ter e as suas opiniões limitadas ou excluídas dos debates televisivos, principalmente da televisão pública. Por outro lado, uma parte da sociedade, entende que a televisão pública está ao serviço exclusivo do governo, e se um analista de linhagem crítica inexplicavelmente participa de um debate na estação, significa a sua cooptação.

Com a inserção das redes sociais, este modo de interpretação, é facilmente observável no tecido social, grupos de personalidades recorrem a estas plataformas para criticar e mostrar preocupação referente a presença de alguns analistas considerados críticos na televisão pública.

Este posicionamento da sociedade em relação aos analistas, demonstra a existência de um clima de constante confronto entre alguns oficiais do Governo/Estado e analistas de algumas Organizações de sociedade civil. O soberano punidor dos analistas, serve-se desta relação conflituosa e torna-se ainda mais desconhecido.

A guerra constante, como Orwell fez menção na Oceana, serve para garantir a hegemonia da minoria.⁵⁸ O soberano desconhecido importa esta lógica para ampliar

⁵⁸ Ibidem.

a sua hegemonia, as guerras existentes nas televisões e nas redes sociais garantem narrativas que o tornam desconhecido e incapturável enquanto governa a liberdade de expressão.

A cultura estabelecida de intolerância das ideias diversas nos debates televisivos por alguns oficiais do Governo/Estado, coloca a cultura de debate abaixo da escala daquilo que seria chamado um Estado de direito democrático. Nota-se recusa de ruptura da trajetória histórica por parte de alguns oficiais do Governo/Estado, na medida que apresentam relutância de aceitar o papel dos analistas ou das Organizações da Sociedade Civil como agentes de desenvolvimento ou de pressão nos meios de comunicação pública.

7. Considerações finais

A presente pesquisa comprometia-se em estudar os efeitos de vigilância e agressão dos analistas na sociedade após a sua participação nas redes televisivas. Nesta senda, ela sugeria a existência de uma entidade desconhecida que surgiu através dos processos de transição político-social recusando ideias das diversas correntes de opiniões nos meios de comunicação pública.

Partindo de uma analogia de inserção da media privada, concluímos que existe uma entidade difusa em Moçambique, que surgiu através das dinâmicas de transformação e transição político-social e pune os jornalistas, analistas e consequentemente a toda sociedade.

Ostentando uma personalidade de soberano desconhecido, a entidade desponta como um poder regulador, que presta atenção aos instrumentos de comunicação social e estabelece uma certa hierarquia de atenção como forma de controlar o que é dito, e consequentemente disciplinar os que deseja como um mecanismo de mudança de direcção ou resistência as novas modalidades do desenvolvimento mapeados pela nova Constituição da República.

Constatamos que o soberano desconhecido estabelece uma tabela cambial de punição para cada entidade de acordo com o seu capital social. Quanto mais estimado o capital, maior será a punição. Da mesma forma, notamos que existem punições psicológicas que podem recair de duas formas, primeiro que incide sobre a pessoa que é ameaçada e a segunda e mais frequente, causada pelo impacto da agressão no corpo

dos comentadores agredidos, esta última expande-se em toda sociedade que entende que a expressão tem custos perversos e modificam a sua linguagem.

Por fim, concluímos que enquanto um corpo incapturável, o soberano desconhecido continua ameaçando a liberdade de expressão na sociedade e nos debates televisivos, e como consequência da inoperância das autoridades em capturá-lo, ameaça a legitimidade do Estado e reduz a crença dos cidadãos nas instituições Estatais principalmente as de segurança e justiça.

Referências

- BAUER, Carlos. **Sobre a Televisão**: reflexões históricas. *In*: Cenários da comunicação. UNINOVE. São Paulo, v. 1, n. 1, 2002, pp. 27-41.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**: Seguido de A influência do Jornalismo e os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRITO, Luís de. **A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983**. Maputo: IESE, 2019.
- BRITTOS, V. C.; MIGUEL, J. **Comunicação e mercado**: a lógica televisiva moçambicana. *In*: Economia e Políticas da Comunicação. Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO. Vol III, 2005.
- CABRITA, João. Mozambique: **The Tortuous Road to Democracy**. Palgrave, 2000.
- CHICHAVA, S; POHLMANN, J. Uma Breve Análise Da Imprensa Moçambicana, *In*: BRITO, L., CASTEL-BRANCO, Carlos; CHICHAVA, Sergio; FRANCISCO, A. (eds), **Desafios para Moçambique 2011**, Maputo: Instituto de Estudos Sociais E Económicos, 2010, pp. 127-138.
- DENICOLI, Sergio. **TV Digital**: Sistema, Conceitos e Tecnologias. São Bartolomeu: Graçio Editor, 2011.
- DOYLE, Aaron. **Revisiting the synopticon**: Reconsidering Mathiesen's 'The Viewer Society' in the age of Web 2.0. *Theoretical Criminology* 15(3), 2011, pp. 283-299.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. Tradução de Raquel Ramalheite. 27 ed. Petrópolis, Vozes, 1999.
- FREIRE FILHO, João. **História da Televisão**: Teoria e Prática. Trabalho apresentado ao NP 07 -Comunicação Audiovisual, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa do Intercom, 2004.
- FUCHS, C. **How can surveillance be defined?** *MATRIZES* 5(1), 2011, pp. 109-133.
- HADLAND, Adrian. Africanizing Three Models of Media and Politics: The South African Experience. *In*: HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo (eds). **Comparing Media Systems beyond the Western World**. Cambridge University Press, 2012, PP. 96-118.
- HAGGERTY, Kevin; ERICSON, Richard. The surveillant assemblage. *In*: HIER, Sean; GREENBERG, Josh (eds). **The surveillance studies reader**. Berkshire: Open University Press, 2000/2007, pp. 104-116.

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico**. Maputo: INE, 2018.
- JURGENSON, Nathan. **Review of Bauman and Lyon's Liquid Surveillance: A Conversation**. *Surveillance & Society* 11(1/2), 2013, pp. 204-207.
- LACE, Susanne. The new personal information agenda. *In: _____* (ed.). **The glass consumer**. Birstol: Policy Press, 2005, pp. 207-245.
- LYON, D. **Globalizing Surveillance: Comparative and Sociological Perspectives**. *International Sociology* 19(2), 2004, pp. 135-49.
- MARISA, Stela; UATE, Raul; PERREIRA, Milton. **A Governação electrónica e o acesso à informação em Moçambique**. Maputo: Associação Centro de Direitos Humanos, 2014.
- MATIAS, L. **Moçambique: Jornalista Ericino de Salema raptado e encontrado gravemente ferido**. DW, 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt/002/mo%C3%A7ambique-jornalistaericino-de-salema-raptadoe-encontrado-gravemente-ferido/a-43156583>>. Acesso em 13/05/ 2019.
- MIGUEL, Joao. **Mídia, política e mercado na sociedade moçambicana: o setor televisivo aberto**. Tese de Doutoramento em ciências da Comunicação. Universidade do Vale Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.
- MOÇAMBIQUE. Constituição (1990). Constituição Da República de Moçambique. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1990.
- MUATIACALE, S. A. A. L. **Estratégias discursivas dos telejornais de Moçambique: análise crítica do jornal nacional e do jornal da noite**. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.
- NHANALE, Ernesto. **O Jornalismo e a democracia em Moçambique: A cobertura dos casos de corrupção nos jornais Domingo e Savana**. Tese de doutoramento. Barcelona: Universidade autônoma de Barcelona, 2017.
- OPEN SOCIETY INITIATIVE FOR SOUTHERN AFRICA (OSISA). **Moçambique Democracia e Participação Política**. Joanesburgo: OSISA, 2009.
- ORWELL, George. **1984**. São Paulo: IBEP, 2003.
- SOUSA, Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. 2ª ed. Porto, 2006.
- TSANDZANA, D. **Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: A participação política dos conectados desamparados**. *Comunicação e Sociedade*, 34, 2018, pp. 235-250.
- VOA. **Comentarista moçambicano agredido violentamente em Maputo**, 2016. Disponível em: <<https://www.voaportugues.com/a/comentaristamocambianoagredidomaputomacuanne/3341858.html>>. Acesso em 13/05/2019.
- WEBSTER, C. et al. **Social Perspective of Surveillance and democracy**. Project: Increasing Resilience in Surveillance Societies (IRSS), 2014.
- WOOD, D. M. Beyond the panopticon? Foucault and surveillance studies. *In: CRAMPTON, Jeremy; ELDEN, Stuart* (Eds.), **Space, knowledge and power: Foucault and geography**. Aldershot: Ashgate, 2021, pp. 245-263.

ZOVIN, Cristiane de R. **A força da televisão na construção do imaginário**: o papel cultural das máquinas de imagens na vida das pessoas. Brasília: Revista F@ro N° 7 Estudos. 2007.

Recebido em: 20.04.2021

Aprovado em: 20/07.2021

POR UMA GEOGRAFIA DECOLONIAL: ELEMENTOS PARA O ENSINO DE ÁFRICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

FOR A DECOLONIAL GEOGRAPHY: ELEMENTS FOR TEACHING AFRICA IN BASIC EDUCATION

Jonathan da Silva Marcelino¹

Secretaria de Educação do Município de São Paulo (SME/SP)

Resumo: A proposta desse trabalho é apresentar os marcos de Geografia Decolonial bem como sinalizar para um conjunto de possibilidades pedagógicas que podem ser elaboradas no trabalho com o recorte temático do continente africano nas aulas de Geografia a luz de uma educação antirracista. Sabemos que a Geografia é uma disciplina fundamental para a constituição dos referenciais que orientam os comportamentos dos indivíduos e que ela também é parte dos componentes curriculares obrigatórios na educação básica e pode ser utilizada como instrumento de compreensão das complexidades que envolvem o continente africano, bem como no combate ao racismo, e na construção de uma educação inclusiva.

Abstract: The purpose of this work is to present the landmarks of Decolonial Geography as well as to signal a set of pedagogical possibilities that can be elaborated in the work with the African continent's theme in Geography classes in the light of an anti-racist education. We know that Geography is a fundamental discipline for the constitution of the references that guide the behavior of individuals and that it is also part of the mandatory curricular components in basic education and can be used as an instrument to understand the complexities that involve the African continent, as well as combating racism, and building inclusive education.

¹ Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente exerce docência na Secretaria de Educação do Município de São Paulo na condição de professor concursado de Ensino Fundamental II & Médio (Geografia). E-mail: prof.jonathan@uol.com.br.

Palavras-chave: Continente africano; ensino de Geografia; Lei Federal 10.639/03; educação antirracista
Key words: African continent; Geography teaching; Federal Law 10.639/03; anti-racist education

Introdução

Em 9 de janeiro de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva² sancionou a Lei n.º 10.639³, uma medida de ação afirmativa que torna obrigatória a inclusão do ensino da história da África e da cultura afro-brasileira nos currículos dos estabelecimentos de ensino públicos e particulares da educação básica⁴. Trata-se de uma alteração importante da Lei n.º 9.394/96 (LDB), Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, acrescida posteriormente de seu substitutivo a Lei n.º 11.645/08, que determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras, africanas e indígenas.

Desse modo, a partir do ano de 2003, a Lei n.º 9.394/96 passa a valer acrescida dos seguintes artigos: 26-A e 79-B:

Art. 26 – Os Currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

² Vale ressaltar que a Lei n.º 10.639/03 apresentada nos primeiros dias do governo Lula teve como objetivo principal responder a antigas reivindicações do movimento negro e, ao mesmo tempo, distraí-lo com novas preocupações, principalmente com a implantação da mesma lei. Com isso, o governo conseguiu o intento de não ser pressionado de imediato por este importante segmento da luta social, o que poderia ter causado constrangimentos ao início da gestão Lula. Ao que parece, essa foi uma estratégia acertada, mas não impediu que as pressões internas e externas impedissem a criação do prometido órgão responsável por promoção de igualdade racial no país. Cria-se na estrutura de governo a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), no dia 21 de março de 2003, data em que se comemora o dia internacional contra a discriminação racial.

³ A Lei n.º 10.639/03 é uma proposta originalmente de autoria da deputada Ester Grossi e do deputado Ben-Hur Ferreira, ambos do Partido dos Trabalhadores. Essa lei foi apresentada na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei n.º 259, em 11 de março de 1999, aprovado e remetido ao Senado no dia 5 de abril de 2002. O sancionamento pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva se deu em 09/01/2003, um de seus primeiros atos depois da posse.

⁴ Com a aprovação da Lei n.º 10.639/03, outra importante conquista foi a garantia da representação do movimento negro, entre os anos de 2002 a 2004, pela conselheira professora Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva do Conselho de Educação junto à Câmara de Educação Superior, sendo responsável pela elaboração do Parecer CNE/CP 3/2004 que regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana instituído pela Resolução CNE/CP 1/2004.

Parágrafo 4º - o ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africanas e europeias.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da *História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.*

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de *todo o currículo escolar*, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

[...]

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra" (grifos nossos).

O texto apresentado é resultado de um complexo processo de construção que teve sua gênese desde a primeira metade do século XX. Pode-se dizer que a lei das africanidades, como também é conhecida, é uma conquista de lutas históricas do movimento negro, tendo em vista que essa lei foi sancionada num contexto delineado pela emergência de um renovado debate sobre as relações raciais no Brasil, agora marcado pela pauta das desigualdades raciais e tensionado pela necessidade de posicionamentos concretos de políticas públicas por parte do Estado. A lei surge, portanto, como um instrumento que o movimento negro conquistou para pautar suas demandas no mundo da Educação.

O texto da lei sinaliza ao mesmo tempo duas interpretações possíveis; 1º- O texto indica como alvo prioritário da política pública um amplo conjunto de conteúdos disciplinares que superam largamente o entendimento equivocado⁵ de que a lei trata apenas "sobre história da África", ou sobre "cultura negra" no ensino de História e não sobre a abrangência dessa temática nos outros

⁵ O destaque atribuído as disciplinas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira na redação final da Lei, provoca comumente um equívoco entre os professores e os membros da comunidade escolar sobre a amplitude e obrigatoriedade dessa temática nos outros componentes curriculares. Entretanto, vale destacar que o texto lei garante explicitamente a obrigatoriedade dos conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira em "todo o currículo escolar" sem nenhuma exceção de conhecimento disciplinar ou nível ou modalidade de educação.

componentes curriculares. 2º- O texto possibilita ao mesmo tempo um precedente para inserirmos a disciplina da Geografia nesse debate tendo em vista que ela também é parte dos componentes curriculares obrigatórios na educação básica, e pode ser utilizada como instrumento de compreensão das complexidades espaciais, econômicas, sociais e políticas que envolvem o continente africano, bem como no combate ao racismo, e na construção de uma educação inclusiva. Estamos convencidos de que o ensino de Geografia a partir das tensões provocadas pela lei 10.639/03 pode oferecer inúmeros subsídios para difundir no Brasil uma compreensão decolonial sobre o continente africano, uma compreensão que possa transitar na contramão da interpretação hegemônica, eurocêntrica, e profundamente colonial que considera a África, única e exclusivamente, como espaço do atraso, da pobreza, e do subdesenvolvimento.

Para Vazzoler "o estudo da Geografia pode debater, no interior de uma instituição escolar, uma infinidade de questões, entre elas, as raciais a partir do objeto de estudo dessa disciplina, que é a produção do espaço, construído por diferentes povos com todos os seus conflitos e tensões".⁶

Nas palavras do geógrafo carioca Renato Emerson dos Santos, a geografia é uma disciplina fundamental para a constituição dos referenciais que orientam os comportamentos dos indivíduos e dos grupos.⁷ Esta é a própria função da Geografia possibilitar que indivíduos/grupos possam "se posicionar no mundo", num duplo entendimento:

(i) conhecer sua posição no mundo, e para isto o indivíduo precisa conhecer o mundo; (ii) tomar posição neste mundo, que significa se colocar politicamente no processo de construção e reconstrução desse mundo. Se posicionar no mundo é, portanto, conhecer a sua posição no mundo e tomar posição neste mundo, agir. Saber Geografia é saber onde você está, conhecer o mundo, mas isto serve fundamentalmente para você agir sobre esse mundo no processo de reconstrução da sociedade: se apresentar para participar.⁸

⁶ VAZOLLER, L. S. As categorias geográficas como fundamentos para os Estudos sobre a População Negra. In: OLIVEIRA, I.; SISS, A. (orgs.). **População negra e educação escolar**. Caderno PENESB 7. Niterói: Quartet/Eduff, 2006b, p. 174.

⁷ SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações étnico raciais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

⁸ SANTOS, Renato Emerson dos. O ensino de Geografia e as relações raciais: reflexões a partir da Lei n.º 10.639. In: SANTOS, Renato Emerson dos. *Op. cit.*, p. 27.

Nesta perspectiva, conhecer as configurações espaciais do mundo em que vivemos nos serve para identificar posições espaciais que são econômicas, sociais e políticas. Neste sentido falamos de “mundo” como uma noção que atenta para a complexidade espaço-temporal das relações sociais do/no espaço vivido, relações que o constroem, o influenciam, são influenciadas por ele, enfim, o constituem bem como são por ele e nele constituídas, numa relação de imanência que torna indivíduo e mundo algo tão indissociáveis quanto estrutura (social, econômica, espacial etc.).

Esta compreensão deve, portanto, ser norteadora da contribuição da Geografia trabalhada dentro de sala de aula: as noções que aprendemos/ensinamos sobre a geografia servem para saber interpretar esse mundo, conhecer a sua posição no mundo e agir neste mundo. Isto implica conceber o espaço geográfico como sendo *estrutura* – e, a partir disso, estudar sua organização, seus elementos, seus objetos, etc. –, mas também como *experiência*: as posições que os indivíduos e grupos sociais ocupam, bem como as relações que eles vivenciam, condicionam trajetórias sociais que são, também, trajetórias espaciais, o que nos permite apontar as inscrições socioespaciais de indivíduos e grupos como sendo experiências espaciais das relações sociais, econômicas e de poder.

1. África: Eurocentrismo & Violência Epistêmica

A crítica ao paradigma eurocêntrico estabelecido pela violência da colonização nos últimos cinco séculos não é recente na história da humanidade; pelo contrário, ela encontra antecedentes históricos no amplo repertório de resistência e enfrentamento ao imperialismo moderno nas chamadas “zonas periféricas” do capitalismo. Em especial após o século XX, com o alvorecer de diversas escolas do pensamento social, e o surgimento de novas matrizes teóricas que propunham uma ruptura com o modelo epistemológico eurocêntrico⁹ que

⁹ Segundo o sociólogo peruano Anibal Quijano (2005), o Eurocentrismo é o nome de uma “perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização

legitimou as ideologias do processo de colonização, e que naturalizou o processo de dominação do homem pelo homem, a partir das diferenças raciais, que, uma vez hierarquizadas, serviram como justificativa para o (violento) processo civilizatório.¹⁰

Chama-se aqui de eurocentrismo, o predomínio – consensual e, por isso mesmo, já tornado invisível – dos padrões brancos, como se a ‘branquitude’ fosse o ‘normal’, o ‘universal’, o padrão pelo qual tudo é medido e contra o qual os ‘outros’ são representados. O predomínio das versões eurocêntricas define desde os padrões de beleza até os lugares que devem ser ocupados por negros e brancos na história do Brasil [e na geografia de seu território].¹¹

A violência física e epistemológica do processo de colonização resultou na tentativa do apagamento dos saberes dos povos colonizados, bem como no processo de “branqueamento” das suas culturas, das suas epistemes e das suas organizações de vida.

A ciência moderna fundada sobre a racionalidade do Iluminismo ocidental teve seu apogeu nos séculos XVIII e XIX e foi de grande serventia no processo de implantação do projeto colonial, fornecendo uma justificativa científica para o domínio ocidental sobre os territórios africanos. O racionalismo ocidental recusava o que não compreendia, classificando de obscurantista, atrasado e incivilizado o conhecimento produzido no continente africano. Nesse sentido, a sociedade europeia, ao se projetar no espelho, considerava-se, nas palavras do historiador marxista Eric Hobsbawm “tecnologicamente mais avançada, militarmente mais poderosa, mais rica e mais bem sucedida”¹² do que os outros

burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América”

¹⁰ Sobre o processo colonial que marcou o surgimento da Modernidade, acreditamos ser oportuno recorrer ao pensamento do poeta e dramaturgo Aimé Césaire (2010, p. 17): “O que é em princípio a colonização? Reconhecer que ela não é evangelização, nem empreitada filantrópica, nem vontade de fazer retroceder as fronteiras da ignorância, da enfermidade, da tirania, nem a expansão de Deus, nem a extensão do direito; admitir de uma vez por todas, sem titubear, por receio das consequências, que na colonização o gesto decisivo é o do aventureiro e o do pirata, o do mercador e do armador, do caçador de ouro e do comerciante, o do apetite e da força, com a maléfica sombra projetada por trás por uma forma de civilização que em um momento de sua história se sente obrigada, endogenamente, a estender a concorrência de suas economias antagônicas à escala mundial”.

¹¹ PINHO, Patrícia de Santana. **Reinvenções da África na Bahia**. São Paulo: Annablume, 2004, p. 119.

¹² HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 276.

territórios do mundo conhecido. Afinal de contas, tal como nos adverte Jean-Paul Sartre “Nada mais consequente, entre nós, do que um humanismo racista, pois o europeu só pôde fazer-se homem fabricando escravos e monstros”.¹³ Nesse sentido, a relação colonial estabelecida entre a Europa e outros continentes criava a África como espaço habitados por povos “primitivos” e de “tempos passados”, enquanto a Europa nascia como vetor da “civilização” e modernidade.

O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensar-se como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie. Mas já que ao mesmo tempo atribuíam ao restante da espécie o pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, isto é, o passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas. O notável disso não é que os europeus se imaginaram e pensaram a si mesmos e ao restante da espécie desse modo – isso não é um privilégio dos europeus – mas o fato de que foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder.¹⁴

Os diversos povos do mundo passaram a ser, portanto, classificados dentro desse movimento em uma escala que ia desde os “primitivos ou selvagens” (África) aos “civilizados” (Europa), em que o paradigma ocidental dos estados europeus era projetado como o único caminho possível para que toda a humanidade atingisse o nível da “civilização”. Nesse mesmo processo, elegia-se como história única¹⁵ a história do expansionismo ibérico sobre os demais povos

¹³ SARTRE, Jean-Paul. Prefácio à edição de 1961. In: FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p. 43.

¹⁴ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 122.

¹⁵ Essa é uma construção eurocêntrica, que pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal. Mas é ainda mais que isso. Esse metarrelato da modernidade é um dispositivo de conhecimento colonial e imperial em que se articula essa totalidade de povos, tempo e espaço como parte da organização colonial/imperial do mundo. Uma forma de organização e de ser da sociedade transforma-se mediante este dispositivo colonizador do conhecimento na forma “normal” do ser humano e da sociedade; as outras formas de conhecimento são transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas. São colocadas num momento anterior

e territórios que eram classificados como “sem história”. Uma pretensa “história mundial” e “moderna” se inaugurava, ignorando, silenciando e invisibilizando diversas Histórias, Filosofias, Geografias, e saberes ancestrais e milenares. Tal como assinala a linguista Ama Mazama:

Com efeito, a Europa forjou grande parte da sua identidade moderna à custa dos africanos, particularmente por meio da construção da imagem do europeu como civilizado e do africano como espelho negativo, isto é, como primitivo, supersticioso, incivilizado, a-histórico e assim por diante.¹⁶

Essas novas identidades forjadas pelo modelo ocidental invisibilizavam os povos colonizados em suas singularidades históricas e diversidade de saberes. Na América, a diversidade de povos como astecas, maias, aimarás, incas, ianomâmis e chibchas, dentre outros, ficou reduzida à identidade limitante de “índios”; enquanto os povos ashantes, iorubás, zulus, congos e bacongos, dentre outros trazidos forçadamente da África como escravos, foram reduzidos à classificação de “negros”.¹⁷

Para justificar a dominação colonial europeia, esses povos originários foram retirados de seu lugar de produção cultural da humanidade e considerados “inferiores”, ou seja, aqueles que necessitavam da sabedoria e da “civilização” branca e cristã ocidental, e sua alteridade era criada enquanto um “espaço vazio”.¹⁸ Desconsiderava-se, assim, todo um universo de saberes ancestrais, formas de ser, fazer e conceber elaboradas por esses povos e que orientavam suas relações entre si e com a natureza. Dessa maneira, a colonização impunha um violento processo de bestialização e desqualificação dos dominados. Nos dizeres de Sartre:

do desenvolvimento histórico da humanidade o que no imaginário do progresso enfatiza sua inferioridade.

¹⁶ MAZAMA, Ama. Afrocentricidade como um novo paradigma In: NASCIMENTO, Elisa Larkin.

Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 112.

¹⁷ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 124.

¹⁸ MENESES, Maria Paula. **Outras vozes existem, outras histórias são possíveis: Diálogos sobre Diálogos.** Niterói: Grupalfa/UFF, 2008, p. 15.

[...] deu-se a ordem de rebaixar os habitantes do território anexado ao nível do macaco superior, para justificar o colono de tratá-los como bestas de carga. A violência colonial não se atribui apenas o objetivo de controlar esses homens dominados, ela procura desumanizá-los.¹⁹

Esse violento processo de desqualificação e inferiorização dos povos e territórios colonizados da África materializou-se também na produção do pensamento social de diferentes formas e aspectos. No campo do pensamento filosófico, por exemplo, os africanos²⁰ foram identificados no discurso de intelectuais europeus como uma “raça” sub-humana. Essas especulações podem ser constatadas na obra do renomado filósofo prussiano Immanuel Kant²¹ (1724-1804), que, no seu texto *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*, de 1764, a partir de uma citação do filósofo escocês David Hume (1711-1776), trata do que denomina como “diferenças entre os caracteres das nações”. Segundo ele, na tentativa “apenas de esboçar traços que exprimem os sentimentos do sublime e do belo”, pode-se afirmar:

Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um Negro tenha mostrado talentos, e afirma: dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles terem sido postos em liberdade, não se encontrou um único sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão; já entre os brancos, constantemente arrojam-se aqueles que, saídos da plebe mais baixa, adquirem no mundo certo prestígio, por força de dons excelentes. Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas, que parece ser tão grande em relação às capacidades

¹⁹ SARTRE, Jean-Paul. Prefácio à edição de 1961. In: FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p. 31-32.

²⁰ Quando utilizamos a expressão “povo africano” não estamos nos referindo a um único povo, mas sim a uma grande diversidade étnica e cultural de várias regiões diferentes (Angola, Guiné, Moçambique, Mina, Benguela etc.) do continente africano.

²¹ O referido intelectual tem inúmeras obras que contemplam o debate sobre raças e relações raciais. Podemos destacar em especial duas obras; *Das diferentes raças humanas*; e *Determinação do conceito de uma raça humana*, publicado originalmente em 1775, e a obra *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*, publicada em 1764. Podemos depreender das contribuições de Kant que o debate acerca das raças humanas estaria situado primeiramente no campo teórico da geografia física e apesar de todos os homens pertencerem a um único e mesmo “gênero natural”. Podemos classificar, segundo Kant (204, p. 14), o gênero humano em quatro raças diferentes e identificáveis à primeira vista, e são elas: a dos brancos, a negra, a huna e a hindu ou indiana, sendo que desses quatro tipos derivam “todos os caracteres hereditários restantes, ou como raças mistas ou raças nascentes”.

mentais quanto à diferença de cores. A religião do fetiche, tão difundida entre eles, talvez seja uma espécie de idolatria, que se aprofunda tanto no ridículo quanto parece possível à natureza humana. A pluma de um pássaro, o chifre de uma vaca, uma concha, ou qualquer outra coisa ordinária, tão logo seja consagrada por algumas palavras, tornam-se objeto de adoração e invocação nos esconjuros. Os negros são muito vaidosos, mas à sua própria maneira, e tão matraqueadores, que se deve dispersá-los a pauladas.²²

Para o filósofo Immanuel Kant, existia uma relação indissociável entre as raças humanas e as classificações climáticas, que, por sua vez, atribuía aos diferentes grupos raciais características positivas ou negativas. Ao se referir sobre a constituição e as características da raça negra, o filósofo assevera:

O calor úmido é favorecedor do forte crescimento dos animais em geral, e breve, surge o Negro, que está bem adaptado ao seu clima, a saber, é forte, corpulento, ágil; mas, que, ao abrigo do rico suprimento da sua terra natal, [também] é indolente, mole e desocupado.²³

Tanto Kant quanto David Hume postulavam a inferioridade do negro africano, em relação ao grupo branco de origem europeia. Hume, por exemplo, que trabalhou durante um período na oficina colonial britânica, escreveu na famosa nota de pé de página ao seu ensaio "Acerca do caráter nacional" uma afirmação de cunho explicitamente racista:

Eu estou em condições de suspeitar de serem os negros naturalmente inferiores aos brancos. Praticamente não houve nações civilizadas de tal compleição, nem mesmo qualquer indivíduo de destaque, seja em ações seja em investigação teórica. Não há artesãos engenhosos entre eles, não há artes, não há ciências. Por outro lado, os mais rudes e bárbaros dos brancos, como os antigos alemães, o atual tártaro tem algo de eminente entre eles em sua coragem, forma de governo, ou alguma outra particularidade. Tal diferença uniforme e constante não poderia ocorrer, em tantos países e épocas, se a natureza não tivesse feito uma distinção original entre essas raças de homens. Sem citar nossas colônias, há escravos negros dispersos por toda a Europa, dos quais ninguém ainda descobriu nenhum traço de criatividade, embora pessoas de baixa educação, sem educação

²² KANT, Emmanuel. **Das Diferentes Raças Humanas. Tradução e notas de Alexandre Hahn.**

Disponível em: <http://www.academia.edu/3221053/DAS_DIFERENTES_RAÇAS_HUMANAS_-_IMMANUEL_KANT>. Acesso em: 26 mar. 2018, p. 75-76

²³ Idem, p. 11.

venham a progredir entre nós e destaquem-se em cada profissão. Na Jamaica, realmente, falam de um negro de posição e estudo, mas provavelmente ele é admirado por realização muito limitada como um papagaio que fala umas poucas palavras claramente.²⁴

Outro grande articulador do pensamento ocidental, o filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), que é considerado um dos mais importantes e influentes filósofos da história ocidental também explicitou suas considerações acerca da inferioridade dos indivíduos nativos da América, bem como em relação às populações negras de origem africana²⁵. Sobre os negros, o filósofo alemão escreveu:

A principal característica dos negros é que sua consciência ainda não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa, como Deus, como leis, pelas quais o homem se encontraria com a própria vontade, e onde ele teria uma ideia geral de sua essência [...] O negro representa, como já foi dito o homem natural, selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos sentimento, para realmente compreendê-lo. Neles, nada evoca a ideia do caráter humano [...] A carência de valor dos homens chega a ser inacreditável. A tirania não é considerada uma injustiça, e comer carne humana é considerado algo comum e permitido [...] Entre os negros, os sentimentos morais são totalmente fracos – ou, para ser mais exato inexistentes.²⁶

Na representação elaborada pelo filósofo alemão, os negros e os africanos são seres brutos, selvagens e próximos ao mundo da natureza e o espaço que eles ocupavam o continente africano. Também era apontado como um espaço da barbárie, da selvageria, do misticismo e do atraso:

²⁴ HUME, David. **Essays: Moral, Political and Literary (Ed. T.H. Green e T. Grose)**. London: Longmans, Green and Co., 1875. v. 1, p. 252.

²⁵ Hegel considerava desnecessário o estudo da historiografia do continente africano. Segundo o autor, a África “não faz parte da história mundial; não tem nenhum movimento ou desenvolvimento para mostrar” (HEGEL, 1999, p. 88). Mesmo o Egito, embora situado no norte da África, seria uma transição “como transição do espírito humano do Oriente para o Ocidente, mas ele não pertence ao espírito africano”. O continente africano, portanto, deveria ser eliminado da “história universal”, enquanto é retirada dos povos que lá habitam a condição de seres humanos. Essa é uma das heranças eurocêntricas da filosofia de Hegel. Segundo o filósofo americano Emmanuel Chukwudi Eze, Hegel empregou algumas páginas do texto e a Filosofia da História para descrever os povos africanos nos seguintes termos: “barbárie e selvageria”, “ferocidade bárbara”, “hordas terríveis”, “homem animal”, “selvageria e anarquia”, “primitivo”, “animalidade” e “as mais terríveis manifestações da natureza humana”.

²⁶ HEGEL, G. W. **Filosofia da História**. Brasília: Ed. UnB, 1999, p. 83-86.

A África propriamente dita [...] não tem interesse histórico próprio, senão o de que os homens vivem ali na barbárie e na selvageria, sem fornecer nenhum elemento a civilização. Por mais que retrocedamos na história, acharemos que a África está sempre fechada no contato com o resto do mundo, é um Eldorado recolhido em si mesmo, é o país criança envolvido na escuridão da noite, aquém da luz da história consciente [...] Nesta parte principal da África, não pode haver história.²⁷

Ainda nas palavras do filósofo, “África é o país da infância da história”. Conforme consta em sua obra *Filosofia da História*: o estado negroide é concebido como sendo o de uma “criança” (HEGEL, 1995, p. 89). O autor vai além ao afirmar que:

Para determinar o espírito africano (negro), somos obrigados a renunciar completamente à categoria de universalidade [...] – ou seja, apesar de a criança ou o negro terem ideias, eles ainda não têm —all ideia: —Entre os negros, a consciência ainda não atingiu a noção de uma objetividade sólida, por exemplo, Deus, a lei, em que o homem teria a percepção de sua essência [...] a partir do qual resulta que o conhecimento de um ser absoluto está totalmente ausente. O negro representa o homem natural em toda a sua falta de repressão [...] —Embora eles estejam conscientes da sua dependência em relação aos factores naturais [...] isto, porém, não conduz à consciência de um ser superior [...] —Nós encontramos aqui todas as determinações de Stirner sobre a criança e o negro – dependência das coisas, independência das ideias e, especialmente, de —a ideiall, —a essenciall, —o absolutoll (sagrado), —existenciall etc.²⁸

Para Hegel, uma parte da África não teria lógica de existir. Segundo ele, estaria condenada a ser uma região sem história, com uma população igualmente sem importância, e sem nenhuma contribuição para o mundo civilizado. Que, na época, correspondia somente aos territórios da Europa ocidental.

De modo que essas especulações sobre a condição “inferior”, “atrasada” e “selvagem” da África, dos seus descendentes estão firmemente arraigadas na produção do imaginário social até os dias atuais. Essas representações são tão influentes no imaginário popular ocidental que se reproduzem em muitos espaços sociais, inclusive na grande mídia, em especial quando os assuntos

²⁷ Idem, p. 20.

²⁸ Idem, p. 90-91.

abordados são conflitos étnicos, propagação de epidemias ou crise econômica nos países periféricos. Tal como podemos constatar na matéria publicada pelo jornal *New York Times*, no dia 11 de maio 2005, sobre a prática cultural que ocorre no continente africano de viúvas terem relações sexuais com o cunhado após a morte do marido para se purificarem. Vejamos o seguinte trecho:

Em uma região na qual a crença em bruxaria é disseminada e onde muitas mulheres são ensinadas desde a infância a não questionar os líderes tribais ou as prerrogativas dos homens, o medo de romper com a tradição supera o temor do HIV (grifos nossos).

No trecho em destaque, é possível perceber que a matéria reproduz quase na íntegra a tese defendida pelos intelectuais clássicos do pensamento europeu em relação ao continente africano e sua população. Trata-se exatamente da mesma tese sustentada por Hume, Kant e Hegel, só que reeditada nos moldes contemporâneos e veiculada para consumo de um grande público. No texto em destaque, reafirma-se o estereótipo de que África, na sua totalidade (supostamente homogênea), é o espaço do atraso, do obscurantismo e da barbárie. E, por fim, o texto conclui que a culpa dos africanos contraírem o vírus do HIV, em última instância, é deles mesmos e de sua cultura atrasada.

Desta forma, a África é vista enquanto locus da não civilidade, do não desenvolvimento, da fome, da miséria, dos conflitos entre etnias rivais, doenças como AIDS, da desnutrição, do imobilismo, do não histórico, do exótico, do selvagem. Tais formulações irão cristalizar, conseqüentemente, a imagem atribuída aos africanos: seus saberes, técnicas e culturas são vistas como manifestações folclóricas e populares; suas relações sociais são vistas como tradicionais e não complexas; são vistos como o outro, o estranho, o negro, o demoníaco, o feiticeiro, o antropófago, o escravo, o primitivo, o selvagem, o inferior, o tribal.²⁹

Nesse sentido, de acordo com historiador Joseph Ki-Zerbo a África tem uma história que precisa ser reescrita, pois, segundo ele, é preciso de forma urgente reconstruir o cenário verdadeiro sobre o continente africano, para que

²⁹ DINIZ, F. O. O uso de filmes no ensino de geografia: uma discussão sobre a representação da África. In: DINIZ, F. O. **X Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia**, 2009, p. 4.

seus descendentes assumam uma consciência histórica em direção ao futuro da África. A história da África, segundo Ki-Zerbo (2010, XXXII),

Até o presente momento, [...] foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada. Pela "força das circunstâncias", ou seja, pela ignorância e pelo interesse. Abatido por vários séculos de opressão, esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de pros cônsules, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto o futuro.

Desse modo, fica explícito que o racismo embutido nas proposições teóricas da ciência Moderna ocidental de tradição iluminista servia apenas como justificativa ideológica para legitimar o domínio colonial, a conquista e a subjugação de povos não europeus. Era uma missão civilizadora ligada aos valores do processo de expansão do capitalismo, do avanço científico e do cristianismo.

É nesse sentido que Santos nos lembra que essas omissões, distorções, ausências, fabricações e estereótipos que constroem uma narrativa sobre a geografia da África foram produzidas de forma intencional para projetar um continente desistoricizado e desgeografizado.³⁰ Ou seja, são resquícios de uma geografia oficial, que nos últimos anos se colocou junto aos interesses dos Estados-maiores e das "potências civilizadoras". Desse modo, as referências tanto de periodização quanto de organização espacial utilizadas na produção dessa "Geografia oficial" da África são todas exógenas a própria África e profundamente marcadas pela dimensão colonial. Nas palavras de Meneses

O processo de construção do espaço africano, tal qual é apresentado no ensino de Geografia, é profundamente marcado pela influência das narrativas eurocentradas. Os marcos estruturantes do que se fala sobre África (a colonização, a "partilha", a descolonização, os conflitos pós-independência como expressão da disputa entre

³⁰ SANTOS, Renato Emerson dos. **Rediscutindo o ensino de geografia: temas da Lei n.º 10.639**. Rio de Janeiro, CEAP, 2009.

blocos capitalista e socialista, entre outros) são quase todos remetidos ao contato com a Europa – o mesmo se aplica às Américas e Ásia, quando a recíproca não é verdadeira: a colonização só é definidora do que são hoje os continentes periféricos, mas o papel dela para as revoluções industriais, econômicas, sociais e políticas na Europa não é abordada. Esta narrativa é, na verdade, fruto de um conjunto de generalizações e simplificações que pretendem ‘encaixar’ a África no esquema desenvolvido para explicar linearmente o progresso civilizacional do Ocidente.³¹

É por esta razão que Anjos³² sinaliza que a Geografia brasileira tem relegado um “lugar insignificante e secundário [...] à geografia africana em quase todos os sistemas e níveis de ensino”. De modo que a manutenção desse amplo rol de preconceitos que pesa sobre o continente africano e seus descendentes, se vale, em certa medida, do próprio ensino de Geografia. Uma África que por vezes é representada a partir da “legitimação de um imperialismo” ou então, através do olhar determinista, ou através de um conjunto de artifícios discursivos e imagéticos preconceituosos que se associam construindo conteúdos e imagens que fortalecem uma visão sobre a África como apenas um continente onde a população reproduz os piores níveis de vida, o pior índice de desenvolvimento humano, ou seja, um continente supostamente ocupado por um grupo de pessoas desqualificadas (na sua política, na sua geografia, na sua história, na sua cultura) sujeitos incapazes do convívio social produtivo (SANTOS 2009, p. 42).

Diante dessas questões é inevitável pensar sobre quais leituras e representações sociais sobre as relações étnicas teríamos atualmente no Brasil se o ensino de Geografia contemplasse outras narrativas (ou melhor, narrativas mais fidedignas) sobre o continente africano. Narrativas que fortaleçam, por exemplo, a importância dos movimentos de descolonização do continente africano, ou o Movimento da Negritude ou mesmo que reverberasse as ideias de grandes lideranças negras como W.E.B. Du Bois, Marcus Garvey, Samora Machel, Thomas Sankara, Aimé Césaire, Frantz Fanon ou se oferecesse subsídios para

³¹ MENESES, Maria Paula. **Outras vozes existem, outras histórias são possíveis: Diálogos sobre Diálogos**. Niterói: Grupalfa/UFF, 2008, p. 7-8.

³² ANJOS, R. S. A. **A África, a geografia, o tráfico de povos africanos e o Brasil**. Revista Palmares em Ação, Brasília, Fundação Cultural Palmares – MINc, ano, n. 2, p. 56.

compreender analiticamente as redes de interação do movimento “Volta a África” e sua influência nos processos de independência no continente africano e mesmo no fortalecimento na luta pelos direitos civis nos EUA. Qual seria a visão sobre a África se o ensino Geografia no Brasil tratasse sobre as articulações do Pan Africanismo, e sua abrangência no espaço e no tempo? Santos nos recorda que;

Falar de uma articulação é falar de relações espaciais, redes socioespaciais, pontos de vista e de enunciação a partir de lócus distintos e com direções distintas. Falar do Pan Africanismo é falar das relações políticas de África, Caribe, Europa, Américas; é mudar o foco do protagonismo no próprio processo de descolonização africana, que é visto/apresentado como sendo um movimento apenas de relação entre África e Europa - de “saída” das forças coloniais europeias dos territórios africanos -, e não um processo marcado por fortes ligações entre lideranças de África e da diáspora africana.³³

Vale lembrar, que, se a prática de ensinar sobre as lutas políticas é “ensinar a lutar”. Ensinar apenas sobre as “ditaduras pós-coloniais da África” ou sobre um “África mítica e supersticiosa” ignorando os processos políticos e intelectuais que articularam africanos e afrodescendentes na diáspora no século XX é contribuir ativamente para manutenção do racismo enquanto sistema de dominação mundial. Nesse sentido, a resistência política precisa aparecer nas aulas de Geografia, pois as lutas sociais apresentam outro olhar para o continente e para os negros no Brasil “[...] não se trata de apresentar um quadro cheio de promessas de um povo, mas de feitos históricos e que graças a esses feitos ainda pode a África e os negros no Brasil trilharem um caminho de libertação”.³⁴

2. Possibilidades para o ensino de Geografia da África

Um importante aspecto que merece ser considerado no ensino de Geografia da África a partir dos tensionamentos provocados pela Lei 10.639/03 é

³³ SANTOS, Renato Emerson dos. *Op. cit.*, p. 46.

³⁴ Idem, p. 46.

a relevância do mapa.³⁵ O trabalho com mapas ou conhecimento cartográfico³⁶ não é específico e nem resultado de uma única ciência, ao contrário ele precede o surgimento de muitas delas, contudo sua sistematização se deu em concomitância com ciência geográfica ainda no século XIX. Segundo Waldman “a desqualificação da África se corporificou paralelamente em formas enviesadas pelas quais o continente foi trabalhado pela cartografia ocidental”.³⁷ Tendo em vista que o mapa não se refere a uma imagem exclusivamente técnica, ele pode contribuir com a perpetuação de estigmas indissociáveis de uma engrenagem cultural de discriminação.

A cartografia tradicional foi incorporada ao discurso do colonizador e construída com a intencionalidade de impor sua lógica aos povos colonizados. Haja vista que, mesmo antes dos colonizadores espanhóis e portugueses chegarem oficialmente ao novo mundo, ele já estava cartografado e suas terras divididas pelo tratado de Tordesilhas no final do século XV. Da mesma maneira ocorreu com a partilha da África, resultado da Conferência de Berlim, na penúltima década do século XIX, na qual as principais potências europeias dividiram territorialmente o continente africano.

Nesse sentido o mapa da África precisa ser ressignificado no ensino de Geografia para ser de fato compreendido na sua dimensão de lutas, conquistas, vitórias e derrotas tanto dos africanos como dos europeus. É nesse contexto que emerge um repertório vastíssimo de novos mapas e novas cartografias e formas de representação (menos irreal e negligente) do continente africano. Apesar da “Geografia/Cartografia” possuir ferramentas teóricas para pensar as questões das representações ligadas à política, economia e a cultura da África, mesmo assim, os livros didáticos de geografia da educação básica ainda não traduzem essa

³⁵ Para a ciência geográfica, o mapa é um objeto-símbolo. Seu modo específico de imagear as feições da superfície terrestre, sejam as naturais, sejam as transformadas pela ação humana, compôs, de início, o arcabouço de conhecimentos e de condições materiais para a existência da Geografia como campo de conhecimento científico.

³⁶ A cartografia teve influência direta das escolas geográficas alemãs e francesa, mesmo com suas particularidades individuais, a primeira com seu escopo territorial e a segunda regional, como categorias de análise do espaço geográfico, contudo, ambas trazem consigo alguns eixos convergentes que acabaram influenciando todo o desenvolvimento da cartografia, dita tradicional, e difundidos nas décadas posteriores pelos geógrafos.

³⁷ SERRANO, Carlos & Waldman, Maurício. **Memória D’África: a temática africana em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 67.

diversidade e desobrigam os alunos de pensarem sobre o real “tamanho” físico, cultural, político e econômico do continente africano. De modo que, apenas o mapa que privilegia o continente europeu e as grandes potências é contemplado e ensinado nas escolas. Por isso concordamos com Santos que:

O debate cartográfico é excelente chave para as críticas políticas sobre visões de mundo. Outra possibilidade para a crítica ao eurocentrismo é discutir o quanto ele é conteúdo, mas também é estrutura do ensino de Geografia. Com efeito, os princípios de organização curricular de Geografia são os princípios constitutivos das hierarquias engendradas pela modernidade e pelo capitalismo. Isto precisa ser objeto de problematização.³⁸

Sendo assim, contemplar o mapa da África de uma forma que supere as condições das projeções da “cartografia tradicional” legitimada (por exemplo) pela projeção de Mercator³⁹, é um desafio necessário e urgente, uma vez que essa projeção não sinaliza o tamanho real dos continentes e é justamente essa projeção que se tornou hegemônica em quase totalidade dos livros didáticos de Geografia da educação básica.

Nesta perspectiva um exercício interessante para dar início à crítica à visão eurocêntrica e assim contrapor a “Cartografia tradicional⁴⁰” é promover o confronto entre os mapas mundi de Mercator – o mais utilizado, e que coloca a Europa no centro e no alto do mapa – e a projeção de Arno Peters, chamada de “projeção terceiro-mundista”. Os alunos ao olharem para o mapa terão como centralidade a Europa, além de estar no centro do mundo, também está na parte

³⁸ SANTOS, Renato Emerson dos. O ensino de Geografia e as relações raciais: reflexões a partir da Lei n.º 10.639. In: SANTOS, Renato Emerson dos. *Op. cit.*, p. 39.

³⁹ É uma projeção cartográfica produzida pelo geógrafo Gerardus Mercator em meados do século XVI no contexto da sociedade renascentista da Holanda. Originalmente produzida como ajuda para navegação marítima, se tornou modelo para muitos mapas-múndi. Muitos críticos condenaram a projeção de Mercator, porque ela deforma e distorce grosseiramente as áreas representadas, contribuindo assim para a criação de uma imagem equivocada e ideologizada do mundo a favor dos países centrais.

⁴⁰ Essa cartografia tradicional é fundamentada em bases matemáticas e estatísticas e no uso de equipamentos, instrumentos e técnicas que vão evoluindo ao longo do processo de desenvolvimento tecnológico. Busca a precisão das informações para construção dos mapas, cartas, para traçar territórios, regiões, distribuição de populações no espaço geográfico, seus fluxos, economia, densidade, entre inúmeras possibilidades. O mapa é, para essa cartografia, o objetivo a ser alcançado, trata-se de uma abordagem que define um modelo de como os mapas devem ser elaborados e legitimados pelos cartógrafos, que se voltam apenas a cartografar os elementos naturais ou determinadas dinâmicas, sem considerar ou aprofundar sobre os agentes sociais presentes

“de cima”, no Norte, com isso a África tem seu real tamanho subtraído, sobreposto pelo continente Europeu. Trabalhar com outras projeções com a de Arno Peters de 1973 tem grande relevância, e já constitui um bom ponto de partida para a discussão do eurocentrismo tendo em vista que esse historiador, que não era cartógrafo, teve como fundamento subtrair esteticamente as distorções de Mercator e demonstrar um mundo mais justo e mais próximo da realidade. A projeção de Peters⁴¹ reduz a distorção cartográfica das áreas de latitude mais alta, como faz a de Mercator que, por isso, amplia consideravelmente a Europa – nela, por exemplo, a Groenlândia aparece como sendo duas vezes maior do que a América do Sul, quando na verdade a América do Sul é oito vezes maior do que a Groenlândia.

Outro exercício fundamental para fortalecer a desconstrução do eurocentramento do mundo é a possibilidade de utilizar o mapa mundi com o pólo norte na parte de baixo. Pois como nos recorda o geógrafo Milton Santos; A cartografia é uma representação. Então há a possibilidade de uma escolha. “Porque a cartografia tem essa ideia de criar um costume, um hábito de viver que tem consequências políticas”.⁴² É a partir dessa premissa e desse entendimento político que seguimos a recomendação do pan-americanista Torres-García (1992, p. 53) e “viremos o mapa de cabeça para baixo, e agora nós sabemos qual é nossa real posição, e não é como o resto do mundo gostaria que estivéssemos”. Afinal de contas, como sinaliza Wood, o que está em jogo “é a natureza do mundo em que queremos viver. Ao apontar para a existência de outros mundos – reais ou

⁴¹ Talvez seja por causa das influências socialistas em contrapeso ao capitalismo e de uma consciência social mais crítica depois da Segunda Guerra Mundial, que se iniciou uma discussão mais polêmica nos círculos de Cartografia sobre “a projeção do mundo politicamente correta” Em 1973, o historiador alemão Arno Peters apresentou sua projeção “equivalente” do mundo em uma conferência para a imprensa. Sua preocupação era a representação do mundo socialmente mais justa. Seus ataques foram direcionados contra a projeção de Mercator que retratava uma mentalidade colonialista e racista, porque posicionava o equador embaixo da linha central do mapa e distorcia as áreas nas altas latitudes, aumentando o tamanho e a importância do Primeiro Mundo. Para Peters, era necessário fortalecer o Terceiro Mundo, mostrando seu tamanho real em relação às áreas do Primeiro Mundo, o que contribuiria para uma compreensão progressiva e liberal dos assuntos sociais globais, tanto que a clientela principal do mapa de Peters foi constituída de organizações internacionais como Christian Aid, Igreja Luterana, UNESCO e UNICEF, que distribuíram mais do que 60 milhões de cópias.

⁴² SANTOS, Renato Emerson dos. O ensino de Geografia e as relações raciais: reflexões a partir da Lei n.º 10.639. In: SANTOS, Renato Emerson dos. *Op. cit.*, p. 2.

imaginados estamos reivindicando o poder do mapa de alcançar outros fins além da reprodução social de um status quo".⁴³ (tradução livre).

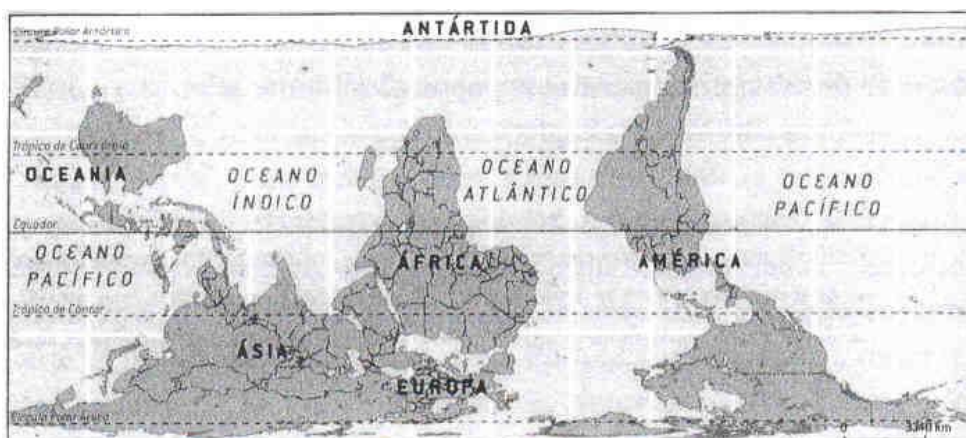


Imagem 1 - O Mundo na Projeção de Arno Peters, subvertendo a direção norte tradicional.
Fonte: Serrano & Waldman, 2007.

É nesse sentido que a cartografia adquire contornos de relevância tendo em vista sua importância no processo de compreensão das diferentes representações de mundo. Os mapas nessa nova cartografia seriam um tipo particular de representações que associam forma estética às relações de poder sobre o espaço, ressaltando críticas e expressividades que não cabem na normatização da cartografia científica.

Uma outra prática importante que também deveria ser considerada no ensino de uma geografia da África é a utilização adequada das imagens (filmes e fotos) do continente africano. As imagens são recursos didáticos de grande importância para o ensino da Geografia e possuem grande propriedade comunicativa que, se for bem utilizada, pode trazer avanços significativos no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. Nesse sentido, considerando-se a saturação de imagens que perpassam o nosso cotidiano, precisamos obrigatoriamente nos questionar sobre quais são as imagens que os estudantes têm em mente quando iniciam seus estudos sobre o continente africano. Vale lembrar que a escola tem um papel fundamental no processo de ampliação, reformulação e sistematização do conhecimento por parte desses estudantes. E

⁴³ WOOD, Denis. **Map Art. Cartographic Perspectives**, n. 5 p. 6 – 12, 2006, p. 10.

ensinar a ler criticamente as imagens do mundo também se constitui como um desafio e uma tarefa do professor de Geografia. Segundo Rego:

O trabalho com imagens em geografia é tão importante quanto o trabalho com mapas, e ambos, geralmente são pouco usados. Desde fotografias que mostram paisagens, que não sofreram ação de seres humanos, até as que representam obras feitas por eles – como prédios, plantações, fábricas, favelas, meios de transportes, máquinas-, todas podem ser interpretadas pela geografia.⁴⁴

Sendo assim, podemos dizer que a Geografia é uma construção que ocorre à medida que os estudantes aprendem a observar, perguntar-se sobre o que observam, descrever, comparar, construir explicações, representar e espacializar acontecimentos sociais e naturais de forma cada vez mais ampla, considerando dimensões de complexidade do mundo contemporâneo. É necessário ter em mente que a imagem não apenas reproduz o real, mas, antes, recicla-o e, reproduzindo-o incide sobre a própria realidade como mediação, numa via de mão dupla. Se vivemos numa sociedade de imagens de representações eurocêntricas, e todos somos hoje, em alguma medida, (re)produtores dessas imagens, como atores ativos nesse processo podemos e devemos dar visibilidade ao continente africano desvendados e desconstruídos os estereótipos sobre negros (as) e África (as). A imagem enquanto representação do real estabelece identidade, distribui papéis e posições sociais, exprime e impõe crenças comuns, instala modelos formadores, delimita territórios, aponta para os que são amigos e os que se deve combater.

É partindo desse princípio de que as imagens são fundamentais para o ensino da Geografia, que queremos propor as imagens dos “centros urbanos”⁴⁵

⁴⁴ REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, A. Carlos; KAERCHER, Nestor André. **Geografia: Práticas Pedagógicas para o Ensino Médio**. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 18.

⁴⁵ Segundo os dados da ONU o continente africano encontra-se num período histórico de alterações demográficas no princípio da década de 1990, dois terços dos africanos viviam em zonas rurais. Em 2025, mais de metade da população africana viverá em áreas urbanas. E durante o próximo quarto de século, a população urbana crescerá quase duas vezes mais depressa do que a população em geral, aumentando em mais de quinhentos milhões relativamente aos níveis de 1990. Estima-se que em 2030, 760 milhões de africanos viverão em cidades, o que é mais que o total atual dos habitantes de cidades de todo o hemisfério ocidental (ONU-HABITAT, 2008). Apesar desses números o continente africano continua sendo associado ao espaço do atraso, onde supostamente não existem cidades complexas e com ampla rede de serviços.

em África como possibilidade de combater os estereótipos e as deturpações e contrapor uma narrativa que alimenta de preconceitos o imaginário dos estudantes.

Nesse sentido, podemos propor aos estudantes uma análise geográfica das seguintes imagens do continente africano:



Figura 1 - Cairo - Egito⁴⁶



Figura 2 - Kinshasa - Congo⁴⁷

⁴⁶ Disponível em: <<https://cidadesemfotos.blogspot.com/2012/03/fotos-de-cairo-egito.html>> Acesso em: 12 de novembro de 2019.

⁴⁷ Disponível em: <<https://cidadesemfotos.blogspot.com/2012/07/fotos-de-kinshasa-congo.html>> Acesso em: 12 de Novembro de 2019.

As imagens selecionadas correspondem as maiores aglomerações urbanas do continente africano, Cairo (Egito), Kinshasa (Congo) que ocupam os 11º, 17º e 19º lugares, respectivamente, entre as maiores aglomerações urbanas do mundo. Uma possibilidade de trabalho é dispor essas imagens a partir dos seguintes usos;

1º - Apresentar essas imagens de forma aleatória aos estudantes sem nenhuma identificação (Observar e registrar as diferentes percepções).

2º - Solicitar que eles descrevam os elementos da paisagem possíveis de serem detectados em cada fotografia a partir dos elementos teóricos e dos subsídios que eles possuem (em geral os estudantes da educação básica quando iniciam seus estudos sobre o continente africano nos anos finais do ensino fundamental já carregam um vasto repertório de representações sobre esse continente. Um repertório elaborado em grande medida pelas percepções equivocadas e reducionistas dele).

3º- Orientar os estudantes para que identifiquem (com precisão ou aproximação) a localização do hemisfério ou do continente de onde estão situados esses aglomerados. Feita essa identificação parte-se para pesquisas que instiguem e levantem os aspectos históricos, econômicos, sociais, culturais, naturais das paisagens. O uso de imagens como mobilização para a pesquisa deve possibilitar ao aluno duvidar das verdades cristalizadas e reproduzidas na grande mídia ou nos materiais didáticos em geral. Essa suspeita instigará a busca de outras fontes de pesquisa para investigar as raízes da configuração socioespacial apresentada necessário para sua análise crítica.

Vale lembrar que quando optamos pela escolha de imagens de centros urbanos em África com toda sua arquitetura moderna, seu trânsito caótico e intenso, seu comércio diversificado e articulado com as grandes economias do mundo globalizado, estamos, na verdade, oferecendo subsídios materiais para que os nossos estudantes possam desconstruir o imaginário falacioso de que o continente africano é uma imensa selva ocupada por uma população tecnologicamente atrasada e desarticulada do mundo moderno.

Evidentemente, quando optamos por essas imagens não queremos desconsiderar as sociedades tradicionais que habitam o continente e tão pouco

omitir ou sublimar a condição de vulnerabilidade social extrema em alguns destes países. Contudo faz-se necessário apresentar aos estudantes outra representação sobre África. Um continente com áreas urbanas dotadas de infraestrutura, comércio, indústrias, agropecuária, escolas, a universidade. Dessa forma estaremos possibilitando aos estudantes a desconstrução de representações estereotipadas do continente africano e de sua população.

Considerações Finais

Não temos pretensão de encerrar um debate dessa complexidade e envergadura, entretanto, como último esforço, podemos sinalizar algumas contribuições finais para esse trabalho. Primeiro, o ensino de Geografia pode desempenhar um importante papel na construção e transmissão de referências positivas sobre o continente africano, em especial para o as crianças negras no Brasil. Se partimos do pressuposto que a educação escolar exerce uma influência essencial na superação das desigualdades raciais e do racismo perceberemos que o ambiente escolar é um dos principais segmentos de socialização do indivíduo interferindo decisivamente na formação de personalidades, visões de mundo que orientam a forma como o indivíduo se percebe/posiciona no mundo - como ele vê o mundo e aprende a transitar, a se movimentar nele.⁴⁸

Isto coloca incisivos desafios para o ensino de Geografia, enquanto aprendizado que não apenas transmite conhecimentos, mas que agrega saberes que são fundamentais para inserção do indivíduo no mundo, em seus espaços de socialização.

Acreditamos que uma Geografia da África construída a partir do trabalho decolonial, crítico e reflexivo com mapas e imagens tem um imenso potencial para desfazer os estereótipos e distorções que persistem sobre esse continente ancestral. Além disso, o ensino de Geografia sobre o continente africano fortalece a autoestima dos estudantes negros e possibilita que os estudantes brancos possam ressignificar a participação do seu grupo social na produção espacial do Brasil e do mundo.

⁴⁸ SANTOS, E. *Op. cit.*, 2007.

Referências

ACHEBE, Chinua. **A educação de uma criança sob o protetorado britânico**: ensaios. Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: As fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007.

ALMEIDA, Rosângela D. de; PASSINI, Elza. **O espaço geográfico, ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 1989.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. A obra de Humboldt e sua provável influência sobre a antropologia de Franz Boas. GEOUSP: **Espaço e Tempo** (Online), n. 18, p. 67-79, 2005.

ANJOS, R. S. A. A África, a geografia, o tráfico de povos africanos e o Brasil. **Revista Palmares em Ação**, Brasília, Fundação Cultural Palmares – MINC, ano, n. 2, p. 56-66, 2002.

ANJOS, R. S. A. A geografia, a África e os negros brasileiros. //: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1999. p. 169-182.

ANJOS, R. S. A. **A geografia, os negros e a diversidade cultural**. Florianópolis, 1998. p. 93-106. (Série O Pensamento Negro em Educação – Núcleo de Estudos Negros).

ANJOS, R. S. A. A utilização dos recursos da cartografia conduzida para uma África desmistificada. **Revista Humanidades**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 6 (22), p. 12-32, 1989.

BRASIL. Governo Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BRASIL. **Lei n.º 10.639/2003 (lei ordinária) de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira” e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 14 nov. 2017.

BRASIL. Governo Federal. **Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Brasília: 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm> Acesso em: 10 dez. 2017.

BRASIL. **Lei n.º 10678, de 23 de maio de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.678.htm> Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura**

Afro-Brasileira e Africana. Parecer CNE/CP 3/2004, homologação publicada no DOU 19/05/2004, Seção 1, p. 19. Resolução CNE/CP 1/2004, publicada no DOU 22/06/2004, Seção 1, p. 11.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** Blumenau: Letras Contemporâneas, 2010.

DINIZ, F. O. **O uso de filmes no ensino de geografia: uma discussão sobre a representação da África.** *In:* DINIZ, F. O. X Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia, 2009.

DINIZ, Flávio Guimarães; ARAÚJO, Thyago Faria de. O uso de filmes no ensino de geografia: uma discussão sobre a representação de África. **Anais do 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia** – ENPEG, Porto Alegre, 2009.

HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital (1848-1875).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HUME, David. **Essays: Moral, Political and Literary** (Ed. T.H. Green e T. Grose). London: Longmans, Green and Co., 1875. v. 1, p. 252.

KANT, Emmanuel. **Das Diferentes Raças Humanas.** Tradução e notas de Alexandre Hahn. Disponível em: <http://www.academia.edu/3221053/DAS_DIFERENTES_RAÇAS_HUMANAS_-_IMMANUEL_KANT>. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. **Observações sobre o sentimento do belo e do sublime.** Campinas, Papirus, 1993.

KI-ZERBO, Joseph. Introdução geral. *In:* **História geral da África I: metodologia e pré-história da África.** São Paulo: Ática; UNESCO, 2010.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In:* **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores.

MARCELINO, Jonathan da Silva. **Geografia, Movimento Negro e Relações Étnico-Raciais: Um diálogo necessário.** Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

MAZAMA, Ama. **Afrocentricidade como um novo paradigma** *In:* NASCIMENTO, Elisa Larkin. Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 111-128.

MENESES, Maria Paula. **Outras vozes existem, outras histórias são possíveis: Diálogos sobre Diálogos.** Niterói: Grupalfa/UFF, 2008.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **A Gênese da Geografia Moderna.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica.** 20. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. **Geografia: pequena história crítica.** 19. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

- ____. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MOREIRA, Ruy. **O que é geografia?** São Paulo: Brasiliense, 2009.
- ____. **Para onde vai o pensamento geográfico?** : por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2011.
- ____. **A Geografia serve para desvendar máscaras sociais**. //r: MOREIRA, Ruy. (Org.). *Geografia: teoria e crítica – o saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- ____. **O discurso do avesso: para a crítica da geografia que se ensina**. São Paulo: Contexto, 2014.
- ____. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2010.
- MOTA NETO, João Colares da et al. **Educação popular e pensamento decolonial latino-americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda**. 2015.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. **Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação**. PENESB-RJ, 05 nov. 2003. In: COSTA, D. M.; OSÓRIO, A. B.; SILVA, A. de O. *Gênero e Raça no Orçamento Municipal: um guia para fazer a diferença*, v. 1, p. 27, 2006.
- NEVES. S. L; FIGUEIREDO L. V. R; SANTOS L. M.; FIGUEIREDO L. R. F. É possível reivindicar uma cartografia decolonial? In: **VI Congresso em Desenvolvimento Social**. Montes Claro, MG. Anais (online). Pág. 1-11. 2018.
- NEVES. S. L; FIGUEIREDO L. V. R; SANTOS L. M.; FIGUEIREDO L. R. F.; É possível reivindicar uma cartografia decolonial? //r: **VI Congresso em Desenvolvimento Social**. Montes Claro, MG. Anais (online). Pág. 1-11. 2018.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. **A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática**. *Estudos afro-asiáticos*, v. 25, n.3, p. 421-461, 2003.
- PINHO, Patrícia de Santana. **Reinvenções da África na Bahia**. São Paulo: Annablume, 2004.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. **Journal of world- systems research**, vi, 2, summer/fall 2000.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y Modernidad-racionalidad**, 1992. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>>. Acesso: mar. 2011.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. //r: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- QUIJANO, Aníbal. O que é essa tal de raça?. In: SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

QUIJANO, Aníbal. WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system. **International Social Science Journal**, Paris, UNESCO, n. 134, nov. 1992.

REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, A. Carlos; KAERCHER, Nestor André. **Geografia: Práticas Pedagógicas para o Ensino Médio**. Porto Alegre: Artmed, 2007

SANTOS, Renato Emerson dos. O ensino de Geografia e as relações raciais: reflexões a partir da Lei n.º 10.639. In: SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações étnico raciais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Rediscutindo o ensino de geografia**: temas da Lei n.º 10.639. Rio de Janeiro, CEAP, 2009.

SARTRE, Jean-Paul. Prefácio à edição de 1961. In: FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

SEEMANN, Jörn. Friedrich Ratzel entre Tradições e Traduções. Uma Breve Abordagem Contextual. Terra Brasilis (Nova Série). **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 1, 2012.

SERRANO, Carlos & Waldman, Maurício. **Memória D'África**: a temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ilzimeire Alves da. **A compreensão do continente africano de forma positiva**—uma possibilidade para execução da lei 10.639 em uma escola da zona leste na cidade de Uberlândia. 2017.

SILVA, Lucas Trindade da. **Uma análise comparativa dos conceitos de subalternidade e racialidade**. Temáticas, n. 45-46, 2016.

SILVA, Lucia Helena Oliveira. **História afro-brasileira e africana nas escolas**. //r. Caderno UNIAFRO 2, Londrina, v.2, p. 8-17, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: Edufba, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996, p.160-178.

WOOD, Denis. Map Art. **Cartographic Perspectives**, n. 5 p. 6 – 12, 2006.

Recebido em: 8.05.2021

Aprovado em: 25.07.2021

O PAPEL DOS 15+2 NA REDEMOCRATIZAÇÃO ANGOLANA (2011- 2019): MEMÓRIAS DE LUTAS DE UM MOVIMENTO SOCIAL

*THE ROLE OF THE 15+2 IN ANGOLAN
REDEMOCRATIZATION (2011-2019): MEMORIES OF
THE STRUGGLES OF A SOCIAL MOVEMENT*

Oliveira Adão Miguel¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Brasil

Resumo: A nossa pesquisa tem como objeto o Grupo dos 15+2 e o seu papel na redemocratização de Angola imbricados às ondas de protestos no Norte de África (Tunísia, Egito e na Líbia) conhecidas como a “Primavera Árabe”. Em Angola, o Grupo dos 15+2 emergiu a 20 de Junho de 2015 visando alterar a situação política, económica, social e cultural. Nesse processo, “os movimentos sociais, constituem as vias alternativas, as válvulas de expressão quando os canais institucionais estão excluídos”, como explicita Jelin². A pesquisa visará estudar o papel dos 15+2 com foco na relação histórico-dialéctica entre história, memória e processos de redemocratização tomando como base a teoria dos marcos sociais e da memória coletiva³.

Abstract: Our research has as its object the Group of 15+2 and its role in the redemocratization of Angola intertwined with the waves of protests in North Africa (Tunisia, Egypt and Libya) known as the “Arab Spring”. In Angola, the 15+2 Group emerged on the 20th of June 2015 to change the political, economic, social and cultural situation. In this process, “social movements constitute the alternative routes, the valves of expression when institutional channels are excluded”, as explained by Jelin (1985, p. 883). The research will aim to study the role of the 15+2 focusing on the historical-dialectical relationship between history, memory and redemocratization processes, based on the theory of social landmarks and collective memory (HALBWACHS, 2004, 2006).

¹ E-mail: oliveiraadaomiguel@gmail.com

² JELIN, Elizabeth. **Os trabalhos da memória**. Madrid, Siglo XXI, 2002

³ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

Palavras-chave: Movimento dos 15+2; Memória Coletiva; Democratização; Movimento Social
Key-wors: Movement of the 15+2; Collective Memory; Democratization; Social movement

Introdução

Angola, é um país localizado no continente africano e tornou-se independente a 11 de Novembro de 1975, tendo implantado um sistema político de partido único com uma orientação marxista-leninista liderado pelo partido Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). O regime político implantado tinha azucrinado a política doméstica angolana caucionando uma guerra civil com os movimentos Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e mais tarde a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) que em meio a situação de ostracismo político procuravam de alguma forma ganhar legitimidade enquanto partidos políticos que também tinham lutado pela autodeterminação de Angola. É deste ponto de vista que a partir das décadas de 1990, num contexto de forte mudança imbricada ao fim da Guerra-fria, a arena política angolana irá vivenciar alteração do sistema político, com a emergência da democracia.

O nosso trabalho visa compreender a dinâmica da democratização angolana conduzida a partir dos movimentos sociais emergentes a partir do ano de 2011 e tendo em atenção que a história de Angola é considerada inacabada e bastante contraditória em função de muitos autores que escreveram sobre esse processo estarem influenciados por filiações político-partidárias, clichés ideológicos muito latentes, emergindo de um lado a história do vencedor e do outro as memórias dos marginalizados.

O nosso desafio na pesquisa é trabalhar a memória colectiva⁴ construída por esse movimento dos 15 a partir do conjunto de representações sociais acerca do passado que esse grupo produz, institucionaliza, guarda e transmite através da interação de seus membros.

As fontes de nossa pesquisa são essencialmente histórico documental, ou seja, trabalhamos com fontes tais como: jornais públicos e privados, acórdãos dos

⁴ HALBWACHS, Maurice. **A memória colectiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

tribunais, processos em posse dos advogados, entrevistas com membros, familiares e advogados do Movimento dos 15+2 com foco na relação histórico-dialéctica entre história, memória e processos de redemocratização em Angola, tomando como base a teoria dos marcos sociais e da memória coletiva.⁵ Sem deixar de considerar as múltiplas manifestações do fenómeno em estudo, estamos compreendendo como foi a luta desse coletivo diante do sistema “eduardista”, num contexto de extrema repressão estatal e com uma cultura do medo bastante patente o que inibia os cidadãos de adentrarem para as questões políticas. Do outro lado, entendemos compreender as causas da luta, os instrumentos de propaganda usados na divulgação das suas ações, estruturas de apoio, as origens do movimento social denominado Movimento Revolucionário, seu papel nas manifestações, impacto na alteração do sistema democrático, o surgimento e o papel dos jovens do conhecido Movimento dos 15+2.

Da primavera árabe à primavera negra

O conceito Primavera Árabe emergiu de um contexto de protestos que visou derrubar regimes longevos na região do Norte de África e no Médio Oriente. Todavia, não acolhe consenso a utilização do termo ao remeter todos os povos desta região a uma dimensão identitária árabe sem ter em conta a diversidade cultural que a região apresenta. Daí voltarmos a utilizar a ideia de Edward Said⁶ que vê nisto o repescar do orientalismo como uma visão de inferiorização ou subalternização dos povos desta região, tal igual acontecia no contexto colonial e hoje no mundo ocidental. E como diz o especialista Samir Amin⁷ “quando se trata do *mundo árabe*, é sempre perigoso generalizar, ignorando a diversidade das condições objetivas que caracterizam cada um dos países deste mundo”. Destarte, talvez isto conjuga-se a visão segundo a qual foi a imprensa ocidental através do jornal de Samuel Huntington, que utilizou o

⁵ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

⁶ Said, Edward. *O orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

⁷ AMIN, Samir. **Primavera Árabe? 2011: The Arab spring?** Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/amin/2011/05/90.pdf>. consultado aos 22 de Junho de 2021.

termo para se referir a guerra EUA- Iraque em 2005.⁸ Com o tempo, a Primavera Árabe passou a se referir as manifestações ocorridas nesta região do mundo, levando ao descambar de vários governos.

A par desta discussão, elementos comuns entre os países podem ser localizados no tempo e no espaço, como principais vectores pela combustão revolucionária ou reformadora que se seguiu. Para Matta a emergência da Primavera Árabe está ligada as seguintes razões objectivas:

A vasta maioria dos países árabes combinava duas características: a primeira, é que eles eram Estados rentistas, ou seja, países onde as rendas (derivadas de recursos naturais ou de funções estratégicas) constituíam uma parte considerável das verbas do Estado. A segunda, é que eles também eram Estados que estavam pendendo para uma posição "patrimonial" ou "neopatrimonialista", onde a maior peculiaridade era a existência de um núcleo de Estados *patrimoniais*, ou seja, Estados que eram "propriedade" de um grupo dominante que o utilizava para seus interesses e propósitos, diferente do "Estado moderno" onde os grupos dominantes nada mais eram do que funcionários públicos.⁹

Obviamente, este movimento contestatário iniciado na Tunísia, no dia 17 de Dezembro de 2010 acabou se proliferando pelo Norte da África, Médio Oriente e a África Subsariana.

Os acontecimentos (protestos) acoplavam causas de índole social e no caso da Tunísia e Egipto, apoiadas pelo exército, foram causados por fatores demográficos estruturais, como as condições de vida duras promovidas pelo desemprego, forte violação dos direitos humanos, regimes corruptos e autoritários que asfixiavam a oposição política. Ainda nesta senda, Quitunga diz o seguinte:

Politicamente, a situação foi se degradando há décadas criando condições propícias para uma revolta popular. Quer na Tunísia como no Egipto, os manifestantes exigiam a queda dos regimes. Em Marrocos e na Argélia exigia-se maior abertura política. Os

⁸ PUREZA, Fernando. **10 anos de Primavera Árabe e suas consequências**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3-DjhtD0VIQ>>. Acesso: 22 de junho de 2021.

⁹ **MATTA**, Nada. Entrevista com Gilbert Achcar: o que aconteceu com as primaveras árabes? **Revista Outubro**, n. 25, 2006. Disponível: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2016/03/1_Entrevista-Achcar1.pdf. Acesso em: 22 de Junho de 2021.

problemas que motivaram a ira pública no Norte de África são razões conhecidas – restrições das liberdades civis, corrupção, aumento das disparidades na distribuição da riqueza, impunidade política e eleições fraudulentas.¹⁰

Ao quadro descrito acima pode ser anelado o facto de o Egipto por exemplo nas circunstâncias coetâneas dos acontecimentos ser um país cujas taxas de desemprego eram alarmantes. Cerca de 90% dos desempregados em todo país eram jovens na faixa etária dos 15 a 30 anos. Em meio a esta realidade, havia uma juventude mais instruída em termos universitários e mais intrépida em participar da gestão pública comparativamente aos seus pais cujas vidas ficaram marcadas pelo silenciamento, assassinatos, perseguições políticas, prisões injustificadas, a tortura, o exílio, o suicídio ou a colaboração em participar nos actos hediondos do estado. Todavia, apesar de terem boa educação, passaram a pertencer a uma geração mais frustrada, anestesiada e oprimida pelo regime de Mubarak há cerca de trinta anos. Outro aspeto que deve ser destacado é a longevidade destes regimes¹¹. Quer na Tunísia (Zine El Abidine Ben Ali, 1987-2011), Egipto (Muhammad Hosni Said Mubarak 1981-2011), na Líbia (Muammar Al-Gaddafi, 1969-2011) ou no Iêmen (Ali Abdullah Saleh, 1990-2012), os presidentes estavam há mais de 30 anos no poder com exceção de Ben Ali na Tunísia que estava há 23 anos. Esses governos estavam caducos e administravam o poder político com cortes a liberdade, igualdade de gênero, extrema utilização do monopólio da força e da coerção. Na Tunísia, Egipto, Líbia e Iêmen, os presidentes foram depostos depois de várias semanas de protestos.

No contexto em que se estava a criar as condições para as grandes manifestações, vários são os factores que conduziram a processos de mobilização, incentivos e suporte. Aqui merece destaque os meios de comunicação que foram imperiosos na disseminação e fortalecimento das manifestações populares. Para Nada Matta, as “primaveras” seriam resultado de uma mutação política e cultural nascida a partir de uma nova geração que estaria conectada a uma cultura global, graças às novas tecnologias de informação e

¹⁰ QUITUNGA, Asbel Demaca. **O Poder da Informação nas Relações Internacionais: Os Efeitos da Primavera Árabe em Angola**. Universidade de Évora, Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus, 2015.

¹¹ QUITUNGA, Asbel Demaca. *Op. cit.*

comunicação”¹². Refira-se a isto, a emergência de uma classe média bastante jovem que fazia uso das redes sociais através do uso do Twitter e o Facebook. Sobre isto Quitunga diz que “as demonstrações são largamente conduzidas por cidadãos jovens, usam telefones celulares e redes sociais para contornar o controlo estatal. Não há lideranças visíveis nesses movimentos. Usam os mesmos slogans e táticas tal como os cidadãos árabes em outros países, aprendem do sucesso dos movimentos revolucionários de outros países árabes”.¹³

Ao abordar as Mídias Tradicionais, é imperioso destacar a propagação da televisão via satélite e o surgimento de redes de notícias de países árabes, dentre as quais o portal Al Jazeera (1996). A sua atuação, foi objeto de controvérsia política durante a Primavera Árabe reactivamente a divulgação das acções dos manifestantes. Portanto, estes meios de comunicação foram superados pelas chamadas Novas Mídias que estavam intrinsecamente ligados a espaços transfronteiriço conectando povos da região do Norte de África e o Médio Oriente.¹⁴

De acordo com o relatório da *Dubai School of Government*,¹⁵ durante o período dos protestos, houve crescimento no número de usuários do facebook em todos países do mundo árabe com exceção da Líbia devido a cortes de internet. Destacam-se o Egito e o Iêmen com 29% e 47% respetivamente. Na Tunísia o crescimento foi de 17%. No período de 1 de Janeiro a 30 de Março de 2011, houve igualmente aumento na taxa de crescimento de usuários do twitter. O número de vezes twittado foi de 22,750,000 o que equivale a 252,000 twitts por dia, ou 175 twitts por minuto. Os países com maiores indicadores de aumento foram o Egito, a Tunísia, o Bahrein e a Arábia Saudita. O número de usuários do Facebook no mundo árabe cresceu de 14,8 milhões para 27,7 milhões no período

¹² MATTA, Nada. Entrevista com Gilbert Achcar: o que aconteceu com as primaveras árabes? **Revista Outubro**, n. 25, 2006. Disponível: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2016/03/1_Entrevista-Achcar1.pdf. Acesso em: 22 de Junho de 2021.

¹³ QUITUNGA, Asbel Demaca. *Op. cit.*

¹⁴ RAMOS, Luiz Felipe Gondin. **Origens da Primavera Árabe: Uma proposta de classificação analítica**. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais XVI Curso de Especialização em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2015.

¹⁵ DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT. **Facebook Usage: Factors and Analysis**. Arab Social Medi Report, v. 1 n. 1, 2011a. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/dsg/unpan044212.pdf>. Acesos em: 13 Agosto de 2021.

de um ano, entre Fevereiro de 2010 e 2011. Muitos manifestantes ao serem inquiridos sobre como obtinham as informações durante os protestos, a maioria dos egípcios e tunisinos afirmavam que faziam-no através das redes sociais: facebook, Twitter e outros bloguem atingindo uma cifra acima dos 84% a 90%. A rádio, jornal e televisão privadas vinham em segundo lugar. Só 36% na Tunísia e 40% no Egipto é que admitiram terem obtido a informação através dos órgãos de informação estatal. A organização dos movimentos civis, a difusão da informação e a organização de ativistas e suas ações também contou com a contribuição das redes sociais, estando na ordem dos 30%¹⁶. Estes meios foram uteis pelo facto de Milhões de pessoas terem sido mobilizadas a saírem às ruas exigindo dignidade, democracia e justiça social, tendo ocorrido na Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen e na Síria e transformaram as dinâmicas políticas e sociais de toda uma região.

Um outro elemento digno de realce foi o surgimento de uma classe operária muito sofisticada cujo sindicalismo serviu de suporte a luta nalguns países como é o caso da Tunísia. Quitunga, afirma que “na Tunísia entre essas organizações destacamos «o Movimento Sindicalista, a UGTT, a *Ligue Tunisienne des Droits de l’Homme* (LTDH), O *Comité National des Libertés en Tunisie* (CNLT), que eram semi-independentes ou que desempenhavam um papel semiclandestino”¹⁷. Esta perspectiva é mancomunada pelo especialista em Relações Internacionais Gilbert Achcar quando afirma o seguinte:

A UGTT (do acrônimo francês de Sindicato Geral dos Trabalhadores Tunisianos) é uma considerável organização e que desempenhou um papel central na história social e política do país. Entre os seus organizadores há muitas pessoas de esquerda. A UGTT foi a grande organizadora dos levantes na Tunísia assim que tudo começou a ocorrer. Sem ela, o movimento nunca teria conseguido a vitória que teve num período tão curto de menos de um mês. Sob a pressão de alguns de suas ramificações, tais como o sindicato dos professores, a UGTT se envolveu na organização do movimento e proveu a ele um forte ímpeto. Suas ramificações locais também tiveram um importante papel nas regiões onde as insurreições começaram a se espalhar e elas seguiram pressionando a liderança da UGTT a entrar na briga. A UGTT começou a organizar greves gerais itinerantes, numa

¹⁶ QUITUNGA, Asbel Demaca. *Op. cit.*

¹⁷ QUITUNGA, Asbel Demaca. *Op. cit.*

região após a outra. O dia que Ben Ali fugiu da Tunísia, em 14 de Janeiro de 2011, é o dia em que a greve geral havia chegado até a capital. Então, a UGTT era, de fato, a grande organizadora das revoltas na Tunísia.¹⁸

Claramente como remata Achcar, “A UGTT lida com as lutas básicas da economia, mas não estão almejando mudar a natureza classista do poder. E é por isso que ela busca compromissos com os patrões e com o Estado, e por isso também que ela teve um papel conciliador diante de duas facções contrarrevolucionárias do país – o antigo regime e o movimento islâmico – ao invés de lutar contra ambas por uma mudança social radical” (Achcar, 2016, p.17).

No caso do Egito houve o envolvimento de cerca de 24.000 trabalhadores têxteis de El-Mahalla El-Kubra que foram a vanguarda da luta de classes egípcia antes dos levantes até os dias de hoje. Em cada momento crucial, eles estão sempre na linha de frente¹⁹. Samir Amin acrescenta que “as greves operárias de 2007 (as mais fortes do continente africano, desde os últimos 50 anos), a resistência obstinada dos pequenos camponeses ameaçados de expropriação pelo capitalismo agrário e a formação de círculos de protesto democrático nas classes médias (os movimentos Kefaya e do 6 de Abril) anunciavam a inevitável explosão”.²⁰

A existência da UGTT é o principal fator que permitiu que os eventos tomassem um diferente rumo na Tunísia – acrescidos do fato de que não há no país uma tradição de governos militares: a Tunísia era um Estado policial sob o governo de Ben Ali, mas não uma ditadura militar²¹. Ainda assim, Amin diz que “este movimento gigantesco do povo egípcio associa três componentes ativos: os jovens *repolitizados* pela sua própria vontade e em formas *modernas* que inventaram, as forças da esquerda radical e aqueles reunidos pelas classes médias democratas. Os protestos tinham produzido mobilizações gigantescas, em torno de 15 milhões de manifestantes.²²

¹⁸ MATTA, Nada. Entrevista com *Op. cit.*

¹⁹ MATTA, Nada. *Op. cit.*

²⁰ AMIN, Samir. *Op. cit.*

²¹ MATTA, Nada. *Op. cit.*

²² AMIN, Samir. *Op. cit.*

Assim, a 17 de Dezembro de 2010, o vendedor de legumes Mohammed Bouazizi incendiou o seu próprio corpo, na pequena cidade de Sidi Bouzid. Ao ato de desespero deste jovem cidadão tunisino seguiram-se os primeiros protestos em massa contra Ben Ali, na altura presidente. Brancoli em torna explícito este assunto através da seguinte narrativa:

(...) pela sétima vez em duas semanas, uma policial confiscou a banca de legumes de um jovem tunisiano, Mohamed Bouazizi. (...) nas últimas ocasiões em que tinha sido apreendido, apenas foi liberado mediante pagamento de propina. Ao tentar reaver novamente os itens, o vendedor teria recebido um tapa no rosto, dado por uma agente, que, além da agressão física, utilizou frases para humilhar o pai do tunisiano, morto quanto Bouazizi tinha três anos.²³

A crônica de Bouazizi, a culminar com a sua autoimolação, provê narrativa poderosa para a identificação da coletividade com o indivíduo vitimado, cujo sacrifício acaba por servir de faísca aos levantes iniciais. Mais intensamente do que na Tunísia, percebe-se no Egito um dos principais exemplos de identificação da coletividade: a morte do blogueiro Khaled Said após ser espancado por dois policiais por publicar na *internet* um vídeo com evidências de suborno de agentes estatais de segurança levou à criação do movimento “Somos todos Khaled Said”²⁴

A queda de Ben Ali em Túnis dá forte impulso às manifestações contra Mubarak no Cairo. Para Quitunga²⁵ “a queda de Ben Ali na Tunísia é um ponto de viragem. Seguiram-se a ela vários protestos em diferentes países do Norte de África e do Golfo: no Egito, Argélia, Líbia e Marrocos, na Arábia Saudita, no Iêmen, no Bahrein, na Síria, no Kuwait, na Jordânia e no Líbano”.

Portanto, os acontecimentos no Egito, por sua vez, impulsionaram sobremaneira os protestos em outros países, dada sua muito maior projeção geopolítica se comparada à Tunísia. De modo cronológico Quitunga avança que “na Tunísia os protestos começaram em de Dezembro de 2010, na Argélia a 28 de Dezembro do mesmo ano, na Líbia a 13 de Janeiro de 2011, Jordânia a 14 de Janeiro, Mauritânia a 17 de Janeiro, Omã a 17 de Janeiro, Iêmen a 18 de Janeiro,

²³ RAMOS, Luiz Felipe Gondin. *Op. cit.*

²⁴ RAMOS, Luiz Felipe Gondin. *Op. cit.*

²⁵ QUITUNGA, Asbel Demaca. *Op. cit.*

Arábia Saudita a 21 de Janeiro, Líbano a 24 de Janeiro, Egipto a 25 de Janeiro, Síria a 26 de Janeiro, Marrocos a 30 de Janeiro. Em Fevereiro, no Iraque, Djibuti, Bahrein e Kuwait, os manifestantes também saíram as ruas".²⁶

De acordo com Samir Amin as manifestações no Egipto tiveram os seguintes objectivos:

No Egipto, as manifestações tinham os seguintes objectivos: Os jovens e a esquerda radical apontam três objetivos comuns: a restauração da democracia (o fim do regime militar e policial), a aplicação de uma nova política económica e social favorável às classes populares (a ruptura com a submissão às exigências do liberalismo globalizado) e uma política internacional independente (a ruptura com a submissão às exigências da hegemonia dos Estados Unidos e do desdobramento do seu controle militar sobre o planeta).²⁷

Como consequência estes episódios tiveram repercussões em várias paragens do continente africano fazendo emergir uma espécie de Primavera Negra. E como nos diz Ramos "episódios como a queda de Ben Ali na Tunísia, ou como a morte de Gaddafi na Líbia, furta dos governantes a "aura de intangibilidade" construída ao longo dos anos e simultaneamente informa às sociedades vizinhas da possibilidade efetiva de conquistas políticas por meio da manifestação civil"²⁸. Foi assim que outros acontecimentos ocorreram sobretudo na região da África Subsariana.

Mauritânia: Yakoub Ould Khatry imolou-se pelo fogo junto aos portões do palácio presidencial pouco depois da queda do Presidente Tunisino Zine El Abidine Ben Ali; Burkina Faso: Entre Abril e Junho eclodiu uma série de protestos com slogans como "a Tunísia em Kougaudou" e o "Burkina terá o seu Egipto"; Gabão: Em Janeiro, a polícia dispersou protestos em Libreville nos quais os manifestantes carregavam cartazes que diziam "Na Tunísia, Ben Ali saiu. No Gabão, fora com [o presidente] Ali Ben"; Uganda: Durante as eleições nacionais em Fevereiro de 2011 a Comissão de Comunicação Ugandesa deu ordem aos operadores móveis para interceptarem e bloquearem as mensagens SMS contendo as seguintes palavras "Egipto", "Tunísia", "Mubarak", "Ditador", "Ben Ali" e "Poder do Povo"; Malawi: Durante uma greve nacional em Setembro de 2011, um dos principais

²⁶ QUITUNGA, Asbel Demaca. *Op. cit.*

²⁷ AMIN, Samir. *Op. cit.*

²⁸ RAMOS, Luiz Felipe Gondin. *Op. cit.*

activistas da sociedade civil disse aos jornalistas: "A Primavera Árabe foi uma grande inspiração para nós".²⁹

Os protestos produziram nalguns e noutros países bons resultados e para tal é de rememorar os derrubes dos presidentes da Tunísia, Zine El Abidine Ben Ali, que fugiu para a Arábia Saudita, em 14 de Janeiro de 2011, na sequência dos protestos revolucionários tunisinos e que ficariam reconhecidos como a *Revolução de Jasmim*; de Hosni Mubarak, no Egipto, a 11 de Fevereiro de 2011, na sequência de 18 dias de protestos em massa na celebrada Praça Tahrir, (Praça da Libertação), também reconhecidos por *Revolução da Juventude*, finalizando um mandato de 30 anos do déspota egípcio ou de Muammar al-Kadhafi, na Líbia, com a "Revolução Líbia", iniciada a 13 de Fevereiro de 2011, e finalizada (?) com a morte de Kadhafi a 20 de Outubro, que pôs fim a 42 anos da "Revolução Verde" *kadhafiana*.³⁰

Não foi só no norte do continente que o fenómeno foi acompanhado de perto. Em 2014, um movimento de massa levou o Presidente do Burkina Faso, Blaise Compaoré, a demitir-se, depois de 27 anos no poder. Ao Sudão, os protestos chegaram em 2012. Apesar de não ter havido manifestações, os sudaneses foram às ruas principalmente contra a pobreza e problemas económicos. O Presidente Omar al-Bashir respondeu duramente: a polícia usou cassetetes e gás lacrimogéneo, opositores aos regimes foram presos e os protestos sufocados. A instabilidade infectou os vizinhos do sul, como o Mali. Depois da desintegração da Líbia, armas e combatentes islâmicos foram para o Mali, onde rebeldes tuaregues lutam há décadas por um Estado separado.³¹ Sob os protestos, o mesmo se pode falar de Angola, como veremos a seguir.

²⁹ QUITUNGA, Asbel Demaca. *Op. cit.*

³⁰ DW África. A Primavera Árabe e a "cultura das manifestações" em Angola: uma história. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-002/a-primavera-%C3%A1rabe-e-a-cultura-das-manifesta%C3%A7%C3%B5es-em-angola-uma-hist%C3%B3ria/a-37551231>>. DW África. Acesso: 22 de Junho de 2021.

³¹ DW. Africa. *Op. cit.*

Quem são os 15+2? a trajectória de uma luta

O Movimento dos 15+2 emergiu a 20 de Junho de 2015 na sequência da detenção de 17 defensores dos direitos humanos que participavam de uma reunião cujo objectivo era discutir o livro de Gene Sharp, intitulado "Da Ditadura a Democracia", a fim de aprimorar os métodos pacíficos de protestos que visavam retirar do poder o presidente José Eduardo dos Santos que já ia a mais de 32 anos de governação. Entre os activistas destacam-se, Domingos da Cruz, Afonso Mayenda (Mbanza Hanza), Luaty Beirao, Manuel Nito Alves, Albano Bingo, José Gomes Hata, Hitler Samussuko, Nuno Álvaro Dala, Osvaldo Caholo, Dito Dali, Francisco Mapanda, Laurimda Gouveia e Nicolas o Radical. Os Jovens foram detidos e acusados de planearem um golpe de estado contra a antiga estrutura governativa. O movimento dos 15+2 de acordo com o artigo intitulado "Os filhos do musseque que se juntaram ao filho do regime em Angola" de Ana Dias Cordeiro publicado no Jornal "O Público" podiam ser caracterizados pelo seguinte:

A maioria dos 14 activistas, presos com Luaty Beirão (filho do amigo do presidente), vive nos bairros da periferia de Luanda. São músicos, engenheiros, professores universitários, trabalhadores por conta própria e estudantes. Não abdicam dos livros nem dos estudos. Estão presos há 126 dias. São estudantes universitários, jovens dos musseques de Luanda, músicos e rappers, intelectuais de blogues e sites, que querem fazer ouvir a sua voz muito além da capital angolana.³²

É preciso recuarmos um pouco na história das manifestações para entender quando começam as fortes mobilizações dos cidadãos angolanos a fim de pôr fim ao regime Eduardista. E é precisamente dentro do contexto desembocado pela Primavera Árabe a partir do ano de 2010, que envolveu países do Norte da África (Egipto, Argélia e a Líbia) em manifestações que levaram ao derrube de governos longevos que emergiu em Angola, um movimento que irá conduzir as manifestações a partir de 2011.

³² CORDEIRO, Ana Dias. **Os filhos do musseque que se juntaram ao filho do regime em Angola**. Disponível: <https://www.publico.pt/2015/10/24/mundo/noticia/os-filhos-do-musseque-juntaramse-ao-filho-do-regime-em-angola-1712176>. Acesso: 13/02/2021.

E tudo ocorre num contexto em que o país acabava de fazer mudanças constitucionais. Portanto, do ponto de vista constitucional, o país era democrático como diz o artigo 2 da Constituição promulgada em 2010, que passamos a destacar:

República de Angola é um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa. A República de Angola promove e defende os direitos e liberdades fundamentais do Homem, quer como indivíduo quer como membro de grupos sociais organizados, e assegura o respeito e a garantia da sua efectivação pelos poderes legislativo, executivo e judicial, seus órgãos e instituições, bem como por todas as pessoas singulares e colectivas.³³

Ao contrário do que determina a Constituição, o governo angolano violava sistematicamente os valores da liberdade, justiça, democracia, solidariedade, construção inclusiva da paz, igualdade e progresso social, e a sua actuação não respeitava os princípios basilares da soberania popular, primado da Constituição e da lei, separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa.³⁴

Esta realidade não condizia com a realidade, tendo em atenção a actuação do sistema governamental. Foi deste diapasão que emergiram, desenvolveram-se e consolidaram-se as manifestações. O movimento contestatário que passou a assumir a realização de manifestações foi motivado por uma série de factores relacionados entre outros com os longos anos de má governação que tinha sido perpetuado pelo governo de José Eduardo dos Santos e o partido do MPLA. Entre os vários actores que afloram melhor este cenário, temos Quitunga que adianta o seguinte:

³³ Constituição da República de Angola, publicado a 05 de Fevereiro de 2010.

³⁴ DALA, Nuno Álvaro. **Razão revolucionária na Angola do pós-guerra**. Disponível: <https://www.clubk.net/index.php?option=com_content&view=article&id=19309&catid=17&itemid=1067&lang=pt>. Acesso: 06 de Junho de 2021.

As manifestações em Angola resultaram da situação política, económica e social que o país vem enfrentando nas últimas três décadas: falta de liberdade política, pobreza, um governo corrupto e paternalista, o desemprego entre a maioria dos jovens, desvio de fundos públicos do Estado entre outros. Mas há também um fator externo que fez desencadear a onda de manifestações: a influência da Primavera Árabe.³⁵

Ainda neste diapasão Nuno Álvaro Dala, um dos activistas do movimento dos 15+2 num artigo publicado no club K a 25 de Outubro de 2014 argumentava o seguinte sobre o contexto das lutas dos activistas:

(...) apenas o período pós-2002, nossa leitura filosófico-política de Angola nos conduz à inferência segundo a qual, os angolanos têm sido governados por um regime bárbaro, uma ditadura traduzida numa governação mafiosa assente nos ditames do Presidente da República, cujo estilo de gestão do país continua a promover a depredação do erário publico, o nepotismo, a violação grosseira da Constituição, a corrupção e o assassinato de cidadãos contestatários ao regime, que possui uma máquina tem feito das eleições uma encenação política "para inglês ver", um mero instrumento de manutenção do regime de José Eduardo dos Santos.³⁶

Nuno Álvaro Dala voltou a reforçar as suas ideias sobre o sistema político angolano na obra "*O Pensamento Político dos Jovens Revús*" publicado no ano de 2016. E argumenta que a insatisfação e a crítica contra o estado atual das coisas em Angola, um país que, após 40 anos de independência, e após 14 de paz e crescimento económico, continua a revelar problemas sistémicos no que se refere à igualdade perante a justiça, distribuição de riqueza, liberdade de expressão, direitos humanos, a fome, a insegurança, a incerteza, a injustiça e a violência continuam a fazer parte do quotidiano de uma demasiado vasta maioria de angolanos.³⁷

Com estes argumentos, as manifestações tomaram o seu início a partir do dia 07 de Março de 2011, um marco que representa o intensificar da luta pelo aprofundamento da democracia, através de manifestações de rua. Todavia,

³⁵ QUITUNGA, Asbel Demaca. *Op. cit.*

³⁶ QUITUNGA, Asbel Demaca. *Op. cit.*

³⁷ DALA, Nuno Álvaro. O pensamento Político do jovem Revu. Disponível: https://web.facebook.com/watch/live/?v=860772691351389&ref=watch_permalink. Aceso: 06 de Junho de 2021.

apesar do esforço que havia da parte dos manifestantes em exigir os seus direitos, no dia marcado para o acto, o espaço estava tomado por um pesado cordão de segurança policial, inibindo o momento.

A primeira manifestação em Angola foi convocada pelas redes sociais para 7 de Março de 2011 e deixou o governo em estado de barata tonta. As reações dos governantes foram totalmente desproporcionais e expuseram de resto, a natureza autoritária do regime e toda a sua carga de arrogância. A estratégia adotada foi claramente a da exaltação do medo, fazendo crer que a realização de tal manifestação significaria o retorno à guerra e, para variar, atribuindo a autoria da manifestação a certos setores da UNITA.³⁸

As conclusões que se podem retirar desta manifestação frustrada pelo sistema, para Nuno Álvaro Dala são as seguintes:

Ora, a 7 de Março de 2011 o regime de José Eduardo dos Santos não caiu. Entretanto, naquela data ocorreram factos como os seguintes: A dúzia de jovens que madrugou para fazer o seu grito por liberdade esteve realmente no Largo da Independência; A tentativa de manifestação foi o acto fundacional, ou seja, em que foi iniciado um movimento de lutas de rua virado ao combate à ditadura de José Eduardo dos Santos e seu MPLA; O acto marcou a emergência de uma franja contestatária da juventude angolana, que decidiu, a despeito dos riscos, incluindo o da morte, empreender uma jornada que entendia imperativa tanto à luz da História e do tempo como à luz de princípios tais como o Interesse Nacional e o Estado democrático de direito.³⁹

Estas manifestações como nos garante Quitunga tinham como "alvo o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, cujo governo é conhecido pelos altos níveis de corrupção, nepotismo, tráfico de influência, é repressivo e está a bastante tempo no poder. As palavras de ordem eram "Juventude de

³⁸ LUIELELE, Maurílio. **O ano das manifestações. «Club-K», 2012.** Disponível: https://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=9730:o-ano-das-manifestacoes-maurilio-luiele&catid=17&lang=pt&Itemid=1067. Acesso: 06 de Junho de 2021.

³⁹ DALA, Nuno Álvaro. **O que houve a 7 de Março de 2011?** Disponível na Internet via <<https://www.lilpastanews.com/2021/03/o-que-houve-7-de-marco-de-2011-nuno.html>>. Artigo publicado no dia 12 de Março de 2021.

Angola é contra a corrupção”, ou “Fora o Presidente Zé Dú – abaixo a ditadura” e “32 anos é muito”.⁴⁰

Este movimento que tinha iniciado era bastante desarticulado, pelo facto do convocador da manifestação não dar o rosto e nunca assumir a posição de alguma liderança. Isto podia ser compreensível se tivermos em conta a onda de repressões fomenta pelo sistema. O processo ocorreu naturalmente com alguns jovens a se juntarem na perspectiva de defenderem um objetivo comum: uma sociedade mais atenta aos seus direitos, uma sociedade mais livre, com maior liberdade de expressão. Com toda fragilidade que o movimento vinha vivendo por conta em parte da redução de manifestantes, as acções passaram a ter menos força também. E isto é citado com alguma pujança pelo Nuno quando diz o seguinte:

Com o transcorrer dos anos, o número de jovens manifestantes manteve-se reduzido por diversas razões, sendo uma das principais as violentíssimas repressões (levadas a cabo pela Polícia Nacional e por milícias), sobretudo no período 2011-2014, embora, a partir de 2013, a Polícia tivesse passado a usar a tática de prender os manifestantes e levá-los aos arrabaldes de Luanda, onde eram deixados, completamente entregues à sua sorte, tendo havido casos em que foram deixados em províncias como Bengo e Kwanza Norte. De 2011 a 2015, as manifestações eram literalmente actos perigosos para os que nelas participavam, e o núcleo duro dos revús era bastante exclusivo por razões óbvias.⁴¹

Destarte, Nuno Álvaro Dala afirma que deste grupo se deu as bases para a discussão sobre o futuro do movimento “revu” (abreviação do termo revolucionário, como passaram a ser cohecidos) e por isso desembocaram propostas no sentido de haver um conhecimento profundo da causa de luta, do foco de luta, dos valores e princípios de luta, dos objectivos, métodos e instrumentos de luta. E isto irá ocasionar vários encontros com os activistas como nos conta a seguir Nuno Álvaro Dala:

Todavia, as reuniões das principais figuras da revuada já em 2013-2014 – sobretudo no bunker (na Vila Alice) - reflectiam sobre a necessidade de o movimento iniciado em 2011 fazer inflexões evolutivas. Surgiram correntes divergentes, e duas se tornaram eminentes: uma defendia que era necessário que os

⁴⁰ QUITUNGA, Asbel Demaca. *Op. cit.*

⁴¹ DALA, Nuno Álvaro. *Op. cit.*

revús se organizassem, que tivessem uma estrutura organizacional que, como plataforma, seria útil aos jovens para a salvaguarda segura do capital político conseguido desde 7 de Março de 2011 e para viabilizar de forma organizada a articulação com os outros entes da esfera pública, tais como os partidos políticos, entres outros. A outra corrente defendia que era melhor que o movimento se mantivesse sem organização nem estrutura definida e muito menos burocracia, sendo que o movimento se contrairia e se atrofiaria segundo seus diversos efluxos e influxos de dinâmica política e social. Basicamente, as duas correntes podem ser denominadas como organizacionista (formalista) e inorganizacionista (não organizacionista ou informalista).

1. Os revús organizacionistas criaram o Movimento Revolucionário (MR, e destaque aqui o Aldolfo Campos, o Pedrowski Teca, o Raúl Mandela, o Albano Bingo Bingo, o Arante Kivuvu, o Nito Alves, apenas para exemplificar) e outros criaram o Movimento Revolucionário de Angola (MORANGO, e destaque aqui o Osvaldo Caholo).
2. Os revús não-organizacionistas simplesmente continuaram a fazer uma luta em moldes não estruturados. Em todo o caso, pode-se dizer que fizeram algumas concessões, pois, passaram a valorizar a cobertura sistemática dos actos cívicos (manifestações, marchas, reuniões etc.) dos revús. Criaram o blogue Central Angola 7311. Com o tempo passaram a ser designados como centroleiros, a saber, o Emanuel Piitra, o Mbanza Hanza, o Carbono Casimiro (de feliz memória), o Nelson Dibango, o Abraão Chissanga, o Hitler Jessy Tschikonde, o Luaty Bierão, o José Gomes Hata, o Bitão Felisberto Holua e outros.⁴²

Os revu inorgacionistas acabaram sendo aqueles que defendiam o carácter desnecessário de haver alguma liderança da parte do movimento, mas ainda assim continuaram a fazer lutas constantes em torno da cidadania. Foi deste grupo que se deu a génese dos membros do célebre processo dos 15+2, com excepção do Nito Alves, do Albano Bingo Bingo e do Osvaldo Caholo.

Conclusão

As fontes estudadas deixam entrever que para a consolidação de um país plural e multipartidário e para demonstrar alguma vontade de mudança da parte do poder hegemónico, o presidente José Eduardo dos Santos posterga as eleições de 2008, mas garante a aprovação da Constituição em 2010. A democracia continuava a ser formal e durante vários anos, a governação do

⁴² DALA, Nuno Álvaro. *Op. cit.*

antigo presidente José Eduardo Dos Santos passou a ser contestada pelos jovens com maior ênfase a partir do ano de 2011 pelo facto de haver de forma exponencial um elevado número de Desemprego, pobreza, corrupção, exclusão política, económica e social. Sobre este assunto, Mukuta e Fortuna (2011), afirmam que as manifestações eram motivadas pelo:

(...) enriquecimento ilícito da elite dominante e seus familiares, prepotência, arrogância manifesta dos dirigentes do partido governante; nepotismo e oligarquia; desfalques e roubos sistemáticos aos cofres do Estado angolano; péssimas condições de vida das populações angolanas; os 32 anos no poder e a exclusão dos angolanos a favor dos estrangeiros.⁴³

Em meio a situação da primavera árabe despoletada no Norte de África a partir do ano de 2011, uma onda de manifestações irá proliferar-se em Angola, com o Movimento Revolucionário a cabeça a partir do dia 07 de Março de 2011 altura em que se dá a primeira grande manifestação que irá atordoar o regime "eduardista".

A pesquisa até então desenvolvida, evidencia que na base do processo de redemocratização um dos actores fundamentais no seu processo foi o Movimento dos 15+2 contra o poder autoritário do presidente José Eduardo dos Santos que se tinha mantido no poder a mais de 32 anos. Este Movimento desembocou aos 20 de Junho de 2015 a fim de aprimorar os métodos pacíficos de protestos que visavam retirar do poder o então presidente. Entre esses activistas de origens, formação académica e profissões comuns ou diferentes, destacam-se Domingos da Cruz, Afonso Mayenda (Mbanza Hanza), Luaty Beirão, Manuel Nito Alves, Albano Bingo, José Gomes Hata, Hitler Samussuko, Nuno Álvaro Dala, Osvaldo Caholo, Dito Dali, Francisco Mapanda, Laurimda Gouveia e Nicolas Radical. Esses Jovens foram detidos e acusados de planearem um golpe de estado contra a então estrutura governativa. Trata-se de 15 jovens de vários estratos sociais que são presos pelo fato de se reunirem em um espaço para ler a obra de Gene Sharp, intitulada da Ditadura a Democracia, dando origem ao

⁴³ MUKUTA, Coque; FORTUNA, Cláudio. **Os Meandros das Manifestações em Angola**. Luanda, 1ª ed. 2011, Editora Kiron, 2011.

famoso grupo dos 15+2 que levaram ao conhecimento da Comunidade Internacional a situação da violação dos direitos humanos, exigindo deste modo a retirada do antigo presidente que estava no poder a mais de 32 anos. Estes jovens fizeram uma redefinição das circunstâncias do agir histórico, questionando a legitimidade do sistema diante da situação terrível a que o angolano estava emerso.

Nas entrevistas preliminares feitas com José Gomes Hata, Hitler Samussuko, Dito Dali e Inocêncio Brito e nos artigos publicados em jornais como o *Jornal de Angola*, *Rede Angola*, *Club K* o *Novo Jornal* fica evidenciado que esse Movimento teve um papel fundamental no processo de redemocratização e na transição de poder do presidente José Eduardo Dos Santos ao presidente João Lourenço.

Nas entrevistas é reafirmada uma memória coletiva-individual cuja recordação se ancora na forte violência real ou simbólica do estado, marcada por ameaças, repressões, detenções, sequestros, julgamentos sumários, pressões e assassinatos de vários activistas ao longo da marcha pela democratização como a perseguição e assassinato de Cassule e Kamulingue, activistas que participavam em manifestações contestando contra o poder instituído.

O estado angolano era caracterizado por uma democracia multipartidária desde os anos de 1992 e sufragado pela alteração constitucional decorrida no ano de 2010. Obviamente, Angola era caracterizado como um estado de direito e democrático, mas na prática tinha laivos de ditadura.

A emergência de movimentos de contestação com objectivos de pressionar aberturas democráticas e construir um país mais inclusivo, demonstra que uma das lutas sociais mais evidenciadas nesse momento, foi do Movimento dos 15+2. O nosso estudo tem demonstrado que é de suma importância recuperar a história e memória deste movimento, a partir de uma memória coletiva, cujos marcos sociais foram a incontestável luta pela redemocratização. Trata-se de uma pesquisa ainda inconclusiva, mas o material colectado tem servido para trabalhar no avanço da compreensão do fenómeno articulando a relação entre história e memória em sua relação dialética.

Referências:

AMIN, Samir. **Primavera Árabe? 2011: The Arab spring?** Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/amin/2011/05/90.pdf>. consultado aos 22 de Junho de 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

SAID, Edward. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

CORDEIRO, Ana Dias. **Os filhos do musseque que se juntaram ao filho do regime em Angola**. Disponível: <https://www.publico.pt/2015/10/24/mundo/noticia/os-filhos-do-musseque-juntaram-se-ao-filho-do-regime-em-angola-1712176>. Acesso: 13/02/2021.

DALA, Nuno Álvaro. **Razão revolucionária na Angola do pós-guerra**. Disponível: https://www.clubk.net/index.php?option=com_content&view=ticle&id=19309&catid=17&itemid=1067&lang=pt. Acesso : 06 de Junho de 2021.

DALA, Nuno Álvaro. **O pensamento Político do jovem Revu**. Disponível: https://web.facebook.com/watch/live/?v=860772691351389&ref=watch_permalink. Aceso: 06 de Junho de 2021.

DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT. **Facebook Usage: Factors and Analysis. Arab Social Medi Report**, v. 1 n. 1, 2011a. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/dsg/unpan044212.pdf>. Acesos em: 13 Agosto de 2021.

DW. **A Primavera Árabe e a “cultura das manifestações” em Angola: uma história**. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/a-primavera-%C3%A1rabe-e-a-cultura-das-manifesta%C3%A7%C3%B5es-em-angola-uma-hist%C3%B3ria/a-37551231>. DW África. Acesso: 22 de Junho de 2021.

QUITUNGA, Asbel Demaca. **O Poder da Informação nas Relações Internacionais: Os Efeitos da Primavera Árabe em Angola**. Universidade de Évora, Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus, 2015.

LUIELELE, Maurílio. **O ano das manifestações. «Club-K»**, 2012. Disponível: https://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=9730:o-ano-das-manifestacoes-maurilio-luiele&catid=17&lang=pt&Itemid=1067. Acesso: 06 de Junho de 2021.

MATTA, Nada. Entrevista com Gilbert Achcar: o que aconteceu com as primaveras árabes? **Revista Outubro**, n. 25, 2006. Disponível: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2016/03/1_Entrevista-Achcar1.pdf. Acesso em: 22 de Junho de 2021.

MUKUTA, Coque; FORTUNA, Cláudio. **Os Meandros das Manifestações em Angola**. Luanda, 1ª ed. 2011, Editora Kiron, 2011.

PUREZA, Fernando. **10 anos de Primavera Árabe e suas consequências**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3-DjhtD0VIQ>>. Acesso: 22 de junho de 2021.

RAMOS, Luiz Felipe Gondin. **Origens da Primavera Árabe: Uma proposta de classificação analítica**. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais XVI Curso de Especialização em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2015.

Recebido em: 05.05.2021

Aprovado em: 20.07.2021

OXALÁ CRESÇAM PITANGAS E É DREDA SER ANGOLANO: UMA ANÁLISE COMPARADA DAS CONSTRUÇÕES NARRATIVAS DE IDENTIDADES NESSAS OBRAS

OXALÁ CRESÇAM PITANGAS AND É DREDA SER ANGOLANO: A COMPARATIVE ANALYSIS OF NARRATIVE CONSTRUCTIONS OF IDENTITIES IN THESE FILM PRODUCTIONS

Paula Faccini de Bastos Cruz¹

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ).

Pesquisadora associada ao LeÁfrica/UFRJ

Resumo: Neste artigo buscamos analisar como se constroem as narrativas identitárias da população de Angola, por meio do estudo comparado de suas obras, *Oxalá cresçam pitangas* (2006) e *É dreda ser angolano* (2007), do ponto de vista dos seus produtores. Para tanto, estudou-se a formação de uma tradição de filmes de documentário como forma de linguagem cinematográfica nesse país. O discurso identitário sempre se fez presente, transmutando-se com o tempo, em função da mudança do lugar de fala de cada produção.² Nesses dois filmes, as narrativas se constroem num país independente, não mais em guerra civil, porém extremamente autoritário, o que determinou graves restrições de

Abstract: This work aims to analyze how the identity narratives of the population of Angola are constructed, through the comparative study of their films *Oxalá cresçam pitangas* (2006) and *É dreda ser angolano* (2007), from the perspective of their producers. To this end, it was studied the formation of a documentary film tradition as a form of cinematographic language in that country. The identity discourse has always been presented, transmuting over time according to the standpoint speech of each production. In both movies the narratives are built in an independent country, no longer in civil war, but extremely authoritarian, which

¹ E-mail: pbastoscruz@gmail.com

² PIÇARRA (2013); MATOS, 2006; ABRANTES; MATOS; CRUZ (2002); CARVALHO (1997); BARTOLOMEU (2010).

censura. Seus produtores são personalidades em evidência na cultura angolana de sua geração: Ondjaki, escritor, ganhador de vários prêmios literários, mostra sua dimensão de cineasta, dividindo a realização de *Oxalá* com Kiluanje Liberdade, um dos maiores documentaristas angolanos da década de 2010. *Dreda* foi produzido pela Família Fazuma, um grupo de artistas ativistas políticos, como Pedro Coquenão e Luaty Beirão, hoje membros da resistência ao governo no país.

Palavras-chave: Angola; cinema; identidades.

determined severe censorship restrictions. The producers are personalities in evidence in the Angolan culture of their generation: Ondjaki, writer, winner of several literary awards, shows his dimensions as a filmmaker sharing the making of *Oxalá* with Kiluanje Liberdade, one of the greatest Angolan documentary filmmakers of the 2010s. *Dreda* was produced by the Fazuma family, a group of political activist artists, such as Pedro Coquenão and Luaty Beirão, currently members of the country's resistance to the government.

Keywords: Angola; Cinema; Identities.

Nesse artigo procuramos discutir, por meio da análise dessas duas fontes narrativas, como nelas se apresentam as identidades angolanas, à época das produções. Nosso intuito foi de perceber como os autores entendem a si próprios, e aos seus conterrâneos, na sociedade a que pertencem, no período abrangido (2002 a 2008). E que traços utilizam na construção de seu discurso identitário. Ao compararmos as duas obras cinematográficas, pudemos analisar como seus autores perceberam o estado de vulnerabilidade³ em que se encontrava a sociedade angolana à época das filmagens, assim também como sua capacidade de resiliência⁴, e de como para eles estes são constituintes das identidades em Luanda, identificando traços comuns às duas fontes. Nelas o luandense se apresenta como angolano, por isso em nosso trabalho muitas vezes esses dois termos aparecem como sinônimos. A escolha de filmes feitos por angolanos, sobre a população de Luanda, capital de Angola, se deveu ao fato de pretendermos fugir do olhar estrangeiro sobre estes sujeitos, e buscar a

³ A vulnerabilidade é aqui analisada partindo de eixos de vinculação/desvinculação, como o sociofamiliar, o econômico, com gradações que vão da vinculação mais profunda ao abandono. Sobre a vulnerabilidade da população de Luanda no período (ver CRUZ, 2019).

⁴ Habilidade de sobreviver às perdas, de sobreviver psiquicamente após um a experiência traumática. Diferentemente da superação, a resiliência é um processo permanente, que se dá na relação com o meio social, a cada interação, até o fim da vida (ARAÚJO, 2011)

autocompreensão, a leitura que estes fazem de si mesmos.

Com esse objetivo, definimos como entendemos identidade/alteridade, cultura, sociedade e etnicidade nesse contexto. Usamos o método comparado, que permite uma profunda interdisciplinaridade (teórica, conceitual e entre fontes diferentes). Trabalhamos fazendo a comparação de "sistemas de pensamento", "placas de coerência" de "comparáveis" (DETIENNE, 2004, p. 57). Desta forma pudemos localizar formas de comportamento, palavras, modos de perceber o mundo que possuem coerência e se tornam passíveis de serem comparados e estudados. Pudemos compreender e nomear o entendimento que têm de si e do outro, tanto os produtores quanto os personagens, quanto à constituição de suas identidades.

Trabalhamos o binário identidade/alteridade partindo da percepção do sentido que damos uns aos outros, que os outros se dão e nos dão, formando assim um conjunto de relações com sentido social. Assim vai se constituindo formas de identificação entre os membros de uma coletividade. (AUGÉ, 1999).

O espaço urbano – Luanda/Angola

Em *Oxalá creçam pitangas* a cidade de Luanda nos é apresentado como uma personagem, um espaço geográfico que condiciona a construção de um discurso identitário específico. Percebemos isso já nos *frames* iniciais, quando nosso olhar passeia por seus prédios mal conservados, habitações precárias, muito improvisado. Tabelas de basquete, espaços pequenos, quadras estão muito presentes. Vemos jovens jogando, nos dois filmes, inclusive. Nas ruas, muito movimento em torno da candongas⁵ ainda estacionadas. Obras em alguns lugares da via, ainda de terra. Vemos também muitos jovens desocupados nas ruas, conversando em grupos em praças, praias e cantos. Velhas de capulanas⁶ assuntam, enquanto meninas super coloridas dançam numa caçamba de caminhonete. A impressão que nos dá é que todos estão se divertindo, é a vida que segue. Estamos agora dentro de uma candonga, passeando pela cidade – praia, musseques, prédios altos ao centro. Vemos muitos *outdoors* estrangeiros,

⁵ Um tipo de van de transporte popular, mas particular, como um táxi coletivo.

⁶ Pano típico africano.

como da *Coca-Cola*, *Hanomag*, *Henschel e Scania*, e estátuas de figuras históricas, provavelmente colonizadores portugueses. Vamos ouvindo uma música animada no rádio, *Isto é Angola*, de Hélvio, uma música que canta a movimentação das pessoas, o ir e vir do estrangeiro ou do interior, a mistura de pessoas e culturas que confirma a imagem que se segue. Destruição, reconstruções, cores, formas, diversidade de traços étnicos, roupas típicas e ocidentais, tudo junto imprimindo em nós um certo entendimento que os autores querem nos dar sobre a cidade e seus habitantes.

Salientamos que, no primeiro documentário, o país estava em paz apenas há quatro anos e, no segundo, há seis. Compreendemos que o ângulo de visão mostrado em ambas as obras seja esse olhar em volta e ver o que sobrou. Temos a impressão que as pessoas dos filmes começaram a sair de casa, a enfrentar seus medos e reconstruir o que é possível, ou construir. Luanda não foi um campo de batalha, mas a constituição da população, seus problemas sociais e urbanos são consequentes delas (MINTER, 1998; HODGES, 2003).

Dreda, nossa outra fonte, em determinado momento nos mostra o Roque Santeiro, considerado à época o maior mercado a céu aberto da África, mas que em 2004 já não existia mais. O terreno valorizou-se e foi tomado pela especulação imobiliária. Há referência a outros imensos mercados populares informais aparece em nossas fontes, como O Congolese e o Mercado do Prenda. A informalidade foi o caminho para a sobrevivência, encontrado pela população em geral. A presença desse mercado no filme é, portanto, muito significativa.

Por meio da análise de nossas fontes, entendemos ser o reconhecimento dessas características da cidade uma construção de discurso identitário. "Isto é Angola", um país que vive em estado de vulnerabilidade em consequência de sua história, que não pode ser reescrita. Mas pode criar capacidade de resiliência. Assim, vulnerabilidade e resiliência aparecem como traços da identidade angolana, em que as pessoas nelas se reconhecem.

MCK⁷ reforça esse argumento, quando diz que nesses anos “viu a paz chegar definitivamente e, com ela, surgir, por fim, a possibilidade de pensar em mais que a sobrevivência até o dia seguinte” (MCK *apud* LOPES, 2012).

No filme *Oxalá* também identificamos esse entendimento, quando o taxista da candonga afirma que “Aqui se sente em Angola, em Luanda sente-se em Angola. Porque o povo está todo aqui concentrado. Fugiram das guerras e concentraram-se aqui. Então aqui há de tudo. Daqui consegues ver Angola”.

Num outro momento de *Dreda*, é no relato de doutor Cornélio Caley⁸ que encontramos essa afirmativa:

Luanda hoje representa um bocado de cada Angola. Ou seja, as populações, as outras culturas todas, entraram em Luanda. Luanda é de todos nós. É uma caracterização nítida e típica de Angola. Luanda é a cidade amostra de Angola, vamos chamar assim. Nenhuma outra cidade, certamente falando, e falando com franqueza, não há nenhuma outra cidade que pode representar esse papel de amostra. Não é só ser capital, mas amostra do país. É Luanda. Porque todas as comunidades, por questões de conflito armado, estão aqui. Só que é preciso ver essa Luanda em retalhos, sociologicamente, não é?

Na introdução os dois filmes se assemelham, há quase que uma simetria narrativa e uma conformidade com a mensagem que buscam passar. Numa colagem frenética, aparece a multiplicidade de tipos e traços da população, mutilados de guerra, a grande desigualdade social, a faixa etária média, em geral muito jovem, crianças nas ruas, destruição e (re)construção, o comércio informal, o caos do trânsito, as muitas candongas, principal meio de transporte do povo, a falta de saneamento, os esportes, a música, enfim, muita informação que tentaremos esmiuçar nos itens seguintes. São imagens apresentadas de forma afirmativa, nos levando ao entendimento de que todos esses elementos, difusos, confusos e caóticos desenharam a identidade da cidade, com a qual os angolanos se reconhecem.

⁷ Rapper muito conhecido em Angola, personagem de *É dreda ser angolano*, e um de seus produtores.

⁸ Historiador e sociólogo, é membro da União dos Escritores Angolanos. (1944-)

A formação da sociedade

Na região onde hoje é Angola, os três maiores grupos etnolinguísticos eram os mbundos, ovimbundos e bakongos. Especificamente onde hoje se localiza a cidade de Luanda, à época da chegada dos portugueses, em 1576, predominavam os mbundos, o único grupo governado pelos portugueses até a Partilha da África (Conferência de Berlim, 1885; HODGES, 2002).

Também importantes para o desenvolvimento da economia da região de Luanda, os ovimbundos eram parte significativa da população dessa área. Foram recrutados em massa pelas forças armadas nacionalistas desde os tempos coloniais e, em 1996 esse grupo já havia se integrado ao governo (HODGES, 2002).

Oriundos da região das atuais províncias do Zaíre, Uíge, Cabinda e dos hoje Congo-Brazaville e República Democrática do Congo – países vizinhos, os bacongos formavam o mais forte reino da região. Sua capital era Mbanza Congo, do Reino do Congo, hoje capital da província do Zaíre. Esse grupo possui forte identidade cultural até hoje. Podemos constatar a violência da imposição das fronteiras coloniais às populações locais, observando esse exemplo.

Tal grupo étnico, fugindo das guerras, buscou refúgio na República Democrática do Congo, onde aprendeu com a economia lá vigente, a negociar e comerciar⁹. Bem mais tarde, nos anos 1980, ao regressarem a Angola, esse grupo tomaria a frente do comércio no país, pois a ambição da elite local estava vinculada ao funcionamento anterior de Estado burocrata colonial, sem nenhuma experiência em mercado. Esses regressados bacongos, não encontrando outro espaço na economia dessa sociedade, viriam a controlar o mercado informal (HODGES, 2002). Esse mercado está em evidência o tempo todo em ambas as fontes, como pudemos constatar já anteriormente.

Podemos verificar essa multiplicidade de traços étnicos, bacongos, mbundos, quimbundos entre tantos outros que passeiam pelas ruas de Luanda, através das imagens registradas pelas câmeras dos dois documentários, ao longo deles, como parte da construção desse discurso de identidade plural.

⁹ HODGES, 2002.

Além desses grandes grupos já citados, o Estado angolano reuniu “sob uma administração comum uma vasta gama de comunidades anteriormente não integradas”, que não foram distinguidas com clareza uma das outras previamente, por serem grupos muito pequenos, com diferentes níveis ou fronteiras políticas e culturais (MINTER, 1998, p. 106). Nesses casos, as fronteiras coloniais impuseram uma união territorial a grupos que não reconheciam uma identidade comum.

Portanto, essas identidades, que estão se constituindo em Luanda, são resultantes de um vasto somatório, de um hibridismo cultural¹⁰. Essa multiplicidade étnica é comentada pelo taxista da candonga, de *Oxalá*. Em *É dreda ser angolano*, ela é citada logo no texto que lemos na tela de abertura: “Ovimbundo, quimbundo, bakongo, bosquímano, mestiço e branco”. Podemos perceber como o reconhecimento da diferença (étnica, regional, estrangeira) paradoxalmente produz uma identificação entre os habitantes da cidade, um reconhecimento, constrói um discurso identitário.

A formação da elite

A elite da sociedade angolana começou a se constituir ainda no século XIX, quando famílias nativas enriquecidas, usando nomes portugueses e holandeses, orgulhavam-se de ter uma cultura europeia e de serem falantes de seus idiomas. Mas Portugal desprezou este grupo social, preterindo-os aos colonos portugueses. A criação do MPLA¹¹, já na década de 1950, deu-se em parte como resultado da manifestação política da insatisfação dessa velha elite para com a política colonial. No processo, “mestiços e negros assimilados¹², que tinham sido educados em escolas de missões e que também competiam no mercado de trabalho com os colonos”, (HODGES, 2002, p. 66) uniram-se aos antigos, formando a elite moderna.

¹⁰ Entendemos por hibridismo cultural o processo de “mistura”, junção, miscigenação de diferentes matrizes culturais (SOUZA, 2013).

¹¹ Movimento de Libertação de Angola, partido político que assumiu o poder após a independência do país.

¹² O termo “assimilado” é usado para designar os negros e mestiços que falavam e escreviam português, já tendo adotado para si a cultura portuguesa. Aos dezoito anos ganhavam plenos direitos de cidadão, quando economicamente independentes.

A partir da década de 1960, as mudanças na economia levaram a uma grande migração de brancos para Angola, capitalistas portugueses que investiram na manufatura e na construção civil, e que ocupavam as posições especializadas. Restara aos africanos as funções para mão-de-obra não qualificada. (MINTER, 1998). Era uma política que tinha como características a falta de transparência, o autoritarismo, o excesso de burocracia, não interessando ao Estado colonial que se desenvolvesse nenhum tipo de iniciativa favorável à colônia (HODGES, 2002). Por meio das obras por nós analisadas percebemos que essa falta de transparência e do excesso de burocracia permaneceu como herança na estrutura de Estado que se instalou após a independência. A política colonial possuía um sistema extremamente autoritário e centralizador, cujos objetivos eram atender aos interesses portugueses, e aos não angolanos. É uma característica que se adequou ao período chamado de "marxista-leninista" do país.

A Revolução dos Cravos, em abril de 1974, em Portugal, teve consequências imediatas para suas colônias africanas. Em Angola, a transição fez-se menos de dois anos após o golpe, nos chamados Acordos de Alvor, em 1975 (MINTER, 1998). Após a independência, houve um radical retorno de colonos brancos, e emigração de angolanos que com eles se identificavam, saindo do país em direção à Europa. A partida dos portugueses deixou um vazio impossível de ser ocupado pelos despreparados angolanos que ficaram (MINTER, 1998). Esses nunca tiveram oportunidade de se qualificar. As famílias da antiga elite urbana, mais ligada ao MPLA, ocuparam os espaços políticos dos colonos portugueses que retornaram, monopolizando os empregos estatais, posições, salários, e preservando a estrutura burocrática. Percebemos ser esta a maior herança colonial na estruturação da sociedade do novo estado socialista, e posteriormente, da sociedade apresentada a nós nos documentos analisados. Essa estrutura social rígida é um traço determinante na formação das identidades possíveis em Angola e, principalmente, em Luanda.

Em 1976, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) assumia o Governo. Originalmente formado pelos mbundos, terminou conseguindo agregar diferentes grupos étnicos.

Nesta época, o principal partido era, além desse, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA¹³). De maioria ovimbundo, não defendia uma divisão do território angolano. No entanto, nunca conseguiu agregar outros grupos étnicos, concentrando-se na área mais rica do país. Esses dois partidos foram os principais responsáveis pela guerra civil que se instaurou no país após a independência. Vemos, assim, os conflitos étnicos irem se tornando políticos.

Com o apoio da URSS, o MPLA criou forças de segurança e aprendeu a controlar a economia, que nos anos 1980 viu crescer suas receitas por conta do grande aumento da produção de petróleo, principal riqueza do país.

A partir de então, o marxismo-leninismo tornou-se a filosofia oficial do governo, agora de partido único. No mesmo ano, Nito Alves, antigo comandante de guerrilha, tentaria dar um golpe, mas foi frustrado. Em consequência, o presidente Agostinho Neto aproveitou para eliminar todos os seus rivais, dando origem a um novo Partido – o MPLA - Partido do Trabalho (MPLA-PT). Neto morreu em 1979 e em seu lugar assumiu a presidência José Eduardo dos Santos, sem turbulências. A violência da repressão ao golpe de Nito Alves atingiu principalmente intelectuais dissidentes (HODGES, 2002). Segundo o discurso dos dois documentários, ela deixou marcas visíveis e perceptíveis. A rigidez da estrutura burocrática e hierárquica do Estado socialista faz-se presente através da atuação das autoridades policiais, e da hierarquia social rígida, que diferencia a elite dos demais. Esse é outro elemento da formação da sociedade angolana: a falta de uma classe média e de cidadania a que esse fenômeno conduz, desenhando o perfil dessa sociedade.

A função da polícia

Esta hierarquização está representada de forma sutil e subliminar, ao longo da duração dos dois documentários, podendo ser apontada de forma mais precisa em alguns momentos. Em *Oxalá*, ela vai aparecer na fala do taxista, quando descreve a situação de clandestinidade da maior parte das candongas, por falta de oportunidade de trabalho. Os candongueiros trabalham duro,

¹³ Apoiada pelos EUA e pela África do Sul, a UNITA cresceu muito nessa década. (HODGES, 2002, p.73).

segundo ele, e seu maior temor é a polícia. Esta aparece sempre como uma ameaça à população carente, tratando-a aos palavrões e exigindo suborno em troca de deixá-los trabalhar. Mas ela mesma infringe as regras, entrando na contramão e parando em lugares proibidos. “Querem gritar porque pensam que todo pessoal que tá a fazer esse tipo de vida só está aí porque não estudou”, diz ele. Ter estudado revela-se aqui uma marca clara de distinção social, uma forma de identificar a elite.

Tiramos outro exemplo de *Dreda*, quando, em meio à confusão criada pela polícia durante as gravações, os cineastas são levados à delegacia. De dentro da candonga, o cineasta flagra a policial cobrando suborno. Ele dissimula, atento à forte censura. Na continuação da cena, expõe-se a vinculação da questão racial com o nível cultural e social, normatizado na fala da policial.

Guarda: Era bom se fosse branco. Você é branco ou mulato? Você é branco, né?

Cineasta: Você que vai decidir, vê bem então.

Guarda: Você é brasileiro, né?

Cineasta: Eu sou angolano, dona. Quer ver meu bilhete de identidade?

Guarda: Lhe perguntaram lá no comandante, ‘você é branco?’

Cineasta: E eu disse, não, sou angolano. Eu sou negro!

Mas a reação da equipe do filme à pressão policial nos mostrou que eles esperavam receber um tratamento diferenciado por parte das autoridades. Quando a guarda para a candonga, pergunta se eles têm autorização para filmar e pede o documento do carro. O motorista responde que não vai entregá-lo. Ousado, pois na época, proibido filmar nas ruas de Luanda sem autorização. A disputa segue adiante, medindo estudos, classe social a qual pertence, a legitimação da violência por parte da polícia, e, por fim, a equipe mostra a autorização para filmar. Oras, se existe uma autorização oficial para que se realize aquela filmagem, concluímos que, por mais crítica que seja a colocação de seus produtores, ela tem um limite. Em função da leitura do papel, que confirma a “classe superior” do cineasta, a guarda contemporiza.

A cor da pele

O racismo aparece de forma velada nos dois documentários. Entendemos a palavra “raça” como uma construção social, sendo o racismo uma forma de discriminação, “um conjunto de julgamentos pré-concebidos que avaliam as pessoas de acordo com suas características físicas, em especial a cor da pele”, construindo a partir disso uma gradação de valores¹⁴.

Em seu depoimento, Ikonoklasta afirma que em Angola é considerado branco, e lá as pessoas olham os brancos e negros de maneira diferente. Por isso, sofreu muita discriminação nos anos escolares, quando recebeu apelidos ofensivos, como “mulato canga massa”¹⁵ e “esquebra”¹⁶ de colono”. Associava-se o branco ao português, ao colonizador, que veio para saquear os povos. E que ainda, naquela ocasião, continuava rico e tendo os melhores empregos. “(...) é um assunto sobre o qual se prefere fazer tabu ou guardar silêncio como se não existisse”¹⁷.

Também em entrevista, Kiluanje aborda o fato de ser a questão racial um dos grandes elementos da tensão social de Luanda. Identifica a existência dessa tensão entre negros, mulatos e brancos, como entre ricos, menos ricos e pobres.

É uma tensão racial que não faz sentido existir num país como Angola e não se percebe de onde vem. Acabamos por confundir as coisas. Não sabemos se é uma tensão racial ou uma tensão racial por razões sociais. Os mulatos são sempre mais ricos que os negros. Por outro lado, branco e mulatos não são aceites em determinadas áreas e por vezes chega a haver agressão. O negro que barra a entrada no bairro ao mulato será também excluído de muitas zonas no centro de Luanda. Existe esse movimento oposto entre centro e periferia, existe essa tensão.¹⁸

O realizador termina esse depoimento afirmando serem muito mais sofisticados os esquemas de racismo aos quais o poder obedece. Impressionou-nos encontrar esses depoimentos, dados por realizadores de ambos os filmes,

¹⁴ Disponível em: <http://www.guiadedireitos.org>. Acesso em 22 jan. 2015

¹⁵ Milho torrado.

¹⁶ Milho torrado.

¹⁷ Luaty Beirão *In* Maka Angola, 2012

¹⁸ Kiluanje Liberdade *In* CORDEIRO, 2007.

sem que, no entanto, o assunto tenha aparecido de forma mais contundente em ambos os documentários.

A força do Estado

O poder e a opressão política se evidenciam na fala de Shunnoz, em *Dreda*. De forma extremamente irônica, ele denuncia a força de uma burocracia segregacionista, ainda presente em sua sociedade: “Eu queria ser político, muito sinceramente, meus caros irmãos. (...) o país, o mundo onde eles foram comprar esse dom? Queria mesmo saber, (...) porque eu também queria dominar uma população”.

Nas sequências de *Oxalá* outros exemplos podem ser tirados, como a situação dos órfãos da guerra, em relação tanto à família quanto ao Estado; a delinquência infanto-juvenil que se apresenta como marca mesma da cidade; os diversos subempregados das ruas, como engraxates, vendedores ambulantes, mutilados, como já foi fartamente descrito nos capítulos anteriores. Eles são esquecidos, abandonados.

Em 1991 foram assinados os Acordos de Paz de Bicesse, entre o MPLA e a UNITA— leia-se José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, seus principais líderes— propondo um cessar-fogo. Em 1992, foi criado um sistema eleitoral que permitida a criação de estações de rádio privadas, entre outras medidas na direção de uma descentralização do Estado. A República Popular de Angola passava a se chamar República de Angola, suavizando o acento ideológico do nome do país. Em setembro deste mesmo ano, deram-se lugar às primeiras eleições presidenciais e parlamentares, rapidamente frustradas pelo retorno violento da guerra civil logo a seguir. O poder concentrava-se nas mãos do presidente, não mais no partido. José Eduardo se manteve como chefe das forças armadas, e nomeava conselheiros que, por sua vez, tinham mais poder do que os ministros, causando instabilidade, principalmente econômica. Os anos de 1990 viram o país em sangrenta guerra, enquanto empobrecia. Eduardo dos Santos manteve-se no poder até 2017, negociando com as elites através de pequenos favores, como privatizações e distribuição de prédios pertencentes ao Estado, levando o saneamento básico apenas a essas partes da cidade.

Podemos perceber como os realizadores dos dois documentários buscam nos mostrar quem era o morador de Luanda, à época das filmagens. De modo geral era pobre, desassistido, oprimido e abandonado pelo Estado, tornando-se essa mais uma característica da população. Através das imagens das ruas de Luanda, os dois documentários mostram toda essa história de guerras, de sistemas políticos que exacerbaram as desigualdades sociais, o acúmulo de lixo, as diferenças habitacionais e, por fim, a decadência do sistema econômico.

O passado de guerras

Com efeito, o filme *É dreda ser angolano* apresenta-nos, em sua narrativa, um depoimento contundente, feito por um ex-combatente, que não se identifica com nenhum partido. Mutilado e inconformado com o descaso das autoridades para com seu problema, ele desabafa: “Eu, quem me ruscou, não é minha mãe, nem meu pai. É minha mãe? Savimbi é meu pai? O dos Santos é meu pai? O Agostinho é meu pai? Em que meteram no meu pai?”.

A mesma fonte introduz-nos a outro exemplo, através do trecho da letra do *rap* de Sembene: “A guerra acabou, mas continua o sofrimento. Por isso estou a ver meu povo com pensamento. Quatro de abril, o dia da paz? Nem com isso o povo consegue viver em paz...”.

Enquanto nos são mostradas imagens da juventude luandense, dançando, cantando, expressando sua revolta, percebemos que por meio dessa narrativa os realizadores buscam construir um discurso identitário. O encontro na carência, na miséria e na exclusão cria um reconhecimento entre eles, e o rap canaliza e afirma esse acontecimento. Percebemos a intenção dos realizadores de nos mostrar como a juventude vivencia a experiência do passado recente da guerra civil. Sofrida, excluída, sem espaço na cultura oficial, sem chances de mudar para um lugar melhor, ela acusa os dois líderes dos principais partidos rivais, José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, como responsáveis pela atual situação. Suas cicatrizes não os deixam esquecer que sua realidade é consequente de uma guerra com a qual não se identificam. O filme, nesse caso, funciona como espaço de protesto e reivindicação de cidadania, mostrando mais uma vez como o

processo de resiliência pode assim funcionar, gerando ligações afetivas e reconhecimento entre eles.

Migrantes e híbridos

Focalizaremos nossa atenção nos aspectos da população luandense de se constituir basicamente de migrantes e de como esses foram se acomodando na cidade. Alguns que chegavam a Luanda já contavam com a ajuda de familiares já residentes e lá permaneceram, sem nunca retornar à região de origem. Estas famílias hospedeiras, alargadas, viram agravar ainda mais a situação de extrema pobreza em que viviam. Como consequência, estimava-se que só nessa cidade vivia quase a quarta parte da população do país. Em *Oxalá*, Dr. Caley dá seu depoimento:

Apesar de estarmos assim, as pessoas ainda vivem cada um a sua Luanda. Isto por circunstâncias exatamente de sobrevivência. Então obrigou que cada um encontre sua forma de resistir, de sobreviver. Como? Claro, encostar-se a um tio, a um sobrinho....

O discurso de *É dreda ser angolano* coincide com esse discurso de *Oxalá cresçam pitangas* quando dá voz a Shunnoz, que afirma ser necessário ter um tio ou primo. Do contrário,

Como é que tu vais viver e sobreviver sem beijar o cu? Se não tiveres um tio ministro, que beijas no cu, tu não consegues emprego! (...) Agora, irmãos, e eu falo pra mim, eu quero viver! Eu vou beijar o cu de quem? Eu não tenho tio ministro! (...) Será que eu não sou filho do útero de Angola?

Nossas fontes nos mostram uma extrema rigidez hierárquica, como as famílias da elite exercem sua manutenção no poder e como a maioria da população é excluída de direitos básicos. Nos mostram o abandono vivido pelo povo, a falta de ensino, de saneamento básico e de emprego. Nessas pouco mais de duas décadas após a independência, Angola já havia deixado de ser um país predominantemente rural. A maioria de sua população, por volta do ano 2000, já vivia em zonas urbanas. Esse fenômeno foi um dos mais relevantes para a construção das atuais identidades em Luanda, pois a convivência entre as várias

etnias vem resultando num hibridismo cultural, reforçado pelo uso dos costumes e da língua portuguesa, já estabelecida há tempos como oficial, em função, inclusive, da necessidade de entendimento entre os diferentes grupos etnolinguísticos, ficando para segundo plano as línguas nativas. Luanda tornou-se então, como já dissemos, um grande caldeirão étnico. Exemplo disso são as cenas de casamento que aparecem em *Oxalá cresçam pitangas*, nas quais as cerimônias misturam hábitos locais, como os trajes e danças, com ocidentais, leiam-se véu, grinalda, ternos e missas.

Em *Dreda*, esse hibridismo começa a ser narrado logo na introdução dos primeiros letreiros, citando a variedade linguística, como “o umbundo, o quimbundo o kikongo e o português”, e estilos musicais, a saber “o quizomba, o semba, a rebita, a cabeluda e o kuduro”. E conclui: “Tudo isto são formas de ser, falar, cantar e sentir Angola”.

Entendemos o hibridismo como a mistura, a conjunção, o intercuro entre diferentes nacionalidades, etnias, grupos. A hibridização está ligada a histórias de ocupação, colonização e destruição; diásporas, deslocamentos nômades, viagens, êxodos, cruzamento de fronteiras (reais ou culturais, em que o território é demarcado pelo grupo). Essa mudança leva a um sentimento de não pertencimento, posto que o migrante ocupa o lugar do “outro”, experiência amplamente vivenciada pela população do território de Angola, especialmente em Luanda, para onde houve uma grande convergência de pessoas, oriundas de todos os lados. Desta forma, apontamos a hibridização como um dos traços das identidades luandenses no período em questão.

A língua

Ao se tornar a capital colonial, Luanda fortaleceu-se política e economicamente. A diversidade de línguas faladas, a necessidade de entendimento mútuo e o colonialismo em si rapidamente fizeram da língua portuguesa a dominante, tornando-se a primeira língua na região em pouco tempo. Mais tarde, entre as estratégias do governo angolano independente, para fazer da língua portuguesa um elemento de formação de unidade nacional,

citamos a obrigação do ensino em português nas escolas, sendo nesta língua que soldados de diferentes etnias se comunicavam durante as guerras.

Não há dúvidas de que a língua comum, falada e escrita, torna acessível acontecimentos e pensamentos para determinado grupo, facilitando a construção de identidade. No entanto, em Angola este processo se deu de forma opressiva, como consequência da dominação colonial e para viabilizá-la. Desta forma, a língua do colonizador fez parte da demarcação de fronteira. Mas se num primeiro momento ela foi imposta, depois veio a cumprir outra função. Como língua já dominada por tantos grupos étnicos diferentes, serviu de unidade de comunicação entre eles, sendo resignificada, num processo resiliente. Quando as elites econômicas locais, letradas, iniciaram os movimentos anticolonialistas, a língua foi um veículo para a pretendida construção da identidade nacional. Em Angola, no período por nós estudado, fala-se o português angolano, o angolanês, como afirma Ondjaki em sua entrevista.¹⁹

Se pegarmos trechos de diálogos entre os personagens do filme, podemos facilmente identificar esse fenômeno, ou seja, não é a língua portuguesa como se fala no Brasil nem em Portugal. Ela tem suas próprias gírias e inserções, vindas de outras línguas, tanto locais quanto estrangeiras. Quando trabalhamos com a língua que se fala em Angola, nós, igualmente lusófonos, temos que cuidar para não cairmos no erro de crer que tudo que é dito nos é compreensível de imediato. Esquecemos de que o conteúdo, o significado e o sentido do que é dito nem sempre é o mesmo que para nós.

Entendemos existir na poesia crítica de Shunnoz, em *É dreda ser angolano*, certa referência a esta exigência de adequação de discurso. A própria forma narrativa que o poeta usa causa-nos estranhamento. Ele denuncia a censura ao seu trabalho, e entendemos que ela seja não apenas política. Sua escrita não segue os moldes, os padrões, pois "foi recusado pela sociedade, ele foi recusado pelos pensadores angolanos, porque falava de cu". Compreendemos estar a obscenidade no entendimento, na interpretação que o receptor dá ao que lê. Existe um raciocínio lógico na estrutura do pensamento do autor, que transcende a isso. Certamente, ele está sendo irônico, sua mensagem faz uma crítica

¹⁹ ONDJAKI, 2011, p. 11.

contundente à sociedade. Ao mesmo tempo revela outro modo de se relacionar com o corpo, que certamente passa pela questão cultural.

Shunnoz: ...E disse 'o senhor não tem ética!'. E eu agora pergunto-me, será que o cu não nos pertence? Será que quando nós cagamos, quando nós defecamos, quando nosso cu entra em diálogo com a vida, nós não falamos? Será que a verdade que está no livro não é verdade? Não é uma filha da realidade? Que cá em Angola não se consegue lançar um livro que fala da vida como ela é? Porque hoje criaram-se uns mitos, o mito da dor, o mito do amor, o mito da caridade? As pessoas acreditam que essas todas palavras são necrologia? E que elas já não têm forças dentro do homem? Mas são elas que dão vida ao homem! (...) Isso é a pensologia na sua essência, amados. Ela não segue padrões éticos ou morais, porque ela é livre. Livre como a vida é. A ética e a moral têm matado o homem....

O Ocidente busca interpretar a África através de seus próprios códigos, de seu olhar, definindo o que é arte, o que é culto, quais pensamentos/conceitos africanos seriam correspondentes a que pensamentos/conceitos ocidentais. Para isso, teríamos que supor serem os problemas existenciais e culturais das sociedades africanas semelhantes aos europeus e, portanto, passíveis do uso de uma mesma abordagem. Podemos refletir que o pensador africano trabalha a partir de uma perspectiva comparativa, sempre reportando suas próprias tradições às europeias, para se fazer entender (APPIAH, 1997).

Levamos este problema alertando para o fato de que qualquer pensamento ou produção que parta de um lugar de fala intelectual ou acadêmico em África hoje está já impregnado da filosofia, da cultura ocidental. E em nosso trabalho não buscamos "destilar" as tradições, mas entender, a partir deste processo de entrelaçamento de filosofias, tanto tradicionais quanto ocidental, como se configuram as identidades em Luanda hoje, como estas são percebidas pelos cineastas em questão, considerando o fato de serem eles intelectuais.

(...) às vezes só há espaço, numa só vida e numa só época, para um único sistema. Esse sistema não tem que ser 'ocidental' nem 'tradicional': pode extrair elementos de ambos e criar novos elementos próprios. (APPIAH, 1997, p. 139).

A música

Dois outros elementos são percebidos na construção narrativa das fontes como traços identitários significantes: a música e os esportes. Em *Oxalá cresçam pitangas*, Dr. Caley afirma serem esses elementos de construção “daquilo que os angolanos querem ser”. Aponta a música como fonte de criatividade e força de denúncia, citando o kuduro como exemplo.

Em *É dreda ser angolano*, Ikonoklasta fala de si, de quando começou a rabiscar alguma coisa, aos treze anos. Seus temas sempre foram aquilo que lhe preocupava, como um espelho da alma. Com o tempo, as questões políticas começaram a se fazer mais presentes, e mesmo nas músicas mais inocentes não deixava escapar certa ironia. Chama seu trabalho de música de intervenção, o *hip hop*. Diz que, passado algum tempo, consegue perceber a importância da música como elemento que contribui “para a formação intelectual e cívica da nossa juventude”, partindo da observação de que essa música “começou a dar seus frutos”.²⁰

Ondjaki conta-nos que, em Luanda, toda semana surge uma nova música, e dá um exemplo de como o processo se inicia. A partir de uma palavra nova ou de um tema que pode ter surgido saído de uma novela ou de um fato, como um acidente de avião ou um erro qualquer. Assim, cria-se uma história. “E qualquer história origina novas palavras. Estas novas palavras vão aparecer pelo menos em três componentes em Luanda: na música, através do rap e do kuduro, nas estigas²¹ (...) e no discurso oficial”, através dos locutores de rádio e até mesmo no discurso de um político²². Aponta o MCK como um dos melhores rappers de Angola, como ele cresceu em Luanda, provavelmente desenvolvendo esta incrível capacidade de jogar com as palavras, em vários níveis, principalmente o político, por ter se desenvolvido nesse ambiente de estigas.

²⁰ Luaty Beirão em entrevista para Maka Angola, 2012.

²¹ As estigas são jogos verbais das crianças da cidade, um jogo de ofensas. Ainda muito novas, lá pelos seis anos, começam com essa disputa oral, um contra o outro, um fala, o outro responde. Diferente do repente, a estiga não faz rima, segue uma história. “Tem um treino mental, uma rapidez, uma criatividade, que vai lhe ajudar, mais tarde, a fazer Rap. Depois dos doze ela começa a abandonar esse jogo e fazer Rap”

²² ONDJAKI, 2011.

Por meio das músicas, os jovens luandenses reconhecem-se, encontram-se e se comunicam. Assim aparece em *Oxalá*, quando MCK e Revú montam um show que fica lotado de jovens. E é na letra das músicas que eles expressam suas ideias e sentimentos sobre assuntos como as guerras e opressão. Na música, também, pudemos identificar a união do antigo com o moderno, construindo um novo discurso. MCK comenta que a música angolana, seja folclórica ou atual, é sempre criada com uma mensagem. Lá existe música para tudo, desde saldar o sol ou o crescimento do milho, como para a circuncisão ou óbito. É próprio da cultura angolana, e tornam-se expressões narrativas identitárias.

Numa cena de *Dreda*, Fridolim, apresentado como poeta e músico, fala da função da música como forma de veiculação de ideias e sentimentos, capazes de produzir identidades entre essa juventude, na qual se inclui: “Eu gosto do rap, porque...exatamente por causa dos perfumes que subjazem lá no útero do rap. Eu gosto do rap por causa da sua essência...”. Diz ser o rap uma forma de repúdio a determinados aspectos antissociais que se formam dentro da sociedade.

No filme *É dreda ser angolano*, a personagem principal é a rádio da candonga. Popularmente acessível, a rádio é o meio de comunicação mais difundido no país. E é nele que escutamos a *Radio Dreda*, onde outros depoimentos sobre o assunto são dados. Keita Mayanda, rapper, faz as vezes de repórter, entrevistando Sebem, “uma das figuras mais mediáticas, quer do kuduro, quer da música angolana”. O assunto é a origem do kuduro. Houve uma tentativa de se fazer techno, mas segundo Sebem, quando os angolanos tentam fazer esse som, sai kuduro,

Porque...quem fez é o mwangolé²³. É o angolano. Então é kuduro. Não vamos chamar Techno, porque os angolanos não fazem Techno. Então, isto é que os kotas²⁴ deviam abraçar, porque se nós talvez podíamos criar um outro nome...tipo, um...dance mwangolé, dance ...qualquer coisa. Mas não é nosso! Dance é da América, dance é da Europa, enfim... o kuduro é mesmo genuíno. É nosso. O nome condiz conosco, a dança, o estilo, tudo isso.

²³ angolano

²⁴ antigos

Somos introduzidos numa roda de kuduro. Vários *rappers* alternam-se, usando apetrechos como óculos escuros, penteado afro, jeans, jaqueta esportiva. Uns descolorem os cabelos, muitas camisetas coloridas, bermudas, chinelos, sandálias, uns poucos de tênis, alguém de camisa social. Uma mulher gorda, de jaleco, também dança. Há coreografias bastante agressivas, como simulação de metralhadoras, quebra de garrafas, corpos que se jogam no chão como mortos. Um grupo dança com passos marcados. Pela paisagem urbana ao redor, podemos inferir ser num musseque, um território marcado. Nessa narrativa percebemos que as roupas, a música, a dança, gestos e comportamento criam ligações, sentimentos de reconhecimento e igualdade com que os jovens se identificam, uns aos outros.

A respeito da produção e repercussão da música luandense, Kiluanje afirma ser essa preponderante nacionalmente, funcionando como um “rotor de recessão, transformação, exportação e distribuição”, chegando, inclusive, às áreas rurais. Segundo ele, Luanda recebe *inputs* das diversas províncias e mesmo do exterior, e mistura toda essa informação como num grande caldeirão, transformando-a em outra forma, em nova linguagem, para depois emanar novamente para fora, para as províncias, contribuindo para a formação de uma amálgama comum da identidade angolana. E a música é um fator preponderante nesse processo (LIBERDADE, 2013).

Os esportes

O outro elemento aglutinador, citado por Caley, capaz de agrupar, unir em torno de si, são os esportes. Eles estão presentes ao longo de nossas fontes, às vezes de forma subliminar, e quase sempre de forma explícita – principalmente o basquete, o esporte nacional. Em *Oxalá cresçam pitangas* ele aparece já nas imagens de abertura. Em seu show, Revú vestia um abrigo de um time de futebol angolano, o Santos Futebol Clube de Angola. Noutro momento, vemos um grande campo de futebol de terra vermelha, perto da zona portuária. Vemos meninos jogando basquete nos musseques. Um personagem chamado Chico, de *Oxalá*, também fala sobre essa positividade, essa união e identificação através do esporte. Para ele, o basquete é muito importante e “combina conosco”. É bonito,

faz bem à saúde, fortalece o corpo, e não precisa de muito espaço, nem muito equipamento para ser praticado. Em qualquer espacinho, pode-se improvisar uma tabela, e estas existem espalhadas por toda a cidade. No texto de abertura de *Dreda*, no qual os autores indicam traços que acreditam ser identitários, o basquete ocupa lugar de importância. Descrevendo a qualidade da seleção angolana de basquete, demonstram o orgulho que esta traz para sua sociedade, “proporcionando algumas razões para o povo angolano sorrir”.

Também o futebol é apresentado como bastante praticado na cidade. Em *Oxalá* ele está presente em vários momentos nas imagens, como o treino de meninos numa pracinha. Igualmente em *Dreda*, em que podemos ver traves de futebol na praia e, em outro momento, numa quadra de salão. Outros jogos aparecem, como o Totó, em *Oxalá*, jogado numa área aberta de um musseque.

Verificamos, em nossa análise, como “a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais” (SILVA, 2000, p. 81), utilizando para isso alguns recursos simbólicos e materiais da sociedade, como os esportes supracitados.

O comportamento, a questão de gênero

Outra dessas formas simbólicas de construir identificação que observamos nos documentários foi a forma de vestir dessa jovem população de Luanda. Quando vão a algum encontro social, as meninas amarram casaquinhos de forma específica, transpassados, se enrolam em chales, usam *dreads*, trancinhas, brincos, jeans, como num código de etiqueta. Os rapazes usam as cores preta, vermelha, verde e amarela dominando em gorros, boinas camisas e cachecóis; os penteados “afro”, como os das moças. Óculos escuros. Trejeitos, gestos e posturas, sinais com as mãos, modo de encostar na parede, também seguem um padrão. Numa tomada de *Oxalá*, uma moça na candonga conta-nos sobre a importância da aparência para esta juventude:

O luandense prefere estar na noite, num sítio qualquer, com uma boa ‘levi’s’, uma ‘lacoste’, uma roupa de marca, e não tem onde

dormir, dorme no carro, que também não é dele. Que também é emprestado, o carro. Ele não tem casa.

Analizamos como, nas cenas escolhidas, as diferenças são marcas da presença do poder de incluir/excluir, demarcar fronteiras, classificar, normalizar. Identificamos que alguns personagens partiram de polaridades, nós/eles, masculino/feminino, branco/negro – numa dicotomia em que sempre se atribuiu um valor positivo a um dos termos.

A questão de gênero é apresentada em *Oxalá cresçam pitangas* pelos dois olhares, também estruturando-se como forma de identificação de grupo. Através dos *rappers*, apreendemos o comportamento dos rapazes. Enquanto estão no quarto a dar entrevista aos cineastas, o celular de MCK toca várias vezes. São moças, mas ele não atende. A brincadeira é saber se é a mesma ou muitas, e falar da fama de “quente” que MCK teria.

MCK: Tu tens que ser um bocadinho... tens que estar bem contextualizado, tens que saber exatamente que tipo de miúda²⁵ é. Se tu não fores um parceiro do tipo que consegue perceber a psique feminina, tu não apanhas mesmo nada aqui. Tem que ser mesmo bem ligeiro, um bocadinho atrevido sem ser exagerado...tens que ser bem inventivo, tens que estar sempre por cima, sempre a telefonar, a dizer coisas bonitinhas, a mandar mensagens. As mensagens telefônicas ajudam muito. Tens de deixar bem clara a tua intenção, as miúdas aqui não gostam de gajos que dormem. Elas gostam de música brasileira romântica, mas não de gajos muito românticos.

O comportamento das moças é apresentado numa sequência na praia. Sentadas em duas cadeiras de plástico, em torno de uma mesa redonda, duas moças conversam. Elas falam dos tipos de aproximação usados por elas. A “pesquisa” acontece quando a moça é solteira. Quando o rapaz não vira namorado, é apenas flerte. Mas há também a “falha”, quando a moça sai com alguém e depois se arrepende muito. Mas ao fim, confessam que pensam em se casar.

²⁵ Menina.

Sobre o fator gênero na construção de identidades pela juventude angolana, os produtores de *Dreda* dão seu depoimento, enriquecendo o entendimento da narrativa nos documentários.

Em sua entrevista, Kiluanje aborda a questão da poligamia, sendo essa relacionada à tradição dos povos bantos, mas que hoje, nos centros urbanos começa a desaparecer. No entanto, existem fronteiras que não são transponíveis, e exemplifica com o ato de “carregar”, “transportar” com as mãos. Ir às compras, buscar água, carregar botijas de gás são trabalhos para a mulher. “Para a generalidade, o homem não faz esses trabalhos, é humilhante, é verdade!”²⁶ Nessa altura, Kiluanje faz um paralelo ao comportamento dos leões, nas savanas africanas. Eles não caçam, não são responsáveis pela família, nem pelo grupo. “Vão caçar, enquanto o leão fica ali relaxado, né? Quem é que manda, não são os leões? E é o que ele diz, basta ir à selva e observar o comportamento dos leões, não é? Entendemos muitas coisas”²⁷. É uma maneira de viver que não segue a concepção ocidental, então as diferenças de gênero no país são muito marcantes. Supostamente, em seu documentário, o que ele buscou nos mostrar foi como a juventude lida com essas questões, como elas se traduzem no comportamento desses rapazes e moças.

O nacionalismo

Nessa maneira de enxergar a produção da identidade, podemos perceber que, por um lado, ela tende à fixação e, por outro, à desestabilização. Na medida em que não existe nenhuma “comunidade natural” em torno da qual se possam reunir as pessoas, constituindo um agrupamento nacional, ela precisa ser inventada, imaginada. Aliás, como qualquer identidade. Dessa forma, vimos em diferentes cenas de nossos filmes, personagens afirmando sua angolanidade. Constatamos de que forma o luandense nomeia-se angolano, tomando sua identidade como a identidade nacional.

Podemos citar o caso de Caley, de *Oxalá*. Ele descreve a festa feita pela população de Luanda, quando da chegada da seleção de basquete, campeã

²⁶ KILUANJE, 2013, p. 13.

²⁷ KILUANJE, 2013, p. 13.

africana daquele ano, como sendo uma cena comum, uma linguagem comum de Angola, um traço da “identidade angolana”. Mas a festa é parte dessa construção. Mais uma vez chamamos a atenção para a substituição de termos. A festa ocorre em Luanda, mas é entendida como Angola, no geral.

De *Dreda*, tiramos o exemplo do depoimento de Sebem, quando ele se refere a si mesmo e a outros *rappers* da cidade como “nós, angolanos”, ou que sua música é *mwangolé*; ou, ainda, na letra de Sembene, quando, num show nas ruas de Luanda, afirma que “eu canto pelo bem deste país, pois sou angolano e conheço a raiz. Angola, Angola é meu país”. Este também é um exemplo do elemento nacional como traço identitário.

Segundo Minter, esse sentimento nacionalista começou a se desenvolver durante a guerra pela independência, tendo sido capaz de criar um traço de identidade – essa angolanidade, da qual podiam fazer parte alguns brancos, negros e híbridos. Estes intelectuais, vindos de universidades do exterior, trouxeram na bagagem ideais nacionalistas, uma minoria da elite, portanto, e “sabiam perfeitamente que não lutavam apenas pela independência nacional, mas que estavam também a criar uma identidade nacional (...)” (MINTER, 1998, p. 113).

O Estado de Angola, como toda a nação em formação, em todos os momentos de sua história buscou no nacionalismo e seus símbolos uma fonte para a criação de uma nascente identidade, e este fato aparece de forma subliminar e constante nas obras fílmicas em questão.

Podemos ver isso claramente nos murais de mosaicos de *Oxalá cresçam pitangas*, espalhados pela cidade. Eles mostram figuras de guerrilheiros negros, com roupas camufladas e armados, avançando por entre as árvores. A mesma cena aparece representada num outro muro, pintado à mão, como que reproduzindo a construção do discurso oficial. Outro mural de mosaico mostra-nos uma mulher sorridente, com olhar altivo, adornada, segurando uma criança forte. Esta criança segura uma bandeira de Angola. A mulher, tão valorizada pelo Estado angolano do socialismo real, segura a criança futuro, responsável pelo lábaro da nação. A construção narrativa da história dos personagens de nossos filmes contrasta-se paradoxalmente com as imagens.

Referências a datas, acontecimentos e personagens que fazem parte da construção do discurso nacionalista estão espalhadas por toda a cidade. A Praça da Independência, o Largo Primeiro de Maio²⁸, onde se localiza a estátua do primeiro presidente do país, Agostinho Neto ou a estátua da Rainha Ginga no Largo do Kinaxixe, são alguns exemplos.

O luandense se sente angolano, sua nacionalidade é constituinte de sua identidade. Em *Dreda*, vemos um muro de tapume onde se lê "100% angolano"; num barraco, uma janela corta a palavra "Angola" ao meio, e embaixo vemos pintado o símbolo central da bandeira nacional, e na barbearia improvisada, pende da parede a bandeira angolana. São muitos exemplos.

Mas nação é um conceito ocidental. Qual forma ele tomou em Angola? Na verdade, existe uma grande dificuldade em se definir conceitos como nação, nacionalidade e nacionalismo. Por este motivo, partiremos definindo aquilo que ela não é: a nação não é um grupo social, culturalmente homogêneo e com um passado comum; não é uma unidade étnica, nem linguística. (GUIBERNAU, 1996). A nação só pode ser compreendida através de uma análise particularizada da transformação do conceito a partir de certa realidade histórica. Ela é "fundamentalmente um princípio que sustenta que a unidade política e nacional deve ser congruente" (HOBBSAWN, 1990, p.15-18), e as obrigações políticas à nação devem prevalecer principalmente num momento extremo como de guerras, a quaisquer outros deveres da sociedade. Para Hobsbawn, o nacionalismo antecede à nação, pois esta é entendida como destino político natural, é "um mito". Ele entende que muitas vezes, o nacionalismo se apodera de culturas já existentes, ou as inventa, transformando-as em nações.

Em nossas fontes, esse sentimento de pertença, de identidade coletiva, construída através do nacionalismo, está presente também nos esportes, fazendo-o suplantar as diferenças preexistentes em nome de uma vitória comum. Na cena da chegada da seleção campeã de basquete, mostrada em *Oxalá*

²⁸ Discurso de Agostinho Neto, em 1979: "Eu creio, camaradas, que quando nós pensamos no Dia do Trabalhador, no Dia 1º de Maio, no que é celebrado em todo o Mundo como o Dia de Defesa dos Direitos do Trabalhador, nós estamos imediatamente a pensar em relação à nossa Pátria, como será possível nós organizarmos melhor a nossa vida, de maneira que os trabalhadores de facto, possam ter aquilo que merecem, depois das horas de trabalho." Disponível em: < <http://www.agostinhoneto.org> >. Acesso em 08 nov. 2014.

creçam pitangas, este fato fica bem claro. Ouvimos uma transmissão de rádio, onde percebemos no discurso, o uso que o Estado faz do esporte, neste momento. A voz, que nos soa solene e oficial, fala "...do sentimento de angolanidade e irmandade" que o esporte deve despertar, fazendo-os "caminhar como um só povo e uma só nação para os desafios sócio-políticos".

No nosso entendimento, Estado é o ponto de unidade administrativo da nação, podendo coincidir ou não com essa. Num Estado pode haver várias nações, assim também como uma nação pode estar partida por suas fronteiras. Guiberneau chama de legítimos os estados que coincidem com as nações, e ilegítimos aqueles que possuem mais de uma nação – ou parte dela. O Estado antecede à nação quando tem o poder de impor uma única língua e cultura a determinado povo, gerando um sentimento de identidade comum, o nacionalismo. Neste caso, o estado cria a nação (GUIBERNEAU, 1996). Entendemos que as fronteiras coloniais impostas na região criaram um Estado, Angola, que antecedeu à nação.

A discussão conceitual do nacionalismo é extensa e não nos cabe aqui explicitá-la, apenas esboçar alguns traços relevantes para que possamos identificar como constituinte da identidade angolana.

Na casa de MCK, sua camiseta com as cores de África pende sobre a cama, enquanto o escutamos dizer:

Mas o luandense é muito gabarola. O angolano que mora em Portugal ou em qualquer parte do mundo acha sempre que ele é o africano mais bonito, o africano mais pra frente, o mais charmoso e tudo o mais, os outros são um bocadinho pra trás, são "retrô", são "langas", ou são sei-lá-o-quê. O angolano aplica sempre nomes aos outros povos, mesmo que não tenha conotação pejorativa, mas há sempre alguma coisa que o angolano nomeia os outros. O brasileiro é "zuca", o português é "tuga", o moçambicano é moçamba, o cabo-verdiano é "budjurra", estás a ver? Aplica sempre... aplica-se, orgulha-se, aprendeu. A ele também, e o angolano nem é uma pessoa, eu acho, que tenha muita autoestima. Muita autoestima, por exemplo, em relação ao europeu. O angolano, se se comparar com outros africanos, acha que é melhor, nalguns casos. Por exemplo, o angolano não acha que é melhor que o sul africano, mas acha que os sul africanos são muito feios. Até eu concordo com isso. (risos).

Neste caso, a diferença, entendida por ele, para com os outros povos africanos, afirma a igualdade entre esse grupo, que, como já vimos, constituiu-se a partir de uma "manta de retalhos". A identidade luandense/angolana constrói-se, neste discurso, através do duo identidade/alteridade.

Numa outra cena dessa mesma fonte, escutamos o depoimento de Caley. Em seu discurso, o personagem procura no passado histórico mais antigo e no mais próximo (colonial), um elemento de construção de identidade comum aos angolanos. Em sua fala, inclusive, aponta para a incapacidade do pesquisador externo de compreender essa formação. Porém, ele dialoga com uma compreensão de nacionalismo completamente ocidental.

Em síntese, as nações ocidentais surgiram substituindo os impérios e monarquias que já tinham uma unidade, uma estrutura de Estado. Buscar um passado comum, uma cultura comum, tendo a unidade linguística como referência maior, foi apenas querer dar antiguidade – e, desta forma, mais legitimidade – à manutenção do poder, ao sentimento de pertença, à nacionalidade, e justificar a crença num futuro comum. Pensamos que isso não se aplica em África, especificamente a Angola, exceto se levarmos em conta as mesmas premissas que justificam o pan-africanismo: o passado comum desses grupos étnicos é recente, e se inicia com a dominação colonial. Transmutado através do tempo, porém, o nacionalismo atual objetiva a criação da identidade coletiva e sua inserção no espaço global – muito mais do que justificar a formação do Estado. Hoje seu poder reside nesta capacidade e, assim, tão importante quanto as dimensões políticas e culturais, sentimentos e emoções nacionalistas precisam ser levados em conta (GUIBERNEAU, 1996).

Desta forma, entendemos a nacionalidade como uma das identidades de um sujeito, estando em relação com outras tantas, como a orientação sexual, o gênero, a idade, as formas de vestir, o gênero musical, os esportes, a etnia, o papel que ocupa na sociedade e outras tantas já analisadas anteriormente.

A rádio

Como pudemos constatar nos dois filmes, a rádio tem maior difusão e alcance que a TV, estando presente tanto em *Dreda*, quanto em várias cenas de

Oxalá. Inclusive pudemos averiguar a utilização do veículo pelo governo, quando da transmissão da vitória da seleção angolana de basquete, já mencionado acima. Através das rádios, propaga-se a cultura, de Luanda para as províncias, inclusive: músicas, pensamentos, notícias e ideias. Apontamos, portanto, a rádio como principal elemento de divulgação dessas identidades, principalmente se levarmos em consideração o índice de analfabetismo do país.

Em *É dreda ser angolano*, a rádio é apresentada como fio condutor nesse processo de construção identitária em Luanda, tomando mesmo o espaço de personagem principal, presente em todas as cenas. O texto de abertura a introduz: "A rádio Fazuma humildemente apresenta um mambo tipo documentário inspirado no disco Nghonguenhação do conjunto Ngonguenha". A seguir, a primeira imagem do filme, um close na rádio da candonga e uma música tocando. É nela que podemos escutar: "O Kandongueiro, é verdade...lugar de muitas conversas e descobertas. Não só através do CD pirata mais recente, mas também através da sua Rádio Dreda.". E a partir daí é apresentado o conteúdo programático do dia: poesia, música e entrevistas.

Já a TV tem uma capacidade de alcance bem menor, devido às dificuldades de distribuição de sinal. No documentário *Oxalá cresçam pitangas* há uma passagem que fala das dificuldades de distribuição dos cabos de TV. Muitos "gatos" são feitos, e na maioria dos lugares o sinal chega "indeferido", como diz o taxista. À época das duas produções, a única transmissão de TV oficialmente permitida era a Televisão Popular de Angola (TPA). Constatamos que também a tevê fazia uma narrativa que cumpria a função de construção de identidade. E se o cinema também não teve o alcance das rádios internamente, pode divulgar suas ideias para o resto do mundo – o que pensam os angolanos sobre si mesmos, como se identificam. No caso de *Oxalá cresçam pitangas*, o filme constrói um discurso que identifica a sociedade luandense como sendo vulnerável, mas capaz de resiliência. Mostra-a se reconstruindo, e usando para isso a alegria e o humor.

O poeta de *Dreda*, que teve sua obra censurada para edição escrita, encontrou espaço no documentário para se fazer ouvir. Inferimos que a censura

teve outro critério de intervenção neste veículo de comunicação, o que nos faz crer que seja outro, também, seu público alvo.

Por meio da análise comparada dos dois filmes, pudemos apontar elementos constituintes das identidades angolanas, como a música, o esporte, a cidade de Luanda, entre outros analisados nesse artigo. Quisemos mostrar de que forma essas identidades são plurais, não havendo homogeneidade, pois elas estão em construção. Buscamos compreender como esses elementos são construídos por seus autores na narrativa das obras em questão. Pretendemos com isso, na medida do possível, ter contribuído para a descentralização do monopólio cultural e político exercidos pelas produtoras estadunidenses, alargando a perspectiva do olhar das câmeras cinematográficas sobre o mundo, particularmente sobre a África, especificamente sobre Luanda, Angola.

Referências

Documentos

Oxalá cresçam pitangas – histórias de Luanda. Direção e realização: Ondjaki e Kiluane Liberdade. Angola e Portugal: 2006. 62 min. DVD.

É dreda ser angolano. Produção: Fazuma. Angola, Portugal: 2007, 65 min. DVD.

Bibliografia

ABRANTES, José Mena; MATOS-CRUZ, José de. **Cinema em Angola.** Luanda: Editora Caxinde, 2002.

ARAÚJO, Ceres Alves de. Introdução: Resiliência ontem, hoje e amanhã. *In*: ARAÚJO, Ceres Alves de, MELLO, Maria Aparecida; RIOS, Ana Maria, Galvão. **Resiliência: teoria e práticas de pesquisa em psicologia.** São Paulo: Ithaca Bools, 2011, pp 6-17.

AUGÉ, M. **O sentido dos outros;** a atualidade da antropologia. Petrópolis: Vozes, 1999.

BARTOLOMEU, Mariano. Experiências e perspectivas. *In*: **Cinema angolano parte I.** Disponível em: <www.opais.net/pt/dossier/>. Acesso em 03 mar. 2010.

BARTOLOMEU, Mariano. Perspectivas para o futuro. *In*: **Cinema angolano parte II.** Disponível em: <www.opais.net/pt/dossier/>. Acesso em 03 mar. 2010.

CARVALHO, Rui Duarte de. **A câmara, a escrita e a coisa dita...** fitas, textos e palestras. Luanda: Editora INALD, 1997.

CASTEL, Robert. **La inseguridad social:** ¿Qué es estar protegido? Buenos Aires: Editora Manantial, 2004.

CRUZ, Paula. – Um estudo da vulnerabilidade da população de Angola, por meio da análise de sua construção narrativa em *Oxalá cresçam pitangas e É dreda ser angolano*. In: **Dossiê Cinema Africano**, Revista perspectiva Histórica, nº 13, vol 8, jan a jun 2019.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2004.

ESCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel ET AL. (org). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**. O estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1997.

HOBBSAWN, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780**. Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990. p. 11-22.

HODGES, Tony. **Angola**. Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem. Cascais: Editora Principia, 2003, p. 41-137.

LIBERDADE, Kiluanje. **Entrevista** concedida à Prof.^a Ms. Paula Faccini de Bastos Cruz, na UERJ, dia 20/09/2013. Transcrição: CRUZ, Paula Faccini de Bastos.

MATOS, Patrícia Ferraz de. **As cores do império**: Representações raciais no Império Colonial Português. Lisboa: Editora ICS, 2006, p. 53-159.

MINTER, William. **Os contras do apartheid**: As raízes da guerra em Angola e Moçambique. Maputo: Arquivo histórico de Moçambique, 1998.

ONDJAKI. **Palestra e debate**. Afrocine 21/11/2011: Oxalá cresçam pitangas – histórias de Luanda. Transcrição: CRUZ, Paula Faccini de Bastos.

PIÇARRA, Maria do Carmo. **Angola**: o nascimento de uma nação. Lisboa: Editora Guerra e Paz, 2013.

SOUZA, Ivo Carneiro de. **Etnicidade e nacionalismo**: uma proposta de quadro teórico. In: Porto: Eng. Antônio Almeida, Africana Studia, nº 1, 1999, p. 109-122.

SOUSA, Leila Lima de. **O processo de hibridação cultural**: prós e contras. In: **Revista temática**, 2013. Disponível em: <http://www.insite.pro.br/2013/janeiro/processo_hibridacao_cultural.pdf>.

Acesso em: 24 out. 2014.

Recebido em: 14.05.2021

Aprovado em: 23.07.2021

CONTROLE DOS CORPOS, CONTROLE DAS MENTES: A NECROPOLÍTICA APLICADA EM ANGOLA DURANTE O GOVERNO SALAZARISTA (1926-1968)

CONTROL OF THE BODY, CONTROL OF THE MIND: THE NECROPOLITICS APPLIED IN ANGOLA DURING THE SALAZARIST GOVERNMENT (1926-1968)

Priscila Henriques Lima¹

Doutoranda em História Política na linha de Política e Cultura pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Resumo: Este artigo tem como proposta analisar a excepcionalidade de estado em Angola durante a colonização portuguesa, especificamente no percurso do governo de Antonio de Oliveira Salazar, também conhecido como Estado Novo, entre os anos de 1926 e 1968. Para isso analisaremos um conjunto de leis que demonstravam o controle dos corpos como o Ato Colonial de 1930 (Decreto nº 18.570, de 8 de julho), a Lei Orgânica de Ultramar (Lei nº 2.066, de 27 de Julho de 1953) especificamente a seção "Das populações indígenas" também conhecida como Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, a Reforma Prisional do Ultramar - Decreto-Lei nº 39.997 e o Decreto-lei n.º 35.046 - Criação da PIDE (Polícia Internacional

Abstract: This article proposes to analyze the exceptionality of state in Angola during Portuguese colonization, specifically in the course of the government of Antonio de Oliveira Salazar, also known as Estado Novo, between 1926 and 1968. laws that demonstrated the control of bodies such as the Colonial Act of 1930 (Decree No. known as the Statute of Portuguese Indigenous Peoples of the Provinces of Guinea, Angola and Mozambique, the Overseas Prison Reform - Decree-Law No. 39,997 and Decree-Law No. 35,046 - Creation of the PIDE (International State Defense Police). For this, we will consider that the exception is applied by the metropolis in order to guarantee the security of the overseas heritage

¹ Doutoranda em História Política na linha de Política e Cultura pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Grupo Interinstitucional de Pesquisa Áfricas - <http://grupoafricas.wix.com/site> e pesquisadora no projeto de pesquisa Angola (século XX): dinâmicas sociais e trânsitos culturais.

de Defesa do Estado). Para isso consideraremos que a exceção se aplica pela metrópole visando garantir a segurança do patrimônio ultramarino que, neste caso, se baseia na produção de riqueza a partir da terra dominada, mas principalmente, da mão-de-obra indígena utilizada e assegurada por contratos de trabalho implementados pelo Estatuto do Indígena. Assim, num movimento onde os corpos indígenas são colocados à disposição objetificada e lucrativa da metrópole, analisaremos as nuances da excepcionalidade considerando o conceito de necropolítica elaborado por Achille Mbembe.

which, in this case, is based on the production of wealth from the dominated land, but mainly from the indigenous labor used and guaranteed by contracts of work implemented by the Indigenous Statute. Thus, in a movement where indigenous bodies are placed at the objectified and profitable disposal of the metropolis, we will analyze the nuances of exceptionality considering the concept of necropolitics developed by Achille Mbembe.

Palavras-chave: Estado de exceção; Políticas coloniais; Necropolítica.

Keywords: State of exception; Colonial policies; Necropolitics.

Vários pensadores se dedicaram a analisar teorias sobre as formas de governo. Aristóteles acreditava que a justiça seria a espinha dorsal do sistema político, que asseguraria a felicidade no convívio social, o que na prática exigiria que cada indivíduo tomasse posturas éticas e assim, governo e sociedade se pautariam no exercício da virtude, com a aplicação de conceitos morais individuais que teriam como função manter o equilíbrio, a justa-medida.

Para que essa engrenagem social funcionasse seria preciso analisar com cautela a quem caberia a liderança desse sistema político e, com a formação dos Estados Nacionais, ocorre um aprimoramento no papel do governo no que diz respeito a prática da justiça, com a elaboração de leis que assegurassem que as vontades de um não subjugassem as vontades de outros, agindo em nome da comunidade, do bem-comum. Neste período abriu-se um leque de possibilidades para justificar os tipos de governo, onde para os pensadores contratualistas o poder do Estado se legitimaria a partir da constituição de um tratado que o asseguraria de certos direitos com a finalidade de moderar relações sociais, como exemplo podemos citar o cidadão abrir mão do seu direito de usar da violência em nome de si mesmo, delegando essa

responsabilidade ao Estado. Assim, o contrato social seria o acordo entre os membros de uma sociedade, em que todos reconheceriam a autoridade de um governo e o legitimariam ao uso da força como mecanismo de confiança para a proteção de suas liberdades individuais.

É com o advento do movimento Iluminista e da Revolução Francesa que o Estado de Direito segue tomando forma, e assim o poder do Estado é limitado pelo conjunto das leis, mudando a lógica onde antes a sociedade servia ao Estado e a partir desse momento, influenciados também pela repercussão dos Direitos Humanos, o Estado passa a servir a sociedade, garantindo e protegendo seus direitos políticos, sociais e econômicos. O que na teoria se apresenta de forma humanitária e homogênea foi na verdade forjado a partir dos interesses da burguesia, onde a manutenção econômica que representa o privilégio dessa camada era o ponto basilar para elaboração das Constituições que seguiram após as Revoluções Burguesas. Assim, os princípios da liberdade de expressão seguiam lado a lado com o direito à propriedade privada e, desta forma, o patrimônio ocupa a mesma posição na defesa dos direitos da cidadania. Aqui se apresenta o ponto de partida que norteia este artigo, pois com as investidas imperialistas que seguiram durante o século XIX, o processo de colonização é o que garantirá o patrimônio dos países envolvidos - terra e mão-de-obra - voltados para a produção de riquezas.

A exploração colonial se constrói a partir da noção de inferioridade criada na relação metrópole/colônia. O racismo é um dos braços do sistema econômico, pois quando se quer explorar alguém/sociedade é preciso construir um paradigma que estabeleça as diferenças entre as partes envolvidas.

Uma parte considerável das teorias sobre a formação de Estado se vincula a uma estrutura política desenvolvida a partir da realidade europeia, imposta aos continentes colonizados a fim de administrar o território. No que diz respeito à África, recorte espacial que debruçamos nossa pesquisa, essa imposição acarreta conflitos constantes no território, visto sua realidade organizacional ser caracterizada por uma estrutura étnica que se viu alterada após o imperialismo, com novas configurações fronteiriças.

Usado em situações emergenciais pelo governo, o estado de exceção se apresenta como um contraponto ao Estado de direito, onde alguns direitos dos cidadãos podem ser suprimidos em benefício da coletividade, assegurando a ordem e

a paz social. A excepcionalidade seria o ponto de encontro entre o "*direito público e o fato político e entre a ordem jurídica e a vida*"², o momento em que diante de uma crise política o governo decide pela ação autoritária, alterando a constituição de forma tal que sua prática não seja considerada ilegal ou arbitrária. Mas como analisar a excepcionalidade empregada pelas metrópoles na gestão administrativa colonial? Como veremos, a excepcionalidade nas colônias é exatamente a normalidade de um Estado de direito, onde a exploração das vidas se justificava com o aparato da lei.

É preciso compreender que a prática do estado de exceção está dentro da lei, é uma anomia, uma espécie de máscara que ocupa o lugar da lei, e as colônias foram os espaços onde essa ação pode ser colocada em prática sem a cobrança do teor ético, com o controle baseado na punição por emergência, como defesa para a segurança de sua soberania.

A primeira metade do século XX foi marcada pelo acontecimento das duas grandes guerras contemporâneas e, ligando os dois eventos, pelo surgimento dos regimes totalitários. Para Agamben, com o nazismo e o fascismo temos a implantação do estado de exceção como "*paradigma de governo dominante na política contemporânea, transformando radicalmente a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de constituição*". Os regimes totalitários da modernidade foram instaurados a partir da excepcionalidade constitucional, que "*permitia a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadão que, por qualquer razão pareçam não integráveis ao sistema político*", onde anulava todo o aparato jurídico do indivíduo que não correspondesse aos ideias da nação, produzindo dessa forma um ser "*juridicamente inominável e inclassificável*".³ Tais aparatos foram aplicados por Salazar, governante ditatorial português, as colônias africanas, estabelecendo controle sobre a vida dos nativos que foram transformados em mera engrenagem no sistema capitalista de exploração colonial.

Foi em 1910 que a monarquia portuguesa teve fim, dando início ao período republicano. A Primeira República foi marcada por forte instabilidade política e econômica devido a descentralização na administração das colônias que contavam

² AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Editora Boitempo, 2004, p. 12.

³ Idem. P. 13.

com grande autonomia dos governos locais e, como consequência da má administração no repasse de impostos e na produção de riquezas, as colônias foram tomadas por grande inflação e desvalorização da moeda local, o que impossibilitava a transferência de fundos para a metrópole. Visando resolver as questões econômicas Antonio de Oliveira Salazar foi convidado pelo governo militar para assumir o Ministério das Finanças em 1926.

As primeiras ações de Salazar enquanto ministro focavam em encontrar soluções para os problemas financeiros portugueses e para isso o fortalecimento da moeda era fundamental, pois era preciso equilibrar os orçamentos e a balança comercial visando a redução da dívida externa. Para isso, Salazar cria uma política de resgate aos laços entre a metrópole e suas colônias, criando um sistema econômico capaz de atingir a autossuficiência. Além disso, correspondendo a lógica do colonialismo, a retomada da relação comercial entre metrópole e colônia asseguraria a Portugal um mercado consumidor fixo, fornecimento de matéria-prima para a retomada do desenvolvimento industrial e gêneros alimentícios.

Com o sucesso de seu plano econômico, em 1932 Salazar assume o Conselho de Ministros, cargo equivalente à chefia de governo. Em 1933 aprova a nova Constituição, que lhe garantia suporte para a implementação de um regime autoritário. Tinha início o Estado Novo, período que durou de 1933 a 1974.⁴

O salazarismo, como também ficou conhecido o Estado Novo, devido sua prática autoritária e racista, normalmente é associado como um dos braços dos regimes totalitários que surgem no período entreguerras, entretanto "*não era verdadeiramente fascista, embora tenha adotado algumas das políticas corporativistas da Itália*"⁵. Por abordarmos o viés dos governos e suas excepcionalidades constitucionais, devemos nos debruçar um pouco mais nessa questão.

Muito já se discutiu sobre as diferenças e similaridades entre os regimes totalitários surgidos durante as grandes guerras do século XX – Mussolini, na Itália; General Franco, na Espanha; Antonio Salazar, em Portugal e o nazismo de Hitler, na Alemanha – como também sobre o uso do conceito fascismo para caracterizar um tipo

⁴ Sobre a configuração de tempo do Estado Novo, ele é dividido em dois períodos: Governo de Salazar de 1926 à 1968, onde inicialmente ocupou cargo de ministro da economia, e Governo de Marcelo Caetano de 1968 a 1974.

⁵ BIRMINGHAM, David. **Breve História da Angola Moderna (séc. XIX-XXI)**. Editora Guerra e Paz: Lisboa, 2017, p. 109.

de governo. Nos atendo especificamente a questão portuguesa, o próprio Salazar nomeava seu governo como uma ditadura, mas não como fascista, considerado por ele como uma prática "amoral". Abaixo segue entrevista concedida por ele em 1932 abordando a ditadura militar portuguesa:

A nossa ditadura aproxima-se, evidentemente, da ditadura fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu caráter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social. Afasta-se, nos seus processos de renovação. A ditadura fascista tende para um cesarismo pagão, para um Estado Novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para o seu fim, sem encontrar embaraços ou obstáculos.⁶

Sendo assim, para Salazar os regimes fascistas eram de cunho "*maquiavélico*", "*amoral*", enquanto a prática ditatorial era baseada no autoritarismo moral e necessário para conter a "*balbúrdia sanguinolenta*" da frouxidão democrática empregada durante a Primeira República Portuguesa.⁷ E segue defendendo a prática ditatorial:

As ditaduras não me parecem ser hoje parênteses dum regime, mas elas próprias um regime, senão perfeitamente constituído, um regime em formação. Terão perdido o seu tempo os que voltarem atrás, assim como talvez também o percam os que nelas supuserem encontrar a suma sabedoria política.⁸

Os ideais nacionalistas de fortalecimento de Portugal seguiam o propósito de reconstruir o país nos moldes dos tempos das Grandes Navegações, quando ocupou um papel de protagonismo econômico nas relações internacionais. Seguindo a linha de pensamento em voga durante o início do século XX, ser europeu não significava pertencer a um continente, nem ter como base uma estrutura política e econômica específica, mas significava ser herdeiro de todo um patrimônio cultural marcado pelos valores religiosos do cristianismo, de princípios éticos e jurídicos correspondentes a tradição europeia e que cumpriram a tarefa de desenvolver a humanidade. Dessa forma, dizer-se "europeu", "ocidental", representava a essência da civilidade. Com a

⁶ Entrevista concedida a Antonio Ferro e reunida na obra "Salazar. O homem e a sua obra" de sua autoria. Disponível no artigo de TORRAL, Luís Reis. O Estado Novo: Fascismo, Salazarismo e Europa. in: TENGARRINHA, José (org.). História de Portugal. Editora EDUSC: Bauru, São Paulo, 2000, p. 316.

⁷ TORRAL, Luís Reis. O Estado Novo: Fascismo, Salazarismo e Europa. in: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Editora EDUSC: Bauru, São Paulo, 2000, p. 318.

⁸ Idem, p. 317.

derrota da Alemanha e a vitória do comunismo na Rússia, nascem movimentos que trabalhavam para a construção de uma "Nova Europa", investindo na reconstrução nacional dos países e se colocando contra a tríade que levou a derrocada do desenvolvimento ocidental: anticomunismo, antiliberalismo e antidemocratismo.

As bases para a construção de um país fortificado já haviam sido postas em 1934, quando Salazar em discurso no 1º Congresso da União Nacional, declara:

Sem dúvida se encontram, por esse mundo, sistemas políticos com os quais tem semelhanças, pontos de contacto, o nacionalismo português – aliás quase só restritos à ideia corporativa. Mas no processo de realização e sobretudo na concepção do Estado e na organização do apoio político e civil do Governo são bem marcadas as diferenças. Um dia se reconhecerá ser Portugal dirigido por sistema original, próprio da sua história e da sua geografia, que tão diversas são de todas as outras, e desejávamos se compreendesse bem não termos posto de lado os erros e vícios do falso liberalismo e da falsa democracia para abraçarmos outros que podem ser ainda maiores, mas antes para reorganizar e fortalecer o país com os princípios da autoridade, de ordem, de tradição nacional, conciliados com aquelas verdades eternas que são, felizmente, patrimônio da humanidade e apanágio da civilização cristã.⁹

A participação das colônias no processo de reestruturação do país seguindo os ideais nacionalistas foi fundamental, principalmente no que tange o aspecto de reorganização econômica e a realização da missão civilizadora. Aqui destacaremos um ponto importante para compreendermos a prática do estado de exceção na administração colonial, onde retomando a ideia já apresentada, a "excepcionalidade" na colônia não é exceção, mas sim norma. Se as garantias do fortalecimento do país dependiam da produção de riquezas oriundas das colônias, caberia as medidas legislativas de um estado de exceção criar barreiras que defendessem o patrimônio da nação, isto é, proteger os domínios econômicos portugueses de indígenas não assimilados que por influência dos ideais desmoralizantes do comunismo ameaçassem a soberania de ultramar. Tais medidas legislativas se apresentaram em quatro aparatos jurídicos: o Acto Colonial de 1930, que apresentava os princípios da missão civilizadora e a Lei Orgânica de Ultramar (Lei nº 2.066, de 27 de Julho de 1953) especificamente a seção "Das populações indígenas" também conhecida como Estatuto dos Indígenas

⁹ Idem, p. 317.

Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, a Reforma Prisional do Ultramar - Decreto-Lei nº 39.997 e o Decreto-lei n.º 35.046 - Criação da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), todos sinônimos da política salazarista.

Para o filósofo Paulo Arantes, a constância do estado de sítio, de exceção, lei marcial, seja qual for a nomenclatura utilizada -, a excepcionalidade existe como uma constante a partir do século XX por ser um instrumento de garantia a engrenagem do capitalismo.¹⁰ Também relaciona a normalidade da exceção a partir dos direitos conquistados e garantidos com as investidas imperialistas na África e na Ásia e as guerras expansionistas, reforçados pela mundialização do capitalismo a partir da ascensão da sociedade consumista e do desenvolvimento do complexo industrial-militar no período da Guerra Fria. Assim, compreendemos que um estado de sítio garante o bem-estar de uma classe consumidora, como também assegura o consumo de produções bélicas utilizadas para conter as investidas contra o estado de direito quando ameaçado; o sistema econômico capitalista se alimenta da excepcionalidade.

Não é mais necessário que o Estado de Direito saia de cena, basta que no vasto espaço funcional em que se transformou o mundo do capital globalizado não seja mais possível distinguir o regime da lei e o regime da regra (para lembrar da distinção clássica de Foucault), porém de tal modo indistintos que o infrator potencial do segundo apenas confirme sua condição prévia de fora da lei, do direito ou do contrato. Ditaduras hoje são relíquias da violência liberal do tempo das chaminés.¹¹

Nos remetendo ao início desse artigo, uma das grandes preocupações dos pensadores dos sistemas políticos governamentais seria a questão da liderança, e mais tarde, quem assumiria o poder do Estado, e observamos a dinâmica de transformação na relação sociedade x governo. Assim, no que anteriormente a justiça praticada pelo Estado tinha como base pensar em questões individuais, com a prática da excepcionalidade vemos que o Estado moderno se preocupa em coibir grupos, massa, a população, criando uma espécie de formatação social que estabelece os parâmetros de comportamento aceitável para a manutenção do controle. Nasce a partir daí o conceito de biopolítica, pensado pelo filósofo Michel Foucault, que tem objetivo de

¹⁰ PEREIRA, Luciano. **Entrevista com Paulo Arantes**. Revista Trans/Form/Ação, São Paulo, 31(2): 7-18, 2008, p. 10.

¹¹ Idem, p. 11.

analisar a adequação da sociedade aos parâmetros impostos pelo governo, bem como o controle do indivíduo e da sociedade pelo mesmo.

Para Foucault, as relações do Estado moderno vão além de seu papel único como garantidor da justiça em prol da segurança, na verdade o filósofo tira do Estado esse protagonismo estabelecendo que o poder perpassa variadas instituições, criando uma rede. Ele não pretende deixar o Estado a margem dessas definições; a leitura que faz é ampla considerando a influência do Estado nas mais variadas instituições, como educação, desenvolvimento científico, sistema prisional, ou seja, não é a figura única do Estado que controla, mas sim todos os braços que partem dele, criando uma rede de poderes que atuam na formatação da massa.

Considerando as relações de poder, temos então uma interpretação para além do campo jurídico, o que não quer dizer que o legislativo não se beneficie e instrumentalize essas relações, a partir do momento que se cria um parâmetro comportamental e a própria sociedade fica incumbida de vigiar permanentemente o comportamento de todos. Para isso temos o controle dos corpos, que passam a ser disciplinados, abandonando a subversão (não aceita socialmente) e tornando-se dóceis; com isso os indivíduos se tornam produtores, o que beneficia o sistema econômico capitalista, ao passo que ficam obedientes e cumpridores de seus deveres. A isso o filósofo nomeou como *biopoder*.¹²

Ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma "aptidão", uma "capacidade" que ela procura aumentar; e inverte por um lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dele uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada.¹³

Foi a partir do século XVIII que os indivíduos passaram a ter a percepção do que era vida e o que significava estar vivo, pois o próprio sistema capitalista com seu fluxo contínuo de consumo como ferramenta de prazer desperta na sociedade essa promoção da vida. Controlar a própria biologia tornou-se uma nova vertente das relações de poder, dando início a ideia de *biopolítica*, pensada pela primeira vez por

¹² DANNER, Fernando. **O sentido da Biopolítica em Michel Foucault**. Revista Estudos Filosóficos nº 4 /2010 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967 - DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG - Pág. 143 – 157.

¹³ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 119.

Foucault em uma palestra intitulada "*O nascimento da Medicina Social*", no Rio de Janeiro em 1975. Como consequência da noção de vida pela sociedade, desenvolve-se a necessidade de mecanismos corretivos que pudessem garantir a vida através de normas a serem cumpridas. "*A norma é tanto aquilo que se pode aplicar a um corpo que se deseja disciplinar como a uma população que se deseja regulamentar.*"¹⁴

Foucault se restringiu ao aspecto de vida, quando num cenário capitalista "*a todos os acontecimentos e todas as situações do mundo da vida (pode) ser atribuído um valor no mercado*"¹⁵ Mas, e quando o controle dessas relações de poder se baseia na morte, onde o sistema político e econômico produz indivíduos descartáveis, desempregados, imigrantes, refugiados, tendo como parâmetro um projeto de racialização? Neste momento temos uma política de morte.

Para o filósofo camaronês Achille Mbembe, o estado de exceção reforça o poder soberano ao instrumentalizar a morte. A utilização da razão como base para o pensamento que definiria o conceito de soberania, levou a uma interpretação moderna de povo formado por homens e mulheres livres, sujeitos completos, entretanto para Mbembe, essa definição não é real, a partir do momento que o Estado soberano em sua excepcionalidade cria cidadãos desprovidos de status político e reduzidos a seus corpos biológicos, e neste aspecto

a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer, por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.¹⁶

A partir da Revolução Industrial e da Primeira Guerra Mundial, o desenvolvimento contínuo de tecnologia e industrialização e o fortalecimento do pensamento racional e lógico, culminou em um longo "*processo de desumanização e de industrialização da morte*"¹⁷ onde a lógica da produtividade alterou a compreensão do "fim do outro", transformando o processo de execução num "*procedimento*

¹⁴ DANNER, Fernando. **O sentido da Biopolítica em Michel Foucault**. Revista Estudos Filosóficos nº 4 /2010 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967 - DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG - Pág. 143 – 157.

¹⁵ VOGL, Joseph. **Le spectre du capital**. Diaphanes: Paris, 2013, p. 152.

¹⁶ MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n.32, dezembro de 2016, p. 123.

¹⁷ Idem, p. 129.

puramente técnico, impessoal, silencioso e rápido".¹⁸ Essa transformação na política de execução foi facilitada pela necessidade econômica da exploração colonial.

O Iluminismo e sua proposta emancipadora social trouxe consigo o estabelecimento do estado de terror, a partir do momento que se propôs a assegurar os direitos naturais da classe burguesa. Como marco dessa afirmação podemos citar a utilização de guilhotinas como um processo de democratização dos meios de eliminação dos inimigos do Estado, onde a decapitação é vista como menos humilhante que a prática do enforcamento, e assim temos o avanço na tecnologia de assassinatos, tornando a pena de morte mais civilizada e também garantindo um maior número de execuções em um curto tempo.

Já na relação com as colônias, o marco da política de exceção se encontra no próprio processo de escravidão, onde para Mbembe temos a presença de um paradoxo. O primeiro elemento paradoxal seria a natureza do escravo, que se apresenta a partir da perda de direitos sobre o seu corpo, perda de um lar e perda de seu status político; essa descaracterização de sua figura humana permite a dominação absoluta e sua morte social.¹⁹

Como instrumento de trabalho, o escravo tem um preço. Como propriedade, tem um valor. Seu trabalho é necessário e usado. O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em estado de injúria, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos. O sentido violento da vida de um escravo se manifesta pela disposição de seu supervisor em se comportar de forma cruel e descontrolada, e no espetáculo de dor imposto ao corpo do escravo.²⁰

Dentro da política de excepcionalidade imposta as colônias, a vida de um escravo pode ser considerada como a morte em vida, se apresentando como uma contradição entre a liberdade do indivíduo e a liberdade da propriedade, estabelecendo um processo de desumanização e objetificando aquele ser. "*A humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade de seu dominador*".²¹

¹⁸ Idem, p. 129.

¹⁹ Op. Cit. p. 131.

²⁰ Op. Cit. p. 132.

²¹ Op. Cit. p. 132.

O segundo elemento do paradoxo apresentado por Mbembe se encontra na resistência do escravo, que desenvolve uma nova percepção sobre si mesmo. Apesar de ser tratado como uma mera ferramenta de produtividade, o escravo consegue ressignificar objetos, linguagens e gestos, utilizando do seu corpo em movimento a partir da música e práticas ritualísticas religiosas, a partir da oralidade, tomando controle da própria vida que supostamente era possuída por outro.²²

No aspecto jurídico, as colônias representam o lugar em que a soberania significa o exercício de um poder à margem da lei, onde os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos para que em estado de exceção possa operar a serviço da civilização. Para compreender melhor essa questão, Mbembe explica a necessidade de uma abordagem territorialista do Estado soberano e, seguindo a definição de Carl Schmitt, sua fundamentação se apresenta em dois princípios-chaves. O primeiro define a igualdade jurídica entre todos os Estados, onde em situação de guerra eles se comprometeriam em civilizar os modos de matar. Em segundo demonstra a importância de se determinar suas fronteiras, no contexto de uma ordem global e, neste caso, a ordem jurídica europeia (*Jus Publicum europaeum*), determina uma distinção entre "por um lado as partes do mundo disponíveis à apropriação colonial e, de outro, a Europa em si"²³. Essa distinção é fundamental para a compreensão da ação do terror dentro das colônias, que não são soberanas, não se organizam de forma estatal, logo não são funcionais dentro de uma perspectiva civilizacional. Portanto, as colônias são espaços que imperam a guerra e a desordem, formadas por bárbaros/selvagens, que necessitam do controle europeu para qualquer tentativa de serem civilizados.

Percebemos a presença dessa "missão civilizadora" portuguesa, quando em 1930 Salazar assume interinamente o Ministério das Colônias, elaborando uma nova jurisprudência para o controle metropolitano. Assim, no "Capítulo I – Das Garantias Gerais" do "Acto Colonial – Decreto 18.570", o governo assegura as exigências fundamentais para a soberania portuguesa:

Portugal, diz-se aí, tem a função histórica e essencial de possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos e de exercer a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente. Denominam-se

²² Op. Cit. p. 133.

²³ Op. Cit. p. 133.

colônias êsses domínios e cada um dêles é indivisível, devendo manter a indispensável unidade pela existência de uma só capital e de um só governo geral ou de colônia, contrariando-se as ideias de desmembramento.²⁴

A partir do fragmento podemos perceber a presença da doutrina da superioridade racial dos colonizadores, demonstrando claramente que a missão de civilizar seria um direito de raças superiores, e por conta de tal, destinadas a serem dominadoras. O corpo biológico é fator crucial para a prática do estado de exceção do terror - a necropolítica nas colônias -, quando se estabelece um regime de apartheid, onde o conceito raça é utilizado como sistema de seleção. Seria essa, para Mbembe, a *"primeira síntese entre massacre e burocracia, essa encarnação da racionalidade ocidental [pois] a conquista colonial revelou um potencial de violência até então desconhecido"* ²⁵.

Em sua forma mais científica, a missão civilizadora encontrava respaldo no darwinismo racial, que criava uma hierarquia entre as raças, condenando os inferiores não apenas à submissão, mas também ao desaparecimento. Essa doutrina se apresentava, inclusive, nos ideais daqueles que elaboraram o Acto Colonial, quando Armindo Monteiro, um de seus autores, afirmou que *"a seleção natural levaria ao aniquilamento de parte das raças negras, incapazes de escalam as ásperas sendas da civilização. No entanto, outra parte conservar-se-ia para povoar a selva, dando ao país os trabalhadores agrícolas e os soldados que necessitava"*.²⁶ Em outras palavras, *"vida selvagem é apenas outra forma de vida animal"*²⁷, portanto as colônias poderiam ser governadas dentro da anomia da lei.

Correspondendo a lógica econômica, as colônias respondiam a duas necessidades da metrópole: fornecer a indústria matéria prima barata e a garantia de um mercado consumidor dos produtos metropolitanos. A Lei Orgânica de Ultramar em 1953, já estabeleceria dois objetivos dentro dessas necessidades, que foi o aproveitamento de recursos e possibilidades naturais para o desenvolvimento econômico da Metrópole e a transferência de mão-de-obra excedente para os demais territórios ultramarinos conforme a necessidade local. Para isso era necessário criar no

²⁴ "Ministério das Colônias - Secretaria Geral. Decreto n.º 18.570". **Diário do Governo**. I Série. Nº 156. 8 de julho de 1930. P. 1308.

²⁵ MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n.32, dezembro de 2016, p. 132.

²⁶ MATEUS, Dalila Cabrita. **A luta pela independência**. Mem Martins: Editora Inquérito, 1999, p. 20.

²⁷ MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n.32, dezembro de 2016, p. 133.

indígena a ideia de que o trabalho, com base no modelo português, seria o caminho para alcançar o progresso. Percebemos isso no "*Estatuto do Indígena, Subsecção II - Do trabalho dos indígenas*"

Artigo 32º - O Estado procurará fazer reconhecer pelo indígena que o trabalho constitui elemento indispensável de progresso, mas as autoridades só podem impor o trabalho nos casos especificamente previstos na lei.²⁸

A estrutura econômica aplicada por Salazar durante o Estado Novo possibilitou que seu governo, mesmo na contramão da tendência industrial europeia, se mantivesse estável. Nas relações internacionais, Portugal compunha os países periféricos, atrasado e pouco industrializado, pois sua economia mantivera-se baseada na agricultura tradicional. Dessa forma, a grande crise que assola a Europa no período entreguerras não repercutiu entre os lusitanos. Daí a importância do império colonial para manutenção do regime ditatorial, pois as colônias se tornaram a principal fonte de consumo de suas mercadorias, bem como fonte de matérias-primas e bens alimentares. Assim, Salazar lança um projeto político e econômico baseado no fortalecimento do espaço rural, com uma produção tradicional, se opondo a qualquer reforma fundiária. A consequência desse projeto se apresenta principalmente no campo social, criando "*uma massa rural, despolitizada, analfabeta, submissa, [que] funcionará historicamente como um pesado lastro de estabilização e conservação da ordem estabelecida, sob a tutela dos grandes interesses da terra*"²⁹.

Adequando as relações trabalhistas dispostas na Constituição de 1911, o "Estatuto do Indígena" a partir do "Artigo 32" buscou remodelar o indígena que, naquele momento, era considerado nada ambicioso, já que "*o meio físico facultou ao elemento humano aborígine a possibilidade de satisfazer as suas necessidades elementares em trabalho, ou através duma forma tão atenuada de labor que bem pode reduzir-se à negativa apontada*"³⁰. Sabemos que as metrópoles europeias, movidas pelo consumismo capitalista, dependiam do consumo de suas colônias para a

²⁸ FERREIRA, José Carlos Ney e VEIGA, Vasco Soares da. **Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique** - Anotado. 2ª Edição. Lisboa, 1957, p. 61.

²⁹ RAMPINELLI, Waldir José. **Salazar: uma longa ditadura derrotada pelo colonialismo**. Revista Lutas Sociais, São Paulo, vol.18 n.32, p.119-132, jan./jun. 2014, p. 122. Disponível em http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/waldir_jose_rampinelli.pdf

³⁰ FERREIRA, José Carlos Ney e VEIGA, Vasco Soares da. **Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique - Anotado**. 2ª Edição. Lisboa, 1957, p. 61.

movimentação econômica, porém "*sem necessidades que o incitem ao trabalho, o indígena não o procura; sem trabalho não se criam nem podem satisfazer-se novas necessidades*"³¹. Desse ciclo de demanda econômica surgem novas classificações raciais dentro das províncias ultramarinas, num movimento que possibilitaria ao negro ingressar na civilização e, ao mesmo tempo, alimentaria a roda consumista dos produtos portugueses.

As bases para a categoria jurídica dos assimilados se encontra na Lei Orgânica do Ultramar (Lei nº 2.066, de 27 de julho de 1953), que tem como princípios gerais modificar e/ou extinguir regimes jurídicos praticados na colônia e considerados inadequados pela metrópole, na intenção de uniformizar os procedimentos. Os juristas portugueses José Carlos Ney Ferreira e Vasco Soares da Veiga, ao elaborarem um tomo da lei comentado, afirmam que o objetivo principal do Estatuto Indígena seria "*considerar situações especiais em que ele [indígena] pode encontrar-se no caminho da civilização, para que o Estado tem o dever de o impelir*"³². Assim, o que temos é um conjunto de leis que se dedicou a definir juridicamente quem seria o indígena e como o aparato legal o transformaria em um cidadão, pois como dizia Salazar "*a cidadania é um nobre conceito legal e leva séculos a criar um cidadão*"³³.

Durante o Estado Novo, governo de Salazar, a lei considerava como indígena, aquele que não era civilizado, como podemos ver abaixo

Artigo 2º (Noção legal de indígena) - Consideram-se indígenas das referidas províncias os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses.

§ único. Consideram-se igualmente indígenas os indivíduos nascidos de pai e mãe indígenas em local estranho àquelas províncias, para onde os pais se tenham temporariamente deslocados.³⁴

E, ao passo que o Estatuto do Indígena definia seu conceito, apresentava uma distinção entre o nativo e o cidadão, prevendo a transformação do mesmo ao regime

³¹ Idem p. 61.

³² Idem, p. 9.

³³ MATEUS, Dalila Cabrita. **A luta pela independência**. Mem Martins: Editora Inquérito, 1999, p. 22.

³⁴ FERREIRA, José Carlos Ney e VEIGA, Vasco Soares da. **Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique - Anotado**. 2ª Edição. Lisboa, 1957, p. 14.

de cidadania, com etapas a serem controladas pelas autoridades coloniais, onde o cidadão é regido pelo estatuto do direito comum, ou seja, pela aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses. Os cidadãos contavam com um conjunto de leis que os permitiam gozar de certos direitos políticos dentro do exercício da soberania. Assim,

[...] os indígenas são subditos portugueses, submetidos à protecção do Estado português, mas sem fazerem parte da Nação, quer esta seja considerada como comunidade cultural (visto faltarem-lhe os requisitos de assimilação de cultura), quer como associação política dos cidadãos (por não terem ainda conquistado a cidadania).³⁵

O projeto de assimilação proposto por Portugal foi uma tentativa de modificar o perfil da elite das províncias, criando barreiras competitivas para a elite crioula e uma classe que apoiasse o governo ultramarino e também incentivando a imigração de portugueses para a colônia. Para tanto, tal projeto deveria propor a substituição da cultura nativa, implementando traços europeus que se tornassem interessantes para uma sociedade consumidora.³⁶

Assim, a partir do "Artigo 56º" do Estatuto do Indígena, aparecem os pressupostos para a passagem de nativo para cidadão no termo "*Condições de aquisição da cidadania pelos indígenas*":

Pode perder a condição de indígena e adquirir a cidadania o indivíduo que prove satisfazer cumulativamente aos requisitos seguintes:

- a) Ter mais de 18 anos;
- b) Falar correctamente a língua portuguesa;
- c) Exercer profissão, arte ou ofício de que aufera rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim;
- d) Ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses;
- e) Não ter sido notado como refractário ao serviço militar nem dado como desertor.

§1º A prova dos factos referidos no corpo deste artigo far-se-á pelas formas previstas nas leis, mas os requisitos das alíneas b), c) e d) podem também provar-se por certificados dos administradores dos concelhos ou circunscrições onde o indivíduo tenha residido nos últimos três

³⁵ Idem p. 13.

³⁶ NASCIMENTO, Washington S. **Gentes do Mato: os "Novos Assimilados" em Luanda (1926-1961)**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013, p. 56.

anos. Para prova do bom comportamento, além deste atestado, é indispensável certidão do registro criminal demonstrativa de que o indivíduo não sofreu condenação em pena maior, nem mais de duas condenações em prisão correccional.³⁷

A historiadora portuguesa Dalila Cabrita destaca que na década de 50 a quantidade de africanos que permanecia como não-civilizados era mínima, ainda na década de 60 não ultrapassavam 2% da população angolana e, desse percentual, podemos considerar que majoritariamente se encontravam na cidade de Luanda. Os assimilados negros e mestiços, em comparação com os brancos portugueses, não possuíam privilégios, não dirigiam fábricas, não administravam bancos, transportes ou comércios; eram em sua grande maioria assalariados e ocupavam cargos subalternos.³⁸

A ocupação colonial durante a modernidade tardia modifica a maneira como passa a controlar os corpos. O *modus operandi* das metrópoles tinha como objetivo acabar com os poderes locais através na instalação de tropas militares e instaurando nas regiões novas formas de controle. Assim, a ocupação colonial em si era uma questão de "apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um conjunto de relações sociais e espaciais."³⁹ A afirmação do controle é o cerne do funcionamento colonizador, quando combina "disciplina, biopolítica e necropolítica" e, como exemplo, podemos citar a instrumentalização da educação no processo de criar uma consciência colonial capaz de reivindicar para si o direito divino de ocupação; o povo é levado a adoração de uma divindade que propiciará a criação de uma identidade nacional positiva e civilizatória. Assim, a política educacional nas colônias visava despertar no africano os valores defendidos pela metrópole portuguesa, com o objetivo de "formar cidadãos capazes de compreender plenamente os imperativos da vida portuguesa, interpretá-los e transformá-los numa realidade constante, a fim de assegurar a continuidade da nação"⁴⁰. Para isso, o sistema de ensino era a réplica do aplicado em Portugal, utilizava do mesmo material didático que constavam informações sobre a geografia e história portuguesa e apenas uma página trazia informações sobre Angola, pois a proposta era formar a sociedade

³⁷ Idem p. 113.

³⁸ MATEUS, Dalila Cabrita. **A luta pela independência**. Mem Martins: Editora Inquérito, 1999, p. 23.

³⁹ MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n.32, dezembro de 2016, p. 135.

⁴⁰ MATEUS, Dalila Cabrita. **A luta pela independência**. Mem Martins: Editora Inquérito, 1999, p. 26.

colonial sob a luz das virtudes morais e cívicas a partir da doutrina cristã. Percebemos isso no artigo abaixo do Estatuto do Indígena da Lei Orgânica de Ultramar de 1953:

Artigo 6º - O ensino que for especialmente destinado aos indígenas deve visar aos fins gerais de educação moral, cívica, intelectual e física, estabelecidos nas leis e também à aquisição de hábitos e aptidões de trabalho, de harmonia com os sexos, as condições sociais e as conveniências das economias regionais.

1º O ensino a que este artigo se refere procurará sempre difundir a língua portuguesa, mas, como instrumento dele, poderá ser autorizado o emprego de idiomas nativos.⁴¹

A partir da década de 1960, durante a guerra colonial, os portugueses criaram novas escolas com o objetivo de divulgar o ideal da colonização, para assim diminuir os confrontos e contar com o apoio do indígena, entretanto tais instituições concentravam-se nas cidades ou nas zonas habitadas majoritariamente pelos brancos portugueses. Podemos exemplificar essa afirmação com as modificações feitas nos livros didáticos, que a partir de 1964 passam a ter características mais africanas; a abordagem utilizada visava naturalizar uma relação harmoniosa entre o homem branco e o indígena, bem como o cunho moral/religioso destinava-se exclusivamente aos princípios cristãos por tratar-se da tradição portuguesa. Além disso, o estabelecimento de novas escolas não significava melhoria na qualidade de ensino, pois existia a falta de preparo dos professores somado à imposição de um idioma que não correspondia à realidade dos jovens angolanos, majoritariamente analfabeto na língua portuguesa. A questão étnica também se colocava na pauta da defasagem educacional, pois o número de negros matriculados nos liceus era mínimo.

Ao abordar o sistema educacional colonial, devemos considerar também a participação das missões católicas, que respaldavam o ideal civilizacional como podemos perceber no artigo 24º do Acto Colonial de 1930:

As missões religiosas do ultramar, instrumento de civilização e de influência nacional, e os estabelecimentos de formação do pessoal para os serviços delas e do Padroado Português terão personalidade jurídica e serão protegidos e auxiliados pelo Estado, como instituições de ensino.⁴²

⁴¹ FERREIRA, José Carlos Ney e VEIGA, Vasco Soares da. **Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique - Anotado**. 2ª Edição. Lisboa, 1957, p. 28.

⁴² Acto Colonial. Ministério das Colónias. **Diário do Governo**, Lisboa. I Série, nº 156, 8 de julho de 1930. Disponível em <<https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/1930/07/15600.pdf>>

Ainda neste aspecto, a questão racial era um entrave para o processo educacional, visto que dentro da própria congregação religiosa praticava-se o racismo. Um exemplo a ser destacado é que de 22 colégios-liceus com 3232 alunos, apenas três alunos negros estavam matriculados. Tal informação não soa com estranhamento, pois os próprios clérigos negros não faziam suas refeições à mesma mesa que os brancos, não dividiam quartos e nem possuíam as mesmas qualidades nos dormitórios.⁴³

O funcionamento do estado de exceção nas colônias articula a desconstrução da identidade local, instrumentalizando instituições culturais e impondo o ideal civilizacional, a ponto da sociedade colonizada delegar ao estado soberano a função de definir quem importa e quem não importa, quem a vida vale e quem é descartável e, neste caso, Mbembe destaca que o estado de sítio em si se apresenta como uma instituição militar – *"ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo interno e o externo; populações inteiras são o alvo do soberano. [...] o cotidiano é militarizado."*⁴⁴ Essa militarização do Estado atua na manutenção e segurança do sistema econômico, onde a propriedade vale mais que a vida humana. Como exemplo desta prática, da morte como controle político, destacaremos dois pontos centrais na dinâmica colonial portuguesa: a *"Reforma Prisional do Ultramar - Decreto-Lei nº 39.997"* da *"Lei Orgânica de Ultramar"* de 1954 e a criação da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), que atuou entre 1945 e 1969 em Portugal.

É preciso compreender que o sistema penal aplicado nas colônias foge ao aparato jurídico de justiça; na verdade a prática do encarceramento se liga ao controle e disciplina das populações indígenas, se relacionando diretamente com o mundo do trabalho, da escravidão e do degredo. Ele não surge após a colonização, mas sim anteriormente, como forma de servir ao propósito colonial de conquista territorial.

O sistema penal português para as colônias se apresentava como a salvação para os nativos indígenas, ou seja, correspondia ao ideal da missão civilizadora. A ideia era que nas prisões o selvagem indígena poderia ser salvo de sua barbárie, a partir do momento que passassem por um processo de reabilitação e de disciplina, já que a questão da criminalidade era vista como algo pertinente aos negros. *"Os africanos*

⁴³ MATEUS, Dalila Cabrita. *A Luta pela Independência: a formação das elites fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC*. Editorial Inquérito: Portugal, 1999, p.32.

⁴⁴ MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. *Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ*, n.32, dezembro de 2016, p. 137.

seriam encarados como um povo delinquente por natureza, logo, sem possibilidade de regeneração"⁴⁵. Na prática, a ideia era transformar os africanos insubordinados numa massa obediente e pronta para o trabalho.

Assim, a prisão colonial é um dos principais mecanismos de desigualdade racial e de criação de mão-de-obra barata, imprescindíveis à manutenção do Estado colonial, que sobrevive graças à eficiência destas estruturas coercivas. Em todas as colónias africanas a maioria dos prisioneiros tinha de trabalhar, independentemente do género e da idade, perpetuando-se como um método mais ou menos clandestino de eternizar o trabalho forçado até à fase final dos colonialismos.⁴⁶

No que diz respeito aos expatriados, a partir do Ato Colonial de 1930 os degredos são proibidos, apesar de continuarem sendo praticados extraoficialmente. Entretanto a proibição gera a necessidade de se criar um território isolado, sem condições básicas, para receber aqueles que seriam considerados como ameaça ao poder colonial. Dessa necessidade surgem os campos de concentração coloniais africanos.

Através do Ato Colonial, o governo de Salazar declara guerra a qualquer um que ameaçasse o poder colonial e, neste caso, o foco de combate seria a sombra comunista que aterrorizava a Europa, como podemos constatar no trecho abaixo:

Portugal entrou na guerra por causa do seu património ultramarino. Depois dela, dois factos avultam. De um lado, certas correntes internacionais propendem a agitar ou estabelecer ideias mais ou menos desfavoráveis aos dogmas tradicionais da soberania colonial das metrópoles, revestindo-se muitas vezes com razões de humanidade os desígnios de imperialismo. De outro, a própria desorganização da administração pública, provocada pela conflagração mundial, pela acção reflexa das novas tendências estranhas e pelas condições dos regimes governativos, trouxe situações anormais.⁴⁷

Assim, os campos se apresentavam como o afastamento dos indesejados do convívio social, sua completa eliminação social, segregação total. Temos uma nova face

⁴⁵ CAMPINO, Camila L. **Espaços e Políticas Prisionais no Império Português: entre o encerramento e a reabertura do Tarrafal (1954-1961)**. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2018, p. 17.

⁴⁶ Idem p. 17.

⁴⁷ Acto Colonial. **Ministério das Colónias**. Diário do Governo, Lisboa. I Série, nº 156, 8 de julho de 1930. Disponível em <<https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/1930/07/15600.pdf>>

do sistema penal, que migra do regime colonizador para o regime repressivo. Os “campos para trabalho agrícola”, como também eram conhecidos, deviam ser construídos longe de povoações, não poderiam estar perto nem mesmo de zonas urbanas. O movimento de afastamento desses indivíduos era encarado como uma prática de saneamento social e, apesar de não ser apresentado como um castigo dentro do decreto, também não limita um tempo máximo para sua aplicação.

Julgados pelo Conselho Superior dos Serviços Criminais, as colônias penais apesar de contarem com presos comuns, eram quase que exclusivas para presos políticos, e neste caso, com o posicionamento do governo de combate à sombra que ameaçava a Europa, algumas eram destinadas especificamente para comunistas. De maneira geral essas colônias eram construídas em ilhas despovoadas, não podendo exceder o número de 500 detentos, onde os presos trabalhavam durante o dia e seriam isolados durante a noite.

Essa prática de expatriação dos opositores políticos e de indivíduos considerados difíceis atendia ao processo de higienização social da metrópole e a política repressiva do Estado Novo, pois o governo declarava não haver redenção para aqueles que foram condenados por suas convicções, para esses haveria apenas aniquilação e como tal prática não era legalmente defendida por Portugal, restava a segregação completa dos prisioneiros incorrigíveis.

Ao serem enviados para os campos de trabalho, os detentos não sabiam quais condições materiais encontrariam, desconheciam até mesmo o tempo de sua condenação. Além disso, o campo era rodeado de arame farpado, indicando muito mais uma repressão simbólica. Não havia nenhum tipo de saneamento ou rotina de higienização, passavam fome e não possuíam água potável para o seu consumo. Na ausência de trabalho, eram obrigados a destruir algo para logo depois reiniciarem sua construção. Trabalhavam no turno da manhã e tarde e contavam com duas paradas para tomar água (caso houvesse) e uma para urinar. Caso desmaiassem, o que era comum, ficariam estendidos no chão até o fim do dia e tentativas de ajuda eram castigadas com violência.

A “Reforma Prisional do Ultramar - Decreto-Lei nº 39.997” de 1954 vem da necessidade de organizar os textos penais legais elaborados desde 1936 e que, por muitas vezes, eram contraditórios entre si. As divisões territoriais do sistema prisional,

expatria o indivíduo dentro de sua própria terra, além de reafirmar espaços de acordo com grupos sociais pertencentes. De acordo com o Decreto-Lei de 1954, se estabelece e ratifica a importância de manter estabelecimentos prisionais diferentes para indígenas e não indígenas (brancos e assimilados).

Artigo 1º do Decreto-Lei nº 39.997 - É tornado extensivo ao ultramar o Decreto-Lei nº 26.643, de 28 de maio de 1936, com as modificações resultantes do presente diploma.

§ único. Nos estabelecimentos prisionais nunca será consentido o contacto entre indígenas e não indígenas, e só por excepção se permitirá que existam estabelecimentos mistos.⁴⁸

Assim opera o necropoder nas colônias, os espaços são definidos internamente, criando fronteiras a partir de quartéis e delegacias de polícia, o espaço é regulamentado pelo uso da força bruta, pela ação direta e imediata do aparato militar, criando um princípio de exclusão, estabelecendo um modelo civilizacional e dividindo a cidade a partir dele. Para Mbembe, "*neste caso a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é*"⁴⁹, e ainda citando, porém Frantz Fanon, "*a cidade do colonizado é uma vila agachada, com uma cidade sobre seus joelhos*"⁵⁰.

A partir do Decreto-Lei de 1954, as penalidades podiam ser aplicadas a todos que o governo considerasse indesejável. Vadios, mendigos, aqueles que vivessem da prostituição, os que facilitavam a circulação de mercadoria roubada, que favorecessem a corrupção de menores, aqueles que se associavam a malfeitores, quadrilha ou bando organizado e, neste último ponto, se enquadrava a ação do partido comunista e dos movimentos nacionalistas de libertação. O momento que antecede a guerra pela independência foi o período de maior atuação da PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

A primeira polícia política instaurada pelo Estado Novo foi a PVDE - Polícia de Vigilância de Defesa do Estado. Criada em 1933 por Salazar, atuava especificamente dentro da metrópole. Era o núcleo de inteligência responsável por mapear e enfrentar a influência dos regimes socialistas que assolavam a Europa naquele momento e tinha

⁴⁸ Reforma Prisional do Ultramar. **Decreto-Lei nº 39.997, de 29 de dezembro de 1954, rectificado no Diário do Governo**, 1ª série, de 12 de Janeiro de 1955.

⁴⁹ MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n.32, dezembro de 2016, p. 135.

⁵⁰ FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Editora UFJF: Juiz de Fora, 2005, p. 56.

em suas inspirações o fascismo italiano, visto que a Constituição salazarista censurava os meios de comunicação, proibia movimentos grevistas e estipulava a implantação de um regime único de partido. A PVDE foi preparada pela GESTAPO, polícia política alemã do período nazista e, com isso, pôde aperfeiçoar a força militar lusitana na prática de vigilância, tortura e estruturação burocrática. Apesar da presença da polícia nazifascista alemã, foi a proximidade geográfica que a PVDE possuía com a ditadura franquista na Espanha que permitiu assimilação de certos comportamentos. Após o término da Segunda Guerra Mundial o governo salazarista intensifica a perseguição ao inimigo comunista e sua presença subversiva nas colônias. Era emergencial modificar os princípios da PVDE para adaptá-la a realidade das colônias africanas.

A PIDE foi criada em 1945 e seu campo de atuação era em todo território português e de ultramar. Sua definição segue no Decreto-Lei nº 35.046 de 1945 e suas atribuições eram

Art. 4.º Em matéria de repressão criminal compete à polícia internacional e de segurança do Estado a instrução preparatória dos processos respeitantes:

§ 1.º Às infracções praticadas por estrangeiros que se relacionem com a sua entrada ou com o regime legal da sua permanência em território nacional;

§ 2.º Às infracções relativas ao regime da passagem nas fronteiras terrestres e marítimas do continente e das ilhas adjacentes;

§ 3.º Aos crimes de emigração clandestina e aliciamento ilícito de emigrantes;

§ 4.º Aos crimes contra a segurança exterior e interior do Estado.⁵¹

Suas atividades se baseavam em três frentes: prevenção-dissuasão, vigilância-investigação e punição-repressão. No campo investigativo, era tarefa da PIDE:

Art. 7.º À polícia internacional e de segurança do Estado cabe organizar os processos relativos à extradição dos criminosos e colaborar com a polícia judiciária e com as polícias estrangeiras na perseguição dos criminosos internacionais.

Art. 8.º Em matéria de prevenção criminal compete à polícia internacional e de segurança do Estado:

1.º Vigiar as fronteiras terrestres e marítimas, impedindo a passagem de indivíduos indocumentados, assim como a entrada de estrangeiros indesejáveis;

⁵¹ Ministério do Interior e da Justiça. Decreto de criação da PIDE. Cf. **“Decreto-lei n.º 35 046 Criação da PIDE-Polícia Internacional de Defesa do Estado”**. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal, 1945. Disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3889767>>.

- 2.º Vigiar os estrangeiros e fiscalizar as suas actividades, promovendo a expulsão dos indocumentados ou indesejáveis e bem assim dos que tiverem sido condenados por tribunais portugueses, desde que tenham cumprido as condenações;
- 3.º Fiscalizar as agências de emigração e de passagens e passaportes;
- 4.º Vigiar os terroristas, os suspeitos de actividade contra a segurança exterior e interior do Estado e as associações, organizações ou bandos destinados à prática de crimes cuja instrução preparatória é da sua competência [...].⁵²

Em território angolano a principal preocupação da PIDE era evitar que influências comunistas formassem grupos nacionalistas em prol da independência do país. Cabe ressaltar que estamos falando especificamente da Guerra Fria, onde a polaridade Estados Unidos x URSS se fez presente em boa parte dos conflitos mundo afora. O receio dessa influência soviética pelo governo português era justificado, pois o colonialismo preocupou-se em enviar indígenas à metrópole, porém, tal ação era realizada com extremo receio. Pois, se por um lado o envio de nativos à metrópole para uma formação diferenciada colaborava para o processo de europeização da sociedade angolana, visto que aparentaria uma ação benéfica para o indígena e o levaria a apoiar as iniciativas coloniais, além de formar certa mão-de-obra local para preencher os quadros administrativos, por outro, existia a possibilidade dos nativos formarem uma elite intelectualizada que atuaria diretamente nos movimentos de independência. Exatamente, o que ocorreu.

A ida dos jovens nativos para a metrópole com a finalidade de obterem uma formação universitária utilizando bolsas de estudo – em grande parte financiada pelas missões protestantes⁵³ – ou porque eram filhos de famílias abastadas, foi o embrião dos movimentos de libertação e, a confluência de pensamentos libertários em voga naquele momento despertou nos jovens a esperança de regressarem para sua terra natal e promoverem sua independência.

A historiadora Dalila Cabrita Mateus divide a formação cultural desses militantes em três aspectos: 1) As influências associativas, que eram as instituições criadas para receber os estudantes, como a Casa dos Estudantes do Império – CEI e as Associações Acadêmicas, como o Centro de Estudos Africanos, o Clube Marítimo Africano e a Casa de África; 2) No aspecto político, destacaram-se o Partido Comunista Português (PCP),

⁵² Idem, p. 2.

⁵³ MATEUS, Dalila Cabrita. **A Luta pela Independência: a formação das elites fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC**. Editorial Inquérito: Portugal, 1999, p.33.

o Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUDJ) e o Movimento Anticolonialista (MAC); 3) Já nas influências político-culturais, enfatiza a importância do pensamento marxista, do neo-realismo, da negritude e de todos os movimentos de independência que aconteciam como pano de fundo dos conflitos ideológicos da Guerra Fria.⁵⁴

A PIDE foi o braço armado do Estado português no combate à subversão instaurada pelo comunismo com os movimentos de libertação, visto que não havia espaço para oposição ao governo salazarista e, para tanto, recebia carta branca na decisão dos métodos de coação. As torturas foram o principal método de investigação e hoje a historiografia já registrou uma série de testemunhos sobre a prática de violência empregada pela polícia política portuguesa.

Nesse dia à tarde teve início a minha “dose” de tortura de sono. À uma da manhã já eu estava a morrer de sono, o que era incompreensível, porque sendo eu uma jovem de 28 anos, não dormir uma noite era vulgar. [A importância de factores psicológicos!]. O facto de continuarem convencidos de que eu integrava o «cérebro da luta armada» tramou-me. Fui espremida como tal. [...] Da minha tortura nunca esqueci aspectos que, sendo pouco referidos por outros presos, [reagimos de formas tão diferentes...] me provocaram uma terrível perturbação: quando os olhos se me fechavam, as fortes pancadas das pides no tampo da mesa (ou o tamborilar dos dedos na madeira) e as batidelas, repetidas, insistentes, com os saltos dos sapatos no chão, pareciam ir levar-me à loucura. As agentes Madalena e Odete eram sinistras, talvez piores que os homens. Não me lembro qual, havia uma que vinha do cinema às tantas da manhã, para render a outra, e ficava a contar-me o filme que vira – dizia que para eu não dormir... Eu não reagia, seguia o que me tinham ensinado e que fazia parte da «orientação do partido»: não falar com os pides em circunstância alguma, ter cuidado com o que comia, (não fossem eles meter alguma coisa nos alimentos), não responder a provocações. Mantive essa postura e ouvi coisas como: “Revolucionária de merda, é o que tu és! Ao fim de uma ou duas noites já estás que nem te aguentas!”. [E estava]. Às tantas, descobri que, andando na diagonal, enquanto ia para lá conseguia fechar os olhos e dormir uns segundos, e só quando dava a volta é que abria os olhos. Eram momentos preciosos! A pide acabou por descobrir o truque e castigou-me tirando-me a cadeira. Mandou-me encostar à parede e ficar de pé. Deixei-me deslizar até ao chão e assim fiquei. A mulher deu-me um puxão no braço. Respondi-lhe, já muito bêbada de sono: “Estou aqui para fazer tortura de sono, não é para fazer estátua!”. [que louca afirmação!]. Quando tentou puxar-me, dei-lhe uma grande murraça. Foi ótimo: passou-me o sono, porque

⁵⁴ Idem, p. 32.

ela chamou uma catadupa de pides que entraram pela porta dentro e começaram a dar-me empurrões e murros no corpo, evitando a cara.⁵⁵

O relato acima faz parte do dossiê "Mulheres de Abril",⁵⁶ compilado pelo portal de informação "Esquerda", que traz o relato em primeira pessoa de mulheres que participaram da luta contra a ditadura portuguesa e suas histórias de resistência. A descrição sobre as ações de tortura é recorrente: chutes, socos, abuso sexual, a tortura do sono (prática de manter o prisioneiro político acordado por horas, intercalando pequenos momentos e coibindo o sono durante dias). O trecho específico deste trabalho conta o relato de Helena Pato, militante do Partido Comunista e do MUD - Movimento de Unidade Democrática, grupo que colaborou com os núcleos nacionalistas em solo angolano.

Em outros aspectos, além da violência física através da tortura, era responsabilidade da PIDE monitorar práticas religiosas que fossem consideradas imorais, isto é, bastava apresentar traços que as afastassem do regime político religioso do catolicismo, e neste ponto vale lembrar que a missão civilizatória portuguesa correspondia aos critérios da prática de conversão ao cristianismo. Neste aspecto, a defesa pela prática das religiões nativas e sua pluralidade litúrgica era considerada pela PIDE como passível de vigilância por caracterizar associações que ameaçavam a segurança do Estado.⁵⁷

Um dos momentos mais emblemáticos da ação da PIDE em Angola foi o episódio conhecido como "Processo dos 50", no início dos movimentos de libertação - a prisão e julgamento de um grupo nacionalista que se colocou contra o domínio colonial português e assim, deram início a uma campanha clandestina com o objetivo de despertar na população o espírito revolucionário da independência. Formado por negros, mestiços e brancos, sejam africanos ou europeus, distribuíam panfletos a noite para mobilizar a população pela luta da independência. Estavam ligados ao ELA - Exército da Libertação de Angola e ao PCP - Partido Comunista Português e, para fugir da investigação da PIDE, se disfarçavam de clubes recreativos e desportivos. Entretanto, apesar de toda atenção à clandestinidade, a PIDE introduzia nesses grupos membros

⁵⁵ CARNEIRO, Mariana. **Mulheres de Abril. (Dossiê eletrônico)**. Esquerda.net: Portugal, 2018. Disponível em <<https://www.esquerda.net/topics/mulheres-de-abril>> Acesso em: 28 de agosto de 2019.

⁵⁶ Idem, p. 3.

⁵⁷ MENDONÇA, Anderson G. **O Salazarismo e a PIDE: política de repressão em Angola**. Revista FACES DA HISTÓRIA, Assis-SP, v.5, nº2, p. 297-315, jul.-dez., 2018, p. 308.

infiltrados, que se passavam por nacionalistas, e denunciavam todas as ações, o que enfraquecia muito a organização, levando a prisão de seus líderes em 1959.

Foram vários os recursos utilizados pela polícia política para a emboscada e posterior delações - "*vigiar suspeitos, violação de correspondência, identificação de pessoas, busca e revista de pessoas, utilização de calúnias, aproveitamento de vulnerabilidades, provocações e rusgas*";⁵⁸ para as delações, utilizavam de tortura física e psicológica, marcando para sempre aqueles que sobreviveram à prisão. Muitos foram os que morreram durante o interrogatório como Neves Bendinha (1961 na Cadeia de São Paulo), Joaquim de Figueiredo (1961 em Luanda), entre outros. Todavia, a prisão de dezenas de jovens nacionalistas puxou o holofote mundial para a situação das colônias no governo ditatorial e repercutiu pelo mundo. Jornais angolanos e portugueses noticiaram as prisões, causando agitação e revolta na população e desmentindo a máscara colonial criada pela política salazarista, que se apresentava como multirracial e de irmandade e assim, podemos considerar a prisão dos 50 jovens como estopim para os movimentos de libertação em território angolano.

O nascimento de Angola como nação independente foi marcado por luta e sangue, não muito diferente de todo o seu processo colonial, pois como Mbembe demonstrou em seu ensaio, "*o terror é uma característica que define tanto os Estados escravistas quando os regimes coloniais tardo-moderno*." ⁵⁹ A falta de liberdade é apenas um dos traços da colônia; sua máxima experiência se concentra em "estar na dor", em ser desconstruído como ser humano e passar a ter um valor econômico, ser coisificado. A crueldade se encontra no processo de desconstrução.

Em Angola a coisificação do indivíduo compõe o próprio projeto colonizador, ao entender a posse do território como missão civilizatória – era preciso salvar os selvagem de si, dar a oportunidade de serem europeus. Para isso, várias instâncias foram acionadas como o campo do trabalho, a educação, novas classes sociais – ser ou não considerado válido para aquela sociedade. A excepcionalidade colonial determina quem é apto a viver ou não. Vemos isso no sistema prisional e na ação da PIDE ao lidar com a oposição e na vigilância constante da população que vê o seu

⁵⁸ CUNHA, Anabela. "**Processo dos 50**": memórias da luta clandestina pela independência de Angola. Revista Angolana de Sociologia [Online], 8 | 2011, Online since 13 December 2013. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/ras/543> ; DOI : 10.4000/ras.543 > Acesso em: 19 de agosto de 2019.

⁵⁹ MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n.32, dezembro de 2016, p. 146.

direito lesado. Mas há direito onde não há cidadania? Nas colônias contemporâneas a vida é subjugada ao poder da morte, transformando as relações entre resistência e terror. São "*mundos da morte*" como bem classifica Mbembe, criados para manutenção do *status quo* de quem domina o poder econômico.

Referências:

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.
- BIRMINGHAM, David. **Breve História da Angola Moderna (séc. XIX-XXI)**. Editora Guerra e Paz: Lisboa, 2017.
- CAMPINO, Camila L. **Espaços e Políticas Prisionais no Império Português: entre o encerramento e a reabertura do Tarrafal (1954-1961)**. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2018.
- CARNEIRO, Mariana. **Mulheres de Abril. (Dossiê eletrônico)**. Esquerda.net: Portugal, 2018. Disponível em <<https://www.esquerda.net/topics/mulheres-de-abril>> Acesso em: 28 de agosto de 2019.
- CUNHA, Anabela. "**Processo dos 50**": memórias da luta clandestina pela independência de Angola. Revista Angolana de Sociologia. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ras/543>. Acesso em: 19 de agosto de 2019.
- DANNER, Fernando. **O sentido da Biopolítica em Michel Foucault**. Revista Estudos Filosóficos nº 4 /2010 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967 - DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG - Pág. 143 – 157.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Editora UFJF: Juiz de Fora, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- FERREIRA, José Carlos Ney e VEIGA, Vasco Soares da. **Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique - Anotado**. 2ª Edição. Lisboa, 1957.
- MATEUS, Dalila Cabrita. **A luta pela independência**. Mem Martins: Editora Inquérito, 1999.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n.32, dezembro de 2016.
- MENDONÇA, Anderson G. **O Salazarismo e a PIDE: política de repressão em Angola**. Revista FACES DA HISTÓRIA, Assis-SP, v.5, nº2, p. 297-315, jul.-dez., 2018.
- NASCIMENTO, Washington S. **Gentes do Mato: os "Novos Assimilados" em Luanda (1926-1961)**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- NETO, Maria da Conceição. **A República no seu estado colonial: combater a escravidão, estabelecer o "indigenato"**. Ler História [Online], 59 | 2010, posto online no dia 26 janeiro 2016, consultado no dia 18 agosto 2019. Disponível em <http://journals.openedition.org/lerhistoria/1391>.

PEREIRA, Luciano. **Entrevista com Paulo Arantes**. Revista Trans/Form/Ação, São Paulo, 31(2): 7-18, 2008.

RAMPINELLI, Waldir José. **Salazar: uma longa ditadura derrotada pelo colonialismo**. Revista Lutas Sociais, São Paulo, vol.18 n.32, p.119-132, jan./jun. 2014, p. 122. Disponível em http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/waldir_jose_rampinelli.pdf

RIBEIRO, Maria da Conceição Nunes de Oliveira. **A Polícia Política no Estado Novo: gênese, funções e actuação da P.V.D.E.** (Dissertação de Mestrado) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1992. Disponível em http://www.fmsoares.pt/aeb/biblioteca/indices_resumos/resumos/008260.htm

TORGAL, Luís Reis. O Estado Novo: Fascismo, Salazarismo e Europa. in: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Editora EDUSC: Bauru, São Paulo, 2000.

Recebido em: 16.06.2021

Aprovado em: 20.07.2021

EDUCAÇÃO E LUTA: SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PAIGC, O JORNAL *BLUFO* E AMILCAR CABRAL

EDUCATION AND STRUGGLE: AMILCAR CABRAL AND THE BLUFO'S NEWSPAPER OF PAIGC

Priscilla Marques Campos¹

Bacharela e Licenciada em História UFRJ, Mestranda UNIFESP

Resumo: A Guiné-Bissau e Cabo Verde estiveram em luta pela libertação nacional entre 1963-1973, o PAIGC foi o partido que unificou a maior parte dos movimentos para a ação. Nesse artigo irei analisar como a presença de Amilcar Cabral no jornal estudantil, afetou o currículo da escola e uma reflexão participação das mulheres no PAIGC. O *Blufo* foi uma ferramenta didática, elaborada pelo PAIGC, no sentido de colaborar para formação estudantil, cultural e política das pioneiras e pioneiros, na construção de laços internacionalistas e pan-africanistas.

Palavras-chave: *Blufo*; Amilcar Cabral; educação.

Abstract: Guinea-Bissau and Cape Verde fought for national liberation between 1963-1973, PAIGC was the party which brought most parts of the movements together. In this article I will analyze how the presence of Amilcar Cabral in the student newspaper affected the school's curriculum and a reflexion about the women participation at PAIGC. *Blufo* was a didactic tool developed by the PAIGC in order to collaborate in the educational, cultural and political formation of the pioneers, and towards the construction of internationalist and pan-Africanist ties.

Keywords: *Blufo*; Amilcar Cabral; education.

1 Bacharela e Licenciada em História UFRJ, Mestranda UNIFESP. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Antirracista (GEPEAR/UFRJ) e do Núcleo de Estudos em História da África Contemporânea (NEHAC/UNIFESP). Instagram: @historiadoraobstinada. e-mail: priscilla.marques@unifesp.br

Linhas introdutórias

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.²

Ao resgatar a relevância social e o passado brasileiro, acredito que a invisibilidade e distorção dos estudos sobre as Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras, foram encabeçadas por preconceitos e discurso de ódio dos tempos presente e passado, pelas autoridades políticas e intelectuais. Tais evidências apontam a necessidade de produzirmos conhecimentos que somem voz, ressignifiquem, reescrevam e produzam com respeito e justiça outras Histórias. Vale mencionar que o campo historiográfico institucionalizado em África e no exterior do continente, se ampliou de forma potente, a partir das lutas de libertação do colonialismo europeu.

Este ponto se insere na curva desse trabalho, visto que, ele se inseriu em um terreno que visa produzir referenciais que corroboram com a luta antirracista brasileira e internacional, especialmente no campo da educação.³ Em busca de colaborar com o vasto campo de pesquisadoras e pesquisadores, que se debruçam em criar referenciais teóricos positivos, de orientações afrocentradas,⁴ resgatando fontes e bibliografias do continente, neste caso, em Guiné-Bissau e Cabo Verde. Assim como Cheikh Anta Diop⁵ não poupou esforços em denunciar as pesquisas existentes sobre o continente africano, principalmente as que negavam a historicidade do continente. Para este autor, os enunciados serviram para a manutenção da ideologia colonial e o reforço da alienação cultural. Portanto, pretendemos nos esforçar aqui para buscar contribuir com o exercício da produção historiográfica que seja respeitosa e digna de ser referenciada pelos que estão em busca de reparações históricas, frente às diversas truculências epistemológicas cometidas à historiografia dos povos africanos.

² ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Os perigos de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, pp. 32.

³ SOUZA, Mônica Lima e. **Caminhos da História africana e afro-brasileira: aulas de campo no Cais do Valongo no ensino de História na cidade do Rio de Janeiro**. In: GABRIEL, Carmen T.; MONTEIRO, Ana Maria; MARTINS, Marcus L.B. (orgs.) *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de História*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

⁴ NOGUERA, Renato. Ensino de Filosofia e a Lei 10639/03: criação de conceitos a partir da afrocentricidade como plano de imanência. **Revista África e Africanidades**, ano 3, n. 11, novembro, 2010.

⁵ DIOP, Cheikh Anta. **The african origin of civilization: myth or reality**. New York: Lawrence Hill & Company, 1974

Portanto, a temática dessa pesquisa visou abordar um assunto que “responda a problemas e questões suscitadas directa ou indirectamente por africanos”.⁶ Os debates acerca dessas questões vieram acompanhados do resgate dos novos governos nacionalistas e dos intelectuais pan-africanistas, por evidenciar a tradição de luta marcante, em oposição ao período colonial. Por conta da problemática da trajetória da escola colonialista universitária, a qual abordava a história do período, sob uma visão distorcida e romantizada destas relações, como constatamos com o historiador holandês Henk Wesseling (1939-2018),

A expansão britânica baseava-se no constante crescimento populacional, em uma economia dinâmica, na harmonia social e num estável sistema político. [...] A Grã-Bretanha se beneficiava, portanto, de um modelo de evolução gradual, de contínua mudança sob a liderança de uma elite esclarecida que usava seus privilégios de maneira discreta.⁷

Nesse trecho Wesseling apontou que o imperialismo europeu em regiões africanas estaria levando uma economia dinâmica e harmoniosa, negando os trabalhos forçados, a cobrança de taxas, exploração dos recursos da terra e a violência contra os trabalhadores que estiveram em manifestações e greves, nos espaços urbanos e rurais. Nesse sentido, esse autor pode ser caracterizado como parte do conjunto de pesquisadores eurocêntricos que possuíram uma visão única da história nos remetendo aqui à Adichie.

A vasta temática das Revoluções Africanas do século XX compuseram o interesse em desenvolver conexões e inspirações, que não estivessem estritamente localizadas nos campos das lutas e dos saberes tradicionais, sendo estes os mais presentes nos currículos. Tais processos são demasiado relevantes para nosso tempo presente, servindo de inspiração e referencial teórico à academia brasileira. Com o compromisso de reescrever narrativas históricas, motivadas pela reavaliação do papel dos negros⁸ na História do Brasil e de África, neste trabalho, da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Para esse artigo, analisei o jornal *Blufo*, que foi um jornal de formação política e orientação educacional para a construção do homem novo e mulher nova, no

⁶ WESSELING, H. L. **Dividir para dominar: A partilha da África 1880-1914**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 2008, pp. 41.

⁷ WESSELING, H. L. *Op. cit.*, p. 41.

⁸ PEREIRA, Amílcar Araujo. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”. **Cadernos de História**, v. 12, n. 17, p. 25-45, 2011.

processo de luta pela independência nas escolas do PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde). As escolas que recebiam o jornal eram frequentadas por crianças órfãs e filhos e filhas de militantes, durante a luta pela independência do estado português, do controle do colonialismo salazarista. Tal compreensão da fonte foi elaborada por meio de três subtópicos: A participação das mulheres no PAIGC, O jornal *Blufo* e Presença de Amílcar Cabral.

A participação das mulheres no PAIGC

O Congresso de Cassacá foi considerado oficialmente o primeiro do PAIGC em 1964, servindo para dar os ajustes à linha política e combater desvios internos. Visto que eram destacados abusos de poder de militantes combatentes, balanços dos erros e acertos à nível militar, de táticas de guerrilha etc.

Como resoluções do Congresso, estava o projeto de estabelecimento organizativo das zonas libertadas, dentre outros aspectos: de unidades de saúde, de uma administração local, dos armazéns do povo e de escolas. O jornal *Blufo* que estamos utilizando como fonte, vem em seguida dessa política com o estabelecimento do Departamento Secretariado, Informação, Cultura e Formação de Quadros do Comité Central do PAIGC. A partir desse congresso, com a liderança de Luís Cabral nessa frente, foi estruturada a Escola-Piloto na Guiné Conakry, vizinha da Guiné-Bissau, onde também foi montada a base do PAIGC.

Eram nessas unidades escolares que as crianças eram educadas e socializadas com base nos princípios de luta, de amor à pátria, do sentido de solidariedade e desenvolviam as aptidões da poesia e teatro. Como forma de potencializar estas unidades e atrair apoios da comunidade internacional para a manutenção dos internatos, criou-se uma instituição de caráter jurídico, denominada Instituto da Amizade, a fim de reforçar a permanência dos alunos.⁹

Vale ressaltar, a participação da diretora Lilica Boal à frente da direção da Escola-Piloto e o envolvimento das mulheres no processo da guerrilha revolucionária,

⁹ MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Da luta armada à construção do Estado Nacional - Conexões entre o discurso de Unidade Nacional e Diversidade Étnica (1959-1994)**. 2013. 318f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, pp. 178.

Nem todas as mulheres desempenharam funções no teatro de operações da luta de libertação, outras contribuíram à sua maneira para a concretização da luta, sobretudo na fase de clandestinidade, participando diretamente nas atividades políticas, como por exemplo: na produção de alimentos para os combatentes; no carregamento de materiais de guerra; na distribuição dos materiais de propaganda, como informantes, disponibilizando as suas casas para esconderijo dos combatentes; e como enfermeiras, costureiras, esposas, professoras, cumprindo papel estratégico no desenvolvimento da luta de libertação.¹⁰

Podemos examinar o destaque para a participação das mulheres no PAIGC bem como, na FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) também, pois ao longo da luta pela libertação nacional existiu o Destacamento Feminino.¹¹ Com isso vemos o papel que o PAIGC cumpriu na libertação das mulheres, ou seja, no processo de estabelecimento da mulher nova, a fim de acabar com casamentos forçados, oferecer independência política/financeira e constringer discriminações.

As mulheres bissau-guineenses foram coadjuvantes na engenharia da luta de libertação, além de constituírem suportes principais na manutenção das bases de luta, elas também participaram das guerrilhas e no teatro das operações de luta, através da criação de grupo de milícia feminina. Em outras palavras, as mulheres tornaram necessária a política de organização do PAIGC para o desenvolvimento da luta de libertação nacional.¹²

Apesar de percebermos uma ampla maioria de homens nos postos de lideranças, muitas mulheres estiveram presente durante toda a luta, Amélia Araújo, conhecida por Maria Turra, quem foi a voz da rádio Libertação; Paula Fortes, responsável pelos Programas de Saúde; Maria da Luz Freire de Andrade, conhecida por Lilica Boal, foi diretora da Escola-Piloto de Conakry a partir de 1969; Titina Silá, foi uma combatente, formadora de milícias, foi assassinada pela PIDE ainda jovem a caminho do velório de Amílcar Cabral, a data do crime se tornou o dia da mulher guineense, 30 de janeiro; Ana Maria de Sá; Carmen Pereira; Carlina Fortes Pereira; Francisca Pereira; Segunda Lopes; Canhe Nan Tingué; Isabel; Satú Camará Pinto; Satu Djassi; Nhima Sanhá; Mariatu; Ana Maria Soares; Teodora Inácia Gomes; Fatima; Silvina; Dulce Almada Duarte etc.

¹⁰ MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. *Op. cit.*, pp. 202-203.

¹¹ MONDLANE, Eduardo Chivambo. **Lutar por Moçambique**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1976, pp. 162.

¹² MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. *Op. cit.*, pp. 201.

O jornal *Blufo* do PAIGC

A fonte historiográfica mobilizada nesta pesquisa foram as edições do jornal *Blufo*, órgão oficial de propaganda do PAIGC, direcionado aos jovens das escolas das zonas libertadas. A palavra significa em balanta - homem jovem que não foi circuncidado e por isso tem coragem e bravura, a maioria étnica na Guiné-Bissau e no PAIGC. As edições deste periódico estão disponíveis no site da Casa Comum, desenvolvido pela Fundação Mário Soares, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da República da Guiné-Bissau (INEP). A base de dados conta com um vasto acervo com documentos, fotos, jornais, áudios, rascunhos, correspondências e diversos materiais.

Neste site estão disponíveis as 22 edições, produzidas na Escola-Piloto em Conakry. O periódico era de responsabilidade de Luís Cabral desde o Congresso de Cassacá, em 1964. Onde circulou de forma gratuita nas escolas do PAIGC, com distribuição irregular entre as escolas das zonas libertadas e em pequenas tiragens, de janeiro de 1966 até dezembro de 1970, durante 5 anos. O público alvo eram as "pioneiras e os pioneiros do partido", como era chamado o corpo estudantil composto de filhas e filhos de combatentes militantes do PAIGC, órfãos da guerra e demais jovens. O periódico era redigido em máquina de escrever e diagramado em folhas A4, seus artigos não eram assinados e o volume de páginas variou de acordo com o período chegando a ter de 4 páginas em suas edições mais compactas - identificadas nas publicações iniciais e 12 páginas nas edições de 10, 11 e 12.

O conteúdo oferecido em suas páginas contou com artigos e fotografias de diversos temas como: atualizações sobre a luta pela independência, notícias internacionais, geografia das regiões, cultura dos povos, vinda de estrangeiros, visitas nas férias a outros países como - Vietnã, URSS e Alemanha Democrática; jogos, incentivo aos estudos nas escolas, notícias de bolsas de estudos internacionais, incentivo ao desempenho da juventude, entregas de prêmios para as pioneiras e os pioneiros destacados, poemas, contos etc. Nas ilustrações dos jornais foi recorrente o uso de fotografias com crianças em momentos descontraídos, estudando e sendo premiadas. O que contrastava com o momento de guerra difícil, com muitas mortes e violência, em oposição a um olhar para a juventude que estudava e se já se preparava firmada no sonho de um futuro com a nação independente, pois tais pioneiros e

pioneiras seriam os novos quadros dirigentes. De fato, muitas(os) dessas (es) jovens se tornaram médicas (os), advogadas (os), políticas (os), engenheiras (os), professoras (es) etc., da Guiné-Bissau e Cabo Verde independentes.

O interesse em trabalhar com essa fonte esteve em buscar como o periódico se inseriu no currículo dessas escolas, enquanto uma ferramenta didática, elaborada pelo PAIGC para formação cultural e política das pioneiras e pioneiros. O periódico não possuía uma formatação editorial padrão constante, algumas colunas se repetiam ao longo do tempo, outras deixavam de existir e novas eram criadas no decorrer dos 5 anos. Devido ao cumprimento de uma dimensão didática que os jornais cumpriram nessas escolas, atentamos à Janet Guidi, por estudar o uso dos jornais produzidos pelos próprios estudantes, os quais circulavam na escola.

A leitura crítica e a utilização do jornal são de extrema importância para o desenvolvimento da cidadania efetiva e atuante. As informações nele contidas possibilitam o acesso à interpretação de temas importantes todos os dias do ano. O jornal é uma espécie de janela para o mundo, integrando a sala de aula e o mundo real.¹³

Ainda que houvesse diferenças entre os nossos temas, pois Guidi examinou uma experiência no Brasil, do tempo presente, em um modelo de jornal feito pelas alunas e alunos, todavia, os signos se aproximam. Nosso jornal foi produzido pelo PAIGC, circulou em diversas escolas, integrando as alunas e alunos das zonas libertadas, com os temas das lutas de outros povos como Angola e Moçambique. Além disso, modos de agir e de ser, foram marcas presentes.

Nossa compreensão ao verificar como foi relevante o conteúdo do jornal, como parte do currículo das Escolas do PAIGC, nos aproximou da compreensão de Tomaz Tadeu da Silva. Pela qual, o currículo presente nas escolas, pode ser compreendido como um elemento que concede identidade e conhecimento, promovendo empoderamento para as/os estudantes, incentivando uma educação descolonizadora, diferente do projeto educacional português.

Quando pensamos em currículo pensamos apenas em conhecimento, esquecendo-nos de que o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que

¹³ GUIDI, Janete Aparecida. O uso do jornal como suporte à aprendizagem. In: Congresso Nacional de Educação, 11., 2013, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: PUC Paraná, 2013, p. 18198.

somos, naquilo que nos tornamos: a nossa identidade, na nossa subjetividade.¹⁴

Dessa forma, Tomaz da Silva, intensificou sua análise do currículo em sua dimensão identitária. Uma vez que os saberes que foram escolhidos para serem difundidos nas escolas do PAIGC e no jornal *Blufo*, eram parte do projeto de educação do PAIGC. Nesse sentido, Amilcar Cabral analisou as consequências da educação colonial de dominação epistemológica.

Toda a educação portuguesa deprecia a cultura e a civilização do africano. As línguas africanas estão proibidas nas escolas. O homem branco é sempre apresentado como um ser superior e o africano como um inferior. As crianças africanas adquirem um complexo de inferioridade ao entrarem na escola primária. Aprendem a temer o homem branco e a terem vergonha de serem africanos. A geografia, a história e a cultura de África não são mencionadas, ou são adulteradas, e a criança é obrigada a estudar a geografia e a história portuguesa.¹⁵

Portanto, ao referenciar o currículo das escolas colonialistas portuguesas, vemos por outro lado a proposta de construção do homem novo e da mulher nova que surgem na contramão desse plano, ou seja, por concatenar uma nova identidade, nascida a partir da luta pela independência, descolonizadora. Novo, no sentido de valorizar sua identidade, sua origem, sua terra, os conhecimentos que surgem através da unidade pela luta pela libertação e pelo resgate das culturas dos povos envolvidos, no lugar da cultura colonialista, assim como a unidade destes. Por isso, a luta pela libertação nacional não significa apenas um fato cultural, mas também um fator (ato) de cultura.¹⁷

Podemos dizer que o currículo é também uma questão de poder e que as teorias do currículo, na medida em que buscam dizer o que o currículo deve ser, não podem deixar de estar envolvidas em questões de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder.¹⁸

¹⁴ SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 15.

¹⁵ CABRAL, Amilcar. **Unidade e Luta**. Lisboa: Seara Nova, 1978, pp. 64.

¹⁷ CABRAL, Amilcar. **Guiné-Bissau, nação africana forjada na luta**. Lisboa: Nova Aurora, 1974.

¹⁸ SILVA, Tomaz Tadeu da. *Op. cit.*, p. 16.

Diante disso, o poder estava de fato em ação e disputa direta pois se inseria exatamente durante o período da luta armada. A unidade nacional de Guiné-Bissau e Cabo Verde, nesse processo, produzia cultura e as Escolas-Piloto organizavam de maneira didática o desenvolvimento dos saberes que faziam parte da cultura de luta pela libertação.

Amilcar Cabral

Fundamental para os estudos do processo de luta pela libertação na Guiné-Bissau e Cabo Verde é a personalidade de Amilcar Lopes Cabral. Filho de mãe e pai caboverdianos, nasceu em 12 de setembro de 1924 na região de Bafatá, em 1932 vai para Cabo Verde com a família onde passa o resto de sua infância e a juventude. Completando os ensinamentos primários e secundários no Liceu São Vicente, na localidade de Santa Catarina. Foi cruelmente assassinado aos 48 anos, em 20 de janeiro de 1973, por influência política da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), não chegando a ver a Independência reconhecida por Portugal em 10 de setembro de 1974, apesar de ter sido declarada em África e reconhecida em diversos países, em 24 de setembro de 1973 pelo PAIGC.¹⁹

Cabral recebeu uma bolsa de estudos para cursar Engenharia Agrônoma no Instituto Superior de Agronomia (1945-1952) em Lisboa, participou da Casa da África e ativamente da Casa do Estudante do Império (CEI). Inicialmente, criada pelo governo para controlar os estudantes vindos das colônias portuguesas, porém, foi reconhecida por ter sido um dos berços do nacionalismo africano e do pan-africanismo, com a inspiração de um dos grandes nomes, como Kwame Nkrumah. Amilcar Cabral atuou como Presidente do Comité da Cultura, Secretário Geral (1950) e Vice-Presidente (1951) na CEI. Ainda enquanto estava estudando, conheceu outros estudantes africanos como Mario de Andrade, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane e Alda Espírito Santo. Nessa época, enquanto estudantes, debateram junto com Cabral sobre a busca da reafirmação dos espíritos, diante da educação assimiladora desenvolvida pelo ensino colonial.

¹⁹ PEREIRA, Amilcar Araujo; VITTORIA, Paolo. A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amilcar Cabral e Paulo Freire. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 291-311, dez. 2012.

Porque ninguém no nosso caso podia se considerar verdadeiramente português só porque papagaiava nas aulas que Diogo Cão havia descoberto o Zaire, que nossos rios eram o Minho e o Mondego. Como é que podia ser se nós bebíamos a água do Rio Bengo? E aprendíamos botânica por correspondência, falávamos de todas as flores de Portugal. Obrigávamos a fazer redações sobre noites em ladeiras, tal como vinham nos livros, falavam daquelas iguarias, do prato de arroz doce. Nós não tínhamos isso em casa, comíamos pratos africanos. Havia todo um mundo que era da escola e o mundo verdadeiramente africano.²⁰

Nesse trecho, Mario de Andrade retoma como a educação colonizadora funcionava, portanto, a reafirmação dos espíritos estava presente nos contrapontos feitos nos encontros entre os estudantes africanos de Guiné-Bissau, Moçambique, Angola e São Tomé e Príncipe, por exemplo. Para tal, foi nesse contexto que esteve inserido o nosso objeto de análise. A nossa fonte, o jornal *Blufo*, foi elaborado pelo PAIGC que se inseriu neste cenário de descolonização e de reafirmação dos corações e mentes bem como, de guerra anticolonial.

Cabral quando terminou os estudos no Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa, voltou para Guiné-Bissau em 1952, assumindo o cargo de diretor do Posto Agrícola Experimental de Pessubé, momento o qual realizou o primeiro recenseamento agrícola do país, a partir desse trabalho pode conhecer muito bem todo o território, a dimensão do trabalho exercido pelas populações, a diversidade das culturas locais e o impacto do colonialismo fascista português na região.

Principal liderança na construção do PAIGC, conhecido não só como revolucionário, mas também como educador, sua atuação não foi marcada apenas no contexto guineense e cabo verdiano.

Amilcar Cabral também buscava a unidade entre as diferentes organizações em luta contra o colonialismo na África, especialmente o português. Segundo Carlos Lopes, em dezembro de 1956 Cabral teria participado em Luanda da fundação do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), assim como teria sido um dos protagonistas em diversas outras tentativas de se construir organizações de luta pela independência articulando os países colonizados por Portugal na África.²¹

²⁰ AZEVEDO, Licínio; RODRIGUES, Maria Da Paz. **Diário da libertação: A Guiné-Bissau da Nova África**. São Paulo: Versus, 1977, pp. 91.

²¹ PEREIRA, Amilcar Araujo; VITTORIA, Paolo. A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amilcar Cabral e Paulo Freire. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p.291-311, dez. 2012, p. 9.

O contínuo projeto de Amílcar na unidade de Guiné-Bissau e Cabo Verde pode também ser apontado, como um dos possíveis erros de Cabral na tentativa de aproximar os dois territórios. Vale apontar que Cabral não pode ser lido como uma figura cristalizada e incontestável, também existem críticas a serem feitas aos seus projetos, como o projeto binacional, a questão da etnicidade²² e da escolha da língua para a alfabetização, essas foram questões caras acerca da disputa de sua memória, infelizmente, essa discussão tem sido muito valorosa mas não iremos desenvolvê-las neste artigo, mas valem ser referenciadas.

Chamou-nos atenção a presença em 19 colunas dentre as 22 edições que contam com a visita de Amílcar Cabral às escolas. Para o "Pedagogo da Revolução", como foi apelidado por Paulo Freire, a educação era a principal arma contra o colonialismo. Para nós, foi expressiva as suas recorrentes visitas às escolas. Os títulos de algumas dessas colunas foram: "Parabéns aos nossos professores"; "De regresso de Havana Cabral visita a Escola Piloto"; "Com presença de Cabral, o Embaixador de Cuba visitou a Escola-Piloto"; "Cabral premiou os melhores alunos do ano"; "Visita do nosso Secretário Geral à Escola de Samine"; "Estudo e trabalho na Escola-Piloto Cabral encerra o ano letivo 68/69"; "Festejou-se na Escola-Piloto o dia Internacional das Mulheres"; "Estudo e trabalho na Escola-Piloto, Cabral abre ano letivo na Escola-Piloto".

Percebemos a presença de Amílcar Cabral nas celebrações de final e início de ano letivo, na atribuição de discursar e entregar prêmios. Sua relação com as pioneiras e os pioneiros parecia ser fraterna, pelo contato próximo e especialmente na Escola-Piloto de Conakry, próxima a sede do PAIGC. Além disso, ele costumava ser o interlocutor das visitas internacionais às escolas. A sua presença na Conferência Tricontinental (1966) e nas Conferências das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, demonstraram sua relevância para o cenário internacional da luta. Sua atuação colaborou com o currículo dessas escolas, no sentido de possuir um projeto de construção de uma identidade nacional, que não se restringe ao campo nacionalista imperialista colonial, mas sim, na construção de laços internacionalistas e pan-africanistas na luta pela autodeterminação dos povos.

²² FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. Amílcar Cabral: construção da nação e modernização da cultura. In: CARVALHO FILHO, Sílvio de Almeida; NASCIMENTO, Washington Santos. **Intelectuais das Áfricas**. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2019.

Desenlace

Foi indispensável para a luta pela independência um processo de descolonização das mentes, ou seja, combater o colonialismo e suas práticas levando em consideração a realidade cultural do povo na disputa das narrativas políticas, em conjunto com a luta revolucionária. Diferentemente do processo de uma proposta de assimilação cultural da administração portuguesa, a qual desqualificava a cultura local, sendo chave estimular e transformar as formas de agir e pensar. As escolas do PAIGC reuniram milhares de jovens, que desenvolveram sua percepção de mundo em busca da construção do homem novo e da mulher nova, no sentido de reafricanizar os espíritos.

Nossa fonte evidenciou a proximidade de Amílcar Cabral nas rotinas escolares identificando a sua presença em 19 artigos do jornal *Blufo* nas 22 edições publicadas. O que nos reafirma a sua relação próxima de sua teoria com a prática educativa.

Nesse sentido, o *Blufo* foi uma ferramenta de comunicação política e didática para as pioneiras e os pioneiros, atualizando e ensinando sobre as notícias do processo revolucionário, além de estar circunscrito no currículo da escola, possuindo uma dimensão educativa concedendo identidade e poder para as novas e novos futuros quadros políticos e intelectuais do partido.

Para esse artigo recortamos alguns resultados da pesquisa monográfica que fizeram parte fundamental da compreensão do tema, que foram os aspectos que evidenciaram a pluralidade de formas para desenvolver a socialização e a educação na infância, que seriam - a educação na tradição oral; a diferenciação da educação colonial portuguesa e a educação do PAIGC. Bem como, o exercício de análise das colunas sobre o Massacre de Pidjiquiti (1959) e o Correio *Blufo* – tais temáticas serão elaboradas em trabalhos futuros.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Os perigos de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AZEVEDO, Licínio; RODRIGUES, Maria Da Paz. **Diário da libertação: A Guiné-Bissau da Nova África**. São Paulo: Versus, 1977.

CABRAL, Amílcar. **A arma da teoria**. Lisboa: Seara Nova, 1976.

CABRAL, Amílcar. **Guiné-Bissau, nação africana forjada na luta**. Lisboa: Nova Aurora, 1974.

CABRAL, Amílcar. **Unidade e Luta**. Lisboa: Seara Nova, 1978.

CASA COMUM. **Blufu**. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_2684>. Acesso em: 25 nov. 2019.

DIOP, Cheikh Anta. **The african origin of civilization: myth or reality**. New York: Lawrence Hill & Company, 1974

FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. "Amílcar Cabral: construção da nação e modernização da cultura". In: CARVALHO FILHO, Silvío de Almeida; NASCIMENTO, Washington Santos. **Intelectuais das Áfricas**. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2019.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FUNDAÇÃO MARIO SOAERS. **Blufu: Órgão dos pioneiros do PAIGC**. Disponível em: <http://www.fmsoares.pt/iniciativas/ilustra_iniciativas/2003/000373/>. Acesso em: 25 nov. 2019.

GUIDI, Janete Aparecida. O uso do jornal como suporte à aprendizagem. In: Congresso Nacional de Educação, 11., 2013, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: PUC Paraná, 2013. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9006_4660.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

HOUNTONDJI, Paulin. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 8, p. 149-160, 2008.

LOPES, Antonio Soares. **Os media na Guiné-Bissau**. Bissau: Edições Corubal, 2015.

MONDLANE, Eduardo Chivambo. **Lutar por Moçambique**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1976.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Da luta armada à construção do Estado Nacional - Conexões entre o discurso de Unidade Nacional e Diversidade Étnica (1959-1994)**. 2013. 318f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

NOGUERA, Renato. Ensino de Filosofia e a Lei 10639/03: criação de conceitos a partir da afrocentricidade como plano de imanência. **Revista África e Africanidades**, ano 3, n. 11, novembro, 2010.

PEREIRA, Amílcar Araújo. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela "reavaliação do papel do negro na história do Brasil". **Cadernos de História**. Vol. 12, N. 17, pp. 25-45, 2011.

PEREIRA, Amílcar Araújo; VITTORIA, Paolo. A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amílcar Cabral e Paulo Freire. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Vol. 25, N. 50, pp. 291-311, dez. 2012.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUZA, Mônica Lima e. Caminhos da História africana e afro-brasileira: aulas de campo no Cais do Valongo no ensino de História na cidade do Rio de Janeiro. In: GABRIEL, Carmen T.; MONTEIRO, Ana Maria; MARTINS, Marcus L.B. (orgs.) **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de História**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

WESSELING, H. L. **Dividir para dominar: A partilha da África 1880-1914**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 2008.

Recebido em: 05.05.2021

Aprovado em: 20.07.2021



ISSN 1982-4238